COLLECÇÃO DAS LEIS

DO

IMPERIO DO BRASIL,

DE

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

1838.

TOMO I. PARTE II.

RIO DE JANEIRO.

NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.

1839.

71

INDICE DA COLLECÇÃO DAS LEIS

DE

1838.

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

TOMO I. PARTE II.

pag.

N.° 1. — Regulamento do 1.° de Janeiro de 1838. Estabelece a maneira, pela qual os Actos, tanto do Poder Legislativo Geral, como do Executivo, devem ser numerados, impressos, e distribuidos..... 1

N.° 2. — Regulamento de 2 de Janeiro de 1838. Dá instrucções sobre o Archivo Publico provisoriamente estabelecido na Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio.. 9

N.° 3. — Regulamento de 2 de Janeiro de 1838. Declarando que os Juizes de Direito podem julgar os Feitos Civeis ainda fóra dos Termos, a que estes pertencem, pela maneira no mesmo exposta..... 14

N.° 4. — Regulamento de 8 de Janeiro de 1838. Autorisa os Commandantes dos Navios de Guerra, surtos em Portos Estrangeiros, a sacar sobre a Intendencia da Marinha da Côrte, os fundos precisos para occorrer ás suas despezas, e dá outras providencias a este respeito..... 17

N.° 5. — Regulamento de 8 de Janeiro de 1838. Manda pôr em execução as novas Tabellas, que regulão os fornecimetos dos sobresalentes para os Navios de Guerra em effectivo serviço..... 31

N.° 6. — Regulamento de 16 de Janeiro de 1838. Declarando que as suspeições não tem lugar a respeito dos Empregados de Fazenda..... 56

N.° 7. — Regulamento de 19 de Janeiro de 1838. Declarando e alterando algumas das dis-

*

42

posições do Regulamento das Alfandegas de 22 de Junho de 1836..... 57
N.° 8. — Regulamento de 31 de Janeiro de 1838. Contêm os Estatutos para o Collegio de Pedro Segundo..... 61
N.° 9. — Regulamento de 17 de Fevereiro de 1838. — Marca os casos em que as Relações revisoras hão de decidir da nullidade ou injustiça, e do merecimento das causas..... 97
N.° 10. — Regulamento de 19 de Fevereiro de 1838. — Prescreve o modo de interpor o Recurso das Autoridades Ecclesiastias para as Relações Provinciaes, e o seu julgamento..... 100
N.° 11. — Regulamento de 24 de Fevereiro de 1838. — Mandando formar huma Collecção das Decisões do Governo do Imperio. 103
N.° 12. — Regulamento de 9 de Março de 1838. Declara os Postos a que correspondem na 1.ª Linha os de Commandante Superior, Chefe de Legião, e Major de Legião da Guarda Nacional; e bem assim os vencimentos que devem ter, não só estes, como tambem as Praças da mesma Guarda Nacional, quando forem empregadas no Exercito em campanha..... 105
N.° 13. — Regulamento de 12 de Março de 1838. Estabelecendo huma Tarifa de emolumentos Consulares..... 106
N.° 14. — Regulamento de 23 de Março de 1838. Estabelecendo o modo de dirigir e fiscalisar o trabalho da Officina existente no Thesouro Publico para estampar Apolices e outros papeis..... 109
N.° 15. — Regulamento do 1.° de Abril de 1838. Cria na Fazenda Nacional da Lagoa de Rodrigo de Freitas huma Escola de Agricultura theorica, e pratica..... 113
N.° 16. — Regulamento de 16 de Abril de 1838. Cria hum Jardim Botanico no Passeio Publico desta Côrte..... 115

N.° 17. — Decreto de 17 de Abril de 1838. Cria no Sitio de São Chrsitovão, pertencente á Freguezia do Engenho Velho, huma Cadeira de Primeiras Letras para Meninos, com o Ordenados annual de quatrocentos mil réis..... 96

N.° 18. — Regulamento de 26 de Abril de 1838. Declara a Autoridade perante quem deve ser feita a habilitação de herdeiros nos autos de revista..... 117

N.° 19. — Regulamento de 4 de Setembro de 1838. — Ordena que os Continuos, que servem de Thesoureiros das Relações, paguem o sello, e preparem os Autos crimes, que a ellas subirem por meio de recurso, e cujo andamento não tenhão promovido as partes quinze dias depois de recebidos pelos respectivos Secretarios..... 118

N.° 20. — Decreto de 6 de Setembro de 1838. Manda observar o Regulamento Policial dado para o Jardim Botanico da Lagoa de Rodrigo de Freitas..... 120

N.° 21. — Decreto de 2 de Outubro de 1838. Manda observar o Regulamento para as manobras e mais serviço da Artilharia a bordo dos Navios de Guerra..... 123

N.° 22. — Regulamento de 9 de Outubro de 1838. Para execução da Lei de 20 de Setembro do mesmo anno, N. 41, que manda formar hum Quadro de todos os Officiaes da Primeira Linha do Exercito idoneos para o serviço..... 148

N.° 23. — Regulamento de 24 de Outubro de 1838. Declarando os casos em que tem lugar a Legislação Militar vigente em tempo de Guerra..... 154

N.° 24. — Decreto de 3 de Novembro de 1838. Creando huma Administração para o Arsenal de Marinha da Provincia do Maranhão..... 155

BIBLIOTHECA DOS DEPUTADOS

BIBLIOTHECA DA CAMARA
DOS DEPUTADOS

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.° PARTE 2.ª SECÇÃO 1.ª

REGULAMENTO N.° 1 — do 1.° de Janeiro de 1838.

Estabelece a maneira, pela qual os Actos, tanto do Poder Legislativo Geral, como do Executivo, devem ser numerados, impressos, e distribuidos.

BIBLIOTHECA DOS DEPUTADOS

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, Decreta o seguinte Regulamento.

Art. 1.° Todos os Actos do Poder Legislativo Geral, e os do Governo Geral expedidos para sua execução, serão impressos por copia, ou transumpto, em formato de quarto, debaixo do titulo de — Collecção das Leis do Imperio do Brasil —.

Os que de huns e outros Actos se publicarem em cada anno, formarão hum Tomo da dita Collecção.

Art. 2.° Cada Tomo da Collecção das Leis do Imperio, será dividido em duas partes; contendo a primeira os Actos do Poder Legislativo Geral, e a segunda os do Poder Executivo mencionados no Art. 1.°

Art. 3.° Cada huma das partes de hum Tomo será dividida em Secções, contendo cada Secção todos os Actos que tiverem sido expedidos com a mesma data.

Art. 4.° As paginas de cada huma das partes, em que o Tomo se divide, terão a sua numeração propria; começando pelo primeiro numero da numeração ordinaria na primeira pagina, e continuando seguidamente em cada huma dessas partes.

Esta numeração far-se-ha no meio da margem superior de cada pagina.

Art. 5.° Da mesma fórma regular e seguida, se fará a numeração das Secções, que se contiverem em cada parte do Tomo.

Art. 6.° Serão tambem numerados nas suas res-

X
15

pectivas partes os Actos Legislativos, e Executivos, sem se fazer distinçção de Leis e Decretos do Poder Legislativo; de Decretos e Regulamentos do Poder Executivo: seguindo porém a numeração de hum a outro Tomo, de maneira que continue sem interrupção alguma, qualquer que seja o Tomo, e o anno da publicação; collocado o numero ao lado esquerdo acima de cada Acto.

Art. 7.° Adiante do numero de cada Acto fará o respectivo Ministro transcrever a sua data, e summario mui succintamente.

Art. 8.° Tanto a numeração, de que trata o Art. 6.°, como a redacção dos summarios, será feita debaixo da inspecção do Ministro e Secretario de Estado da Reparticão á que pertencer o Acto.

Art. 9.° Para a exacta numeração, de que trata o Art. 6.°, haverá no Gabinete Imperial hum livro, em que seja registado o numero do Acto que for assignado, assim como transcripta a sua data, e summario, debaixo da inspecção dos respectivos Ministros, que authenticarão com a sua assignatura.

Art. 10.° Das Secretarias de Estado se remetterão á Typographia Nacional as copias, ou transumptos, que se hão de imprimir, e incluir na Collecção, com as datas e summarios. Estas copias serão conferidas, e subscriptas pelos Officiaes Maiores, e remettidos os originaes ao Archivo Publico, logo que por elles forem revistas as ultimas provas da impressão: no que se lhes recommenda todo o cuidado, e desvelo possivel.

Art. 11.° A numeração das paginas, e das Secções, será feita pelo Administrador da Typographia Nacional.

Art. 12.° O mesmo Administrador formará no principio de cada anno hum Indice exacto de todos os Actos, que tiverem sido incluidos no Tomo do anno antecedente; transcrevendo o numero, data, summario, e pagina dos que durante o mesmo tiverem sido inseridos nesta Collecção; e fazendo preceder de hum asterismo * os Actos, de que trata o Art. 15.°

Art. 13.° Este Indice será dividido em duas partes; contendo a primeira os Actos do Poder Legisla-

tivo, e a segunda os do Poder Executivo; e será distribuido como os mais Actos.

Art. 14.° No principio de cada Secção será declarado o Tomo, e feita a numeração de que tratão os Artigos antecedentes, na forma dos Modelos juntos.

Art. 15.° Os Actos Legislativos, e Executivos sobre Tenças, Pensões, Jubilações, e Aposentadorias; bem como sobre o Orçamento, e Contas da Camara do Municipio da Corte, e outros, para que houver especial ordem do Governo, serão compendiados em summario, para serem assim impressos, e incluidos na respectiva parte de cada Tomo.

A respeito da redacção, numeração, authenticidade, e guarda dos originaes deste summario, se observará o disposto nos Arts. 9.° e 10.°

Art. 16.° Os Officiaes Maiores das respectivas Secretarias de Estado remetterão directamente, na Corte, ás outras Secretarias de Estado, aos Presidentes dos Tribunaes, e da Camara Municipal, e Chefes das Repartições Publicas; e nas Provincias, aos respectivos Presidentes, os exemplares impressos das Leis, Decretos, e Regulamentos, que sufficientes forem para serem distribuidos pelas Autoridades.

Art. 17.° Quando huma Secção contiver Actos de mais de huma Secretaria de Estado, será a remessa ás Autoridades, na forma do Artigo antecedente, acompanhada de Officio dos respectivos Officiaes Maiores, contendo o numero, data, e resumo do Acto, ou Actos remettidos, pertencentes ás suas Repartições.

Art. 18.° O Administrador da Typographia Nacional, na hypothese do Artigo antecedente, remetterá ora a huma, ora a outra das Secretarias de Estado os exemplares sobreditos; procedendo de maneira que o trabalho da remessa seja distribuido com a possivel igualdade.

Art. 19.° Estas remessas serão averbadas em livros, para esse fim destinados, abertos, numerados, rubricados, e encerrados pelos Officiaes Maiores das respectivas Secretarias de Estado; deixando-se em cada pagina espaço sufficiente para notar a data do recebimento, e da publicação dos Actos remettidos.

Art. 20.° As Secretarias de Estado, os Presiden-

BIBLIOTHECA DA CAMARA

tes dos Tribunaes, e Chefes das Repartições da Corte, accusarão o recebimento immediatamente; e os Presidentes das Provincias não só darão parte de haverem recebido os exemplares, que lhes tiverem sido remettidos, logo que lhes forem entregues, mas tambem participarão haverem-os distribuido pelas respectivas Autoridades, e terem sido por ellas recebidos, e devidamente publicados, declarando as datas da publicação em cada Comarca.

Art. 21.° Os Presidentes dos Tribunaes, e das Relações, os das Camaras Municipaes, os Chefes das Repartições Publicas, e os Juizes terão Livros por elles abertos, numerados, e rubricados, nos quaes se fará carga aos respectivos Secretarios, ou Escrivães, dos Actos Legislativos, e Executivos, que lhes forem remettidos; declarando-se o numero, data, e summario de cada hum destes Actos; e sendo assignadas as verbas dessa carga pelos mesmos Presidentes, Chefes de Repartições, e Juizes, e pelos Secretarios, ou Escrivães. Debaixo de huma só verba se comprehenderão todos os exemplares das Secções, que se tiverem recebido na mesma data.

Art. 22.° Os livros das Relações, dos Juizes de Direito, e Municipaes, serão fornecidos por conta das despezas do Ministerio da Justiça; os dos Juizes de Paz, e das Camaras Municipaes, serão fornecidos por estas gratuitamente.

Art. 23.° Os Presidentes dos Tribunaes, e Relações, Chefes de Repartições Publicas, e Juizes, providenciarão que os Secretarios, e Escrivães apresentem todos os Actos referidos, expedidos no anno antecedente; e os farão encadernar, havendo possibilidade, ou emmassar, coser, e archivar com rotulo; v. g. — Tomo 1.° da Collecção das Leis do Imperio do Brasil, &c. —

Art. 24.° Os Juizes de Direito, logo que receberem os exemplares dos Actos Legislativos, ou Executivos, os farão publicar nas Cidades ou Villas, que forem cabeças de Comarca, por Editaes affixados nos lugares mais publicos dellas; e enviarão disso Certidão aos respectivos Presidentes das Provincias.

Art. 25.° O Official Maior da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, logo que receber o Indice, de que tratão os Artigos 12.° e 13.°, o distribuirá da maneira praticada com os mais Actos, pelas Autoridades do costume; e exigirá dellas que lhe communiquem se recebêrão *todos os Actos constantes do* mencionado Indice, ou se houve falta de algum, e qual, a fim de se providenciar como for conveniente.

Art. 26.° Iguaes remessas, e exigencias farão os Presidentes das Provincias ás outras Autoridades dellas, pelas quaes tiverem sido distribuidos, ou mandados distribuir os mencionados Actos.

Art. 27.° Quando forem substituidos os Secretarios, ou Escrivães, far-se-ha entrega dos Tomos, ou maços dos mencionados Actos, e dos que ainda não estiverem encadernados, ou emmassados; e de tudo se fará carga ao Secretario, ou Escrivão, que o substituir.

Os Secretarios, ou Escrivães, contra quem for provado que perdêrão, ou consumirão alguns dos referidos Actos, que tiverem recebido, serão processados, e punidos na forma de Direito.

Art. 28.° Em quanto se não estabelecer, e organisar o Archivo Publico, serão archivados na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, sob cargo, e direcção do Official Maior della, os originaes declarados no Art. 10.°

Art. 29.° Fica revogado o Decreto de 27 de Junho de 1833, sobre a numeração das Leis, Resoluções, ou Decretos.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Janeiro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.

77

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.° PARTE 1.ª SECÇÃO 1.ª

LEI N.° 1 — de 2 de Janeiro de 1838.

Cria o Lugar de..... com o ordenado de $ réis.

(Segue-se o transumpto, ou copia da Lei).

DECRETO N.° 2 — de 2 de Janeiro de 1838.

Sobre Pensão.

Approvando a Pensão de duzentos mil réis annuaes, concedida por Decreto de..... de..... de 1837 a F, em remuneração dos serviços de seu fallecido marido F.

LEI N.° 3 — de 2 de Janeiro de 1838.

(O summario da mesma Lei).

(Segue-se o transumpto, ou copia da Lei).

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.° PARTE 1.ª SECÇÃO 2.ª

LEI N.° 4 — de 5 de Janeiro de 1838.

(O summario da mesma Lei).

(Segue-se o transumpto, ou copia da Lei).

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

Y
78

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.º PARTE 2.ª SECÇÃO 1.ª

DECRETO N.º 1 — de 2 de Janeiro de 1838.

(O summario do mesmo Decreto).

(Segue-se o transumpto, ou copia do Decreto).

DECRETO N.º 2 — de 2 de Janeiro de 1838.

Manda executar o Regulamento da mesma data, sobre, &c.

(Segue-se o transumpto do Decreto, e Regulamento.)

Rio de Janeiro. Na Typographia Nacional 1837.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.° PARTE 2.ª SECÇÃO 2.ª

REGULAMENTO N.° 2 — de 2 de Janeiro de 1838.

Dá instrucções sobre o Archivo Publico provisoriamente estabelecido na Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio.

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, Decreta.

Art. 1.° O Archivo Publico fica provisoriamente estabelecido na Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, debaixo da inspecção do Ministro e Secretario d'Estado da mesma Repartição.

Art. 2.° Será o Archivo arranjado em huma parte das Casas da dita Secretaria, que mais proporção e commodidade tiver para esse fim, e nella se collocarão os armarios e gavetas, que forem necessarios para a boa guarda, e acondicionamento dos papeis, que nelle se deverem guardar.

Art. 3.° Os armarios e gavetas serão distribuidos por tres Secções, que ha de ter o Archivo; a saber: Legislativa, Administrativa, e Historica.

Art. 4.° A Secção Legislativa he destinada para nella se archivarem:

1.° O original da Constituição Politica do Imperio.

2.° O original do Acto Addicional de 12 de Agosto de 1834.

3.° Os originaes de todos os Actos Legislativos da Assembléa Geral Constituinte, e da Assembléa Geral Legislativa, que se tem publicado até o presente, e se publicarem d'ora em diante.

4.° As copias authenticas dos Actos Legislativos das Assembléas Provinciaes, que forem remettidos ao Go-

47

50

verno Geral, em execução do Artigo 20 da Lei de 12 de Agosto de 1834.

5.° As Actas das Eleições dos Senadores e Deputados.

6.° As copias authenticas de todas as Propostas e Mensagens, que, por parte do Poder Executivo, forem apresentadas á Assembléa Geral Legislativa.

7.° As copias authenticas das Cartas Imperiaes da nomeação dos Senadores.

Art. 5.° A Secção Administrativa he destinada para nella se archivarem:

1.° Os originaes de todos os Actos do Poder Executivo, que forem expedidos para a boa execução das Leis.

2.° Os originaes dos Actos do Poder Moderador, que forem expedidos na conformidade do Artigo 101 da Constituição §§ 2, 5, 7 e 9.

3.° Os originaes ou copias authenticas de quaesquer outros Actos do Governo, cuja guarda no Archivo se julgar necessaria, ou conveniente.

4.° Os Regulamentos, e Actos dos Presidentes das Provincias, expedidos para execução das Leis Provinciaes.

5.° Os originaes das Proclamações, e Manifestos do Governo Geral.

6.° Os originaes, documentos e sentenças, que demonstrarem a propriedade dos bens Nacionaes, depois de feito o assentamento no Thesouro Publico Nacional.

7.° Os originaes dos Contractos de Emprestimos, que se contrahirem dentro ou fora do Imperio, depois de se ter feito a inscripção no Grande Livro da Divida Publica, na conformidade dos Artigos 16 e 17 da Lei de 15 de Novembro de 1827.

8.° Os originaes dos Decretos dos Concilios, Letras Apostolicas, e quaesquer outras Constituições Ecclesiasticas, que contiverem disposição Geral, e obtiverem o Imperial Beneplacito.

9.° As copias authenticas dos mesmos Decretos, Letras Apostolicas, e Constituições Ecclesiasticas, a que se negar o Beneplacito.

10. Os originaes das Bullas, Breves, e Rescriptos

Apostolicos, expedidos pela Santa Sé, ou seu Delegado, que, contendo disposições e graças especiaes, convier guardarem-se. Neste caso se darão ás partes, gratuitamente, as copias authenticas com o Beneplacito para a sua execução.

11. Os processos originaes, que se formarem no Senado, em virtude do Artigo 47 §§ 1 e 2 da Constituição.

12. Copias authenticas das nomeações do Arcebispo, Bispos, Presidentes das Provincias, Commandantes das Armas, Embaixadores, e mais Empregados do Corpo Diplomatico, e Consules: e bem assim das Credenciaes, Instrucções, e Plenos Poderes, que se derem aos Empregados do Corpo Diplomatico e Consular.

13. Os originaes das Credenciaes, Instrucções e Plenos Poderes, que apresentarem os Embaixadores, e mais Diplomatas Estrangeiros, e os Consules.

14. Os originaes dos Tratados e Convenções Politicas, que se celebrarem com as Nações Estrangeiras; e igualmente os dos Protocolos e documentos relativos a taes negociações.

15. As copias authenticas dos Actos de declaração de Guerra feita pelo Governo; e os originaes da declaração, que ao Governo for feita por alguma Nação Estrangeira, e dos Tratados de Paz.

16. Os originaes e copias authenticas da correspondencia activa e passiva, que houver entre o Governo Imperial, e o de qualquer outra Nação, sobre negocios de Publico interesse.

Art. 6.º A Secção Historica he destinada para nella se archivarem:

1.º Os originaes dos Contractos de casamento do Imperador, dos Principes, e Princezas Imperiaes.

2.º Os originaes dos Actos de casamento, baptismo e obito do Imperador, dos Principes, e Princezas Imperiaes.

3.º Os Mappas e relações Estatisticas, que forem enviadas pelos Presidentes das Provincias.

4.º As correspondencias dos Presidentes das Provincias, que forem relativas ao estado e circunstancias dellas, cuja guarda no Archivo se julgar conveniente.

5.° As noticias de qualquer descoberta util em qualquer Provincia, de productos de Historia Natural, Mineralogia, e Botanica.

6.° As noticias de qualquer acontecimento agradavel ou desastroso, proveniente de causas naturaes, que houver nas Provincias.

7.° As copias authenticas das Patentes, que se concederem aos descobridores ou inventores de industria util, e aos que melhorarem as descobertas e invenções, na forma da Lei de 28 de Agosto de 1830; bem como as exposições, planos, desenhos, e modelos, que os mesmos tiverem apresentado.

8.° Os originaes de todas as Memorias, ou Planos, que se offerecerem ao Governo, e forem relativos á historia do Imperio, ao augmento e progressos da sua agricultura, commercio, navegação, industria, Sciencias e Artes.

Art. 7.° As copias, que se houverem de archivar, para serem authenticas, serão conferidas e subscriptas pelos Officiaes Maiores das Secretarias d'Estado, a que pertencerem, e assignadas pelo respectivo Ministro. Estas copias, ou os originaes, no caso em que estes o devão ser, serão dirigidos ao Ministro do Imperio, sem cuja ordem nenhum papel será archivado.

Art. 8.° Quando os papeis não pertenção ás Secretarias d'Estado, serão as copias extrahidas naquella, em que tenhão estado, e cujo Ministro entenda que devão ser archivados, ou o serão na dos Negocios do Imperio; sendo em todo o caso conferidas, subscriptas, e assignadas, na fórma do Artigo antecedente.

Art. 9.° O arranjo particular de todos os papeis mencionados, que se archivarem nas Secções, fica a cargo do Director do Archivo, segundo o Plano que adoptar, com a approvação do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio.

Art. 10. Não será permittido, a pretexto algum, tirar do Archivo livro, ou papel, que se lhe tenha remettido; nem mesmo ahi será franqueado a pessoa alguma sem licença do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio.

Art. 11. Dar-se-hão certidões a quem as pedir, com despacho do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio; salvo no caso de não dever publicar-se o que se pedir por certidão, em razão de grave inconveniente.

Art. 12. Quando se passarem as certidões, se receberão por ellas os emolumentos, conformes aos estabelecidos na Tabella da Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio. As que forem pedidas pelas Secretarias d'Estado, ou pelo Procurador da Coroa, Soberania, e Fazenda Nacional, ou que forem exigidas pelo Ministro dos Negocios do Imperio, serão dadas gratuitamente.

Art. 13. Haverá tres chaves, huma das quaes ficará em poder do Director, e as outras no das pessoas, que o Governo houver de designar.

Art. 14. Será Director do Archivo o Official Maior da Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio; e serão occupados na escripturação delle os Officiaes da dita Secretaria, segundo a distribuição do serviço, na conformidade do Plano, que for approvado; e por todos se dividirão os emolumentos, da mesma forma que os da Secretaria.

Art. 15. Servirão de Porteiro, e Continuos do Archivo, os mesmos da Secretaria d'Estado; e haverão por este augmento de trabalho a gratificação, que lhes arbitrar o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio.

Art. 16. Os Livros que forem necessarios para a escripturação, conforme o Plano que se adoptar, serão fornecidos pelas despezas da Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio; e todos serão abertos, numerados, e rubricados pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, ou por pessoa a quem der commissão.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, e interinamente encarregado dos do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dous de Janeiro de mil oito-

52

centos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.

REGULAMENTO N.° 3 — de 2 de Janeiro de 1838.

Declarando que os Juizes de Direito podem julgar os Feitos Civeis ainda fóra dos Termos, a que estes pertencem, pela maneira no mesmo exposta.

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, Decreta.

Art. 1.° Os Juizes de Direito com jurisdicção civil, e criminal, poderão julgar a final, em observancia dos Artigos nono e decimo quarto da Disposição Provisoria, todos os Feitos civeis da sua competencia, ainda que se achem fora do Termo, a que esses Feitos pertenção, e em que tenhão sido preparados e processados, huma vez que estejão dentro das respectivas Comarcas, e as Partes se não opponhão conjuncta, e uniformemente.

Art. 2.° Para este fim os mesmos Juizes poderão ou levar comsigo os referidos Feitos, no caso de os não terem podido despachar, no tempo em que estiverão no respectivo Termo, dando a necessaria cautela ao Escrivão para sua descarga; ou recebe-los em qualquer occasião, e lugar dentro da Comarca, sendo-lhes competentemente apresentados, ou remettidos.

Art. 3.° Os Feitos, que estiverem nos termos de julgamento final, poderão ser apresentados aos Juizes de Direito por qualquer das Partes, que mais interesse tiver no andamento, assignando termo de responsabilidade pelos autos, huma vez que o requeira alguma

das Partes que nelles for Autor, Reo, Assistente, ou Opponente ao respectivo Juiz Municipal; sem se admittir impugnação da outra Parte, salvo a de não consentir, em que a remessa se faça por intermedio, da que tiver requerido.

Art. 4.° No caso desta impugnação, será a remessa feita pelo Escrivão á custa da Parte, que a tiver requerido, enviando os Autos pelo Correio, se o houver, ou por Fiel de sua confiança, e debaixo de sua responsabilidade.

Art. 5.° Tambem poderão ser os mesmos Feitos remettidos aos Juizes de Direito, onde quer que estejão, dentro da Comarca, ex-officio, por determinação dos Juizes Municipaes, quando o objecto delles for importante, e tiverem passado mais de seis mezes depois de preparados os Autos, sem que os mesmos Juizes de Direito tenhão vindo ao Termo.

Art. 6.° Os Escrivães dos Feitos lavrarão os termos de conclusão, e remessa aos Juizes de Direito, deixando nos Cartorios as notas necessarias para certificar o destino delles; e as Sentenças serão publicadas pelos mesmos Juizes de Direito, quando vierem aos Termos, a que pertencerem os Feitos, com pequena demora, ou pelos Juizes Municipaes, a quem os remetterão á custa da Parte que o requerer.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dous de Janeiro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.

x
53

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.° PARTE 2.ª SECÇÃO 3.ª

REGULAMENTO N.° 4 — de 8 de Janeiro de 1838.

Autorisa os Commandantes dos Navios de Guerra, surtos em Portos Estrangeiros, a sacar sobre a Intendencia da Marinha da Côrte, os fundos precisos para occorrer ás suas despezas, e dá outras providencias a este respeito.

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, Decreta.

Art. 1.° O Commandante em Chefe de Navios de Guerra Brasileiros surtos em Portos Estrangeiros, ou mesmo o Commandante de qualquer Navio solto, he autorisado a procurar na respectiva Praça as quantias, de que necessitar, para pagar soldos e mais vencimentos ás suas Guarnições, e occorrer a outras despezas rigorosamente necessarias, sacando para isso Letras sobre a Intendencia da Marinha da Corte. Estas Letras serão numeradas por ordem de data, e acompanhada cada huma da competente Carta de aviso, dirigida á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha. Com esta Carta de aviso remetterá o referido Commandante: 1.°, hum certificado da Legação, ou Consulado Brasileiro, e na sua falta de dous Negociantes acreditados, que authentique o cambio do dia, em que forem negociadas as Letras; 2.°, huma exposição circunstanciada dos motivos, que tornarem necessario o saque.

Art. 2.° As quantias, de que trata o Artigo antecedente, serão logo carregadas em receita ao Commissario competente, em Livro para isso destinado, e escripturado na fórma do Modelo N.° 1, fazendo-se

declaração desta carga no corpo mesmo das Letras, as quaes serão passadas e assignadas na fórma do Modelo N.° 2; e extrahindo-se em duplicata Conhecimento em fórma para ser remettido por duas differentes vias, e no mais curto prazo possivel, á mesma Secretaria de Estado.

Art. 3.° Todas as vezes que se pagar á Guarnição de qualquer dos mencionados Navios, extrahirá o Escrivão respectivo, do competente Livro de soccorros, duas relações nominaes, que serão por elle assignadas, e pelo Commandante do Navio, nas quaes declare a folha, em que cada praça tiver o seu assentamento, o quanto receber, e o dia até que ficar paga. Em huma destas relações (Modelo N.° 3) dará o Commandante em Chefe despacho para o pagamento, e servirá ella para despeza do Commissario: a outra (Modelo N.° 4) será pelo mesmo Commandante rubricada, depois de verificar se está conforme com assentos do dito Livro, e enviada á Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, por via segura, e dentro do mais curto prazo possivel.

Art. 4.° Todos os pagamentos de viveres e sobreselentes, comprados para fornecimentos dos Navios, serão feitos tambem por despacho do Commandante em Chefe; e terão por documentos: 1.°, a conta dada e assignada pelo vendedor, na qual se declare não só a data e o lugar da compra, a qualidade, quantidade, e preço dos generos comprados, e a sua importancia total; mas tambem a approvação do perito competente do Navio, lançada na mencionada conta, por elle assignada, e pelo Official de Detalhe: 2.°, o Conhecimento em fórma da carga feita ao Commissario do Navio, a que se fornecerem os ditos generos. Estes documentos serão lavrados em duplicata, remettendo-se huns á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, na fórma do disposto no Artigo antecedente, acompanhados de certificado semelhante ao de que trata o artigo 2.°, que comprove a conformidade dos preços dos generos comprados com o estado do mercado; e servindo os outros para titulo de despeza do respectivo Commissario, depois de lançado na conta, que

tiver de ficar em seu poder, o despacho para pagamento do vendedor (Modelo N.º 5.)

Art. 5.º Quando for necessario concertar algum dos referidos Navios, fará o Commandante delle organisar pelo Escrivão Mappas semanaes dos Operarios, que for preciso chamar para semelhante serviço, nos quaes Mappas se declare o nome de cada Operario, o jornal, que vencer, e os dias que trabalhar; e se consignem observações, que mostrem o serviço feito em cada semana. Estes Mappas serão, depois de examinados e rubricados pelo Commandante em Chefe, remettidos á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha pela maneira já determinada a respeito dos outros documentos. O pagamento dos Operarios se fará, por despacho do mesmo Commandante em Chefe, á vista de relações organisadas, segundo o Modelo N.º 6.

Art. 6.º Os documentos, que, na fórma dos artigos 3.º, 4.º, e 5.º, devem ser remettidos á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, serão d'ahi transmittidos á Intendencia da Corte, a fim de serem examinados, e comparados com os Livros de receita e despeza dos Commissarios respectivos, quando se lhes tomarem suas contas.

Art. 7.º O Commandante em Chefe, bem como o de qualquer Navio solto, surto em Porto Estrangeiro, he responsavel por todo e qualquer abuso, ou falta de cumprimento das disposições dos artigos antecedentes.

O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha o haja assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Janeiro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia, e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Joaquim José Rodrigues Torres.

54

55

MODELO

Livro de Receita e

DEVE. O COMMISSARIO DO BRIGUE F.,

1838	A importancia de mil noventa e quatro Pezos Hespanhoes, que correspondem, na conformidade da Provisão de 18 de Outubro de 1833, a hum conto trezentos doze mil e oitocentos réis, na razão de mil e duzentos réis por cada hum.....	1	1.312$800
	Que recebeo de F., proveniente de huma Letra sacada nesta data a seu favor, contra a Intendencia da Marinha da Corte, para pagamento de soldos e comedorias, compra de viveres, e outras despezas deste Brigue: e em cumprimento do Decreto de 8 de Janeiro do corrente anno, extrahi desta Receita Conhecimento em fórma em duplicata, que comigo Escrivão assignou o dito Commissario.		
	F. F.		

N 1.

Despeza de Dinheiro.

LM c/c COM A FAZENDA NACIONAL: HAVER.

1850	A importancia que despendeo no pagamento de soldos e comedorias da Guarnição deste Brigue, conforme consta da respectiva relação, seiscentos noventa e dois mil oitocentos e trinta réis.....	1	692$830
	F.		
	Idem com a compra de viveres para rações das praças deste Brigue, como consta do Conhecimento em fórma extrahido de fl. do Livro de Receita, quinhentos quarenta e oito mil cento trinta e quatro réis.	2	548$134
	F.		
	Idem com os Operarios que trabalhárão a bordo deste Brigue de a do corrente mez, como consta da respectiva relação, setenta e dois mil réis.....	3	72$000
	F.		

56

MODELO N. 2.

Letra.

1.ª Via. Bordo do Brigue.... surto em Montevideo, &c.

N. 1..... Moeda de prata. Rs. 875$200.

A quinze dias precisos sirva-se V. S. pagar, por esta minha 1.ª Via de Letra, não o havendo feito pela segunda, ao Sr. F., ou á sua ordem, a quantia de oitocentos e setenta e cinco mil e duzentos réis, em moeda de prata, valor de mil e noventa e quatro Pezos Hespanhoes recebidos do mesmo Sr., que se achão carregados a folhas huma do Livro de Receita e Despeza, para pagamento de soldos, e comedorias, compra de viveres, e outras despezas deste Brigue: e no dia do seu vencimento fará prompto pagamento.

Ao Ill.mo Sr. Joaquim Antonio Caminha,
Intendente da Marinha da Corte.

F.
Capitão de Fragata e Commandante em Chefe.

MODELO N. 3.

Relação de pagamento.

Pague-se, e abone-se em despeza ao Sr. Commissario. Bordo, &c.

F.
Capitão de Fragata e Commandante em Chefe.

Relação do pagamento que deve fazer o Commissario do Numero F. á Guarnição deste Brigue, de soldos e comedorias até o fim de Dezembro pp., a saber:

L. de Soccorros.				
		CAPITÃO TENENTE E COMMANDANTE.		
fl. 1	F., Soldo de embarcado de Dezembro.	98$330		
	31 dias de comedorias a 1$600.	49$600		
				147$930
		PRIMEIROS TENENTES.		
2	F., Soldo idem.....	59$000		
	31 dias de comedorias a 400 réis.	12$400		
				71$400
3	F., idem em tudo.....	.....		71$400
4	F., idem em tudo.....	.....		71$400
		COMMISSARIO DO NUMERO DE FRAGATAS.		
5	F., Soldo e meio Soldo idem.....	37$500		
	31 dias de comedorias.....	12$400		
				49$900
		ESCRIVÃO DITO.		
6	F., Soldo de embarcado.....	44$000		
	31 dias de comedorias.....	12$400		
				56$400
		MESTRE EXTRANUMERARIO.		
7	F., Soldo de embarcado.....	.....		37$500
		GUARDIÃO DITO.		
8	F., idem.....	.....		27$500
				533$430

Transporte. 533$430

FIEIS DO COMMISSARIO.

9	F., Soldo de Dezembro.....	10$000
10	F., idem.....	10$000

MARINHEIROS DE CLASSE SUPERIOR.

1	F., Soldo de Dezembro.....	15$000
2	F.....	15$000
3	F.....	15$000

PRIMEIROS MARINHEIROS.

8	F.....	10$000
9	F.....	10$000
11	F.....	10$000
12	F.....	10$000

SEGUNDOS MARINHEIROS.

14	F.....	8$000
15	F.....	8$000
16	F.....	8$000
17	F.....	8$000
18	F.....	8$000

PRIMEIROS GRUMETES.

20	F.....	4$800
21	F.....	4$800
22	F.....	4$800

Rs. 692$830

Importa na quantia de seiscentos noventa e dous mil oitocentos e trinta réis. Bordo do Brigue, surto, &c.

F.
Capitão Tenente e Commandante.

F.
Escrivão.

Lançada no Livro de Receita e Despeza de dinheiro a fl. 1 N.° 1.

F.
Escrivão.

MODELO N. 4.

Relação de pagamento para ser enviada á Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha.

Relação dos Officiaes e Marinheiros embarcados no Brigue.... que recebêrão os seus vencimentos do mez de Dezembro, os quaes se achão carregados nos respectivos Livros de Soccorros, a saber:

L. de Soccorros.			
		CAPITÃO TENENTE E COMMANDANTE.	
fl. 1	F.,	Soldo e comedorias.....	147$930
		PRIMEIROS TENENTES.	
2	F.,	idem.....	71$400
3	F.,	idem.....	71$400
4	F.,	idem.....	71$400
		COMMISSARIO DO NUMERO DE FRAGATAS.	
5	F.,	Soldo e comedorias.....	49$900
		ESCRIVÃO DITO.	
6	F.,	idem.....	56$400
		MESTRE EXTRANUMERARIO.	
7	F.,	Soldo.....	37$500
		GUARDIÃO DITO.	
8	F.,	Soldo.....	27$500
		FIEIS DO COMMISSARIO.	
9	F.,	Soldo.....	10$000
10	F	.....	10$000
		MARINHEIROS DE CLASSE SUPERIOR.	
1	F.	.....	15$000
			568$430

57

57

	Transporte.	568$430
2	F, Soldo	15$000
3	F.	15$000

PRIMEIROS MARINHEIROS.

8	F.	10$000
9	F.	10$000
11	F.	10$000
12	F.	10$000

SEGUNDOS MARINHEIROS.

14	F.	8$000
15	F.	8$000
16	F.	8$000
17	F.	8$000
18	F.	8$000

PRIMEIROS GRUMETES.

20	F.	4$800
21	F.	4$800
22	F.	4$800
	Rs.	692$830

Importa na quantia de seiscentos noventa e dous mil oitocentos e trinta réis. Bordo do Brigue, &c.

F.
Capitão Tenente e Commandante.

F.
Escrivão.

MODELO N. 5.

Conhecimento em fórma para se pagarem os generos comprados, e a Conta, que deverá apresentar o Vendedor.

Pague-se, e abone em despeza ao Sr. Commissario. Bordo, &c.

F.
Capitão de Fragata e Commandante em Chefe.

A fl. do L.º 1.º que serve de Receita com F. Commissario do Brigue..... lhe fica debitado o seguinte:

Azeite doce, vinte e tres medidas e meia em dezaseis botijas, a dois mil réis a botija.....	23 ½ med.	32$000
Assucar branco, cento e dezasete libras, a cem réis a libra.....	117 lb.	11$700
Arroz, quatorze alqueires, com trinta e cinco arrobas e vinte huma livras Hespanholas, a mil e trezentos réis a arroba.....	14 alq.	46$353
Bacalhao, cento e oitenta libras, a cento e trinta réis a libra.....	180 lb.	23$400
Bolacha, vinte e sete arrobas e onze libras Portuguezas, a cincoenta e seis réis a libra.....	27 ar. 11 lb.	49$000
Café, cincoenta e oito libras e meia, a quatrocentos réis a libra.....	58 ½ lb.	23$400
Carne de Vaca salgada, trinta e duas arrobas e dezaseis libras Portuguezas, a cincoenta e quatro réis a libra....	32 ar. 16 lb.	56$160
Farinha, dezasete alqueires e meio, com trinta e nove arrobas e seis libras Hespanholas, a novecentos réis a arroba.	17 ½ alq.	35$260
Lenha, duas mil e oitocentas achas, a mil e trezentos réis por cem.....	2.800 achas.	36$400
Sal, dois alqueires, por mil duzentos réis.....	2 alq.	1$200
Toucinho, quarenta e quatro libras, a cento e cincoenta réis a libra.....	44 lb.	6$600
Vinagre, vinte e quatro medidas, a trezentos réis.....	24 med.	7$200
		328$673

	Transporte	328$673
Vinho, noventa medidas, com cento e cinco frascos, a trezentos e cincoenta réis o frasco.....	90 med.	36$750
	Rs.	365$423

Cujos generos importão na quantia de trezentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e vinte tres réis, que por ordem do Capitão de Fragata e Commandante em Chefe, recebeo de F., para supprimento deste Brigue: e para o dito haver o seu pagamento, extrahi do Livro de Receita este Conhecimento em fórma que comigo Escrivão assignou o Commissario. Bordo do Brigue....
surto, &c.

F. F.

Recebeo F., do Commissario do Brigue F., quatrocentos e cincòenta e seis pezos Hespanhoes, seis reales e vinte e tres réis; e assignou comigo Escrivão. Bordo, &c.

F. F.
Escrivão.

Lançado no Livro de Receita e Despeza de dinheiro a fl. 1 N.° 2.

F.
Escrivão.

O abaixo assignado tem justo vender para bordo do Brigue de Guerra Brasileiro..... os generos seguintes.

Azeite doce, dezaseis botijas a dois mil réis.....	16 botijas	32$000
Assucar branco, cento e dezasete libras a cem réis.....	117 lb.	11$700
Arroz, trinta e cinco arrobas e vinte e huma libras Hespanholas, a mil e trezentos réis a arroba.....	35 ar. 21 lb.	46$353
Bacalhao, cento e oitenta libras, a cento e trinta réis.....	180 lb.	23$400
Bolacha, vinte e sete arrobas e onze libras Portuguezas, a cincoenta e seis réis a libra.....	27 ar. 11 lb.	49$000
Café, cincoenta e oito libras e meia, a quatrocentos réis.....	58 ½ lb.	23$400
Carne de Vaca salgada, trinta e duas arrobas e meia, a cincoenta e quatro réis a libra, sendo peso Portuguez...	32 ar. 16 lb.	56$160
Farinha, trinta e nove arrobas e seis libras Hespanholas, a novecentos réis a arroba.....	.....	35$260
Lenha, duas mil e oitocentas achas, a mil e trezentos réis o cento.....	2.800 achas	36$400
Sal, dois alqueires, por mil duzentos réis.....	2 alq.	1$200
Toucinho, quarenta e quatro libras, a cento e cincoenta réis.....	44 lb.	6$600
Vinagre, vinte e quatro medidas, a trezentos reis.....	24 med.	7$200
Vinho, cento e cinco frascos, a trezentos e cincoenta réis.....	105 frascos	36$750
	Rs.	365$423

Cujos generos importão na quantia de trezentos e sessenta e cinco mil quatrocentos vinte e tres réis. Montevideo, &c.

F.

Todos os generos constantes desta Factura são de boa qualidade, e sem avaria. Bordo, &c.

F.
1.° Tenente e Immediato.

F.
Cirurgião.

Lançada no Livro de Receita a fl.

F.
Escrivão.

MODELO N. 6.

Relação para pagamento dos Operarios.

Pague-se, e abone-se em despeza ao Sr. Commissario. Bordo, &c.

F.
Capitão de Fragata e Commandante em Chefe.

Relação dos Operarios que trdbalhárão o bordo deste Brigue de.. a.. do corrente mez, a saber:

OFFICIOS.	NOMES.	DIAS.	JORNAES.	IMPORTANCIAS.	OBSERVAÇÕES.
Calafates.	F.....	6	800	4$800	Calafetárão o Navio por dentro.
	F.....	6	800	4$800	
	F.....	6	800	4$800	
	F.....	6	800	4$800	
	F.....	6	800	4$800	
	F.....	6	800	4$800	
	F.....	6	800	4$800	
	F.....	6	800	4$800	
	F.....	6	800	4$800	
	F.....	6	800	4$800	
			Rs.	48$000	

Importa esta relação na quantia de quarenta e oito mil réis. Bordo, &c.

F.
Capitão Tenente e Commandante.

F.
Escrivão.

Lançada no Livro de Receita e Despeza de dinheiro a fl. 1. N.° 3.

F.
Escrivão.

REGULAMENTO N.° 5 — de 8 de Janeiro de 1838.

Manda pôr em execução as novas Tabellas, que regulão os fornecimentos dos sobreselentes para os Navios de Guerra em effectivo serviço.

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, Decreta.

Artigo Unico. D'ora em diante serão os fornecimentos dos viveres, munições navaes e de guerra, para as differentes classes de Navios da Esquadra Nacional, em serviço effectivo, regulados pelas Tabellas juntas, e observações a ella annexas, assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o haja entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Janeiro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia, e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Joaquim José Rodrigues Torres.

60

Tabella dos Generos de sobreselentes pertencentes á 1.ª Secção.

	NAOS.		FRAGATAS DA 1.ª ORDEM.		FRAGATAS DA 2.ª ORDEM.		CURVETAS.		BERGANTINS.		BRIGUES ESCUNAS.		TRANSPORTES E CORREIOS.		
													CHARRUAS.	BRIGUES.	PATAXOS.
	4 mezes.	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*2 mezes.*	*2 mezes.*	*2 mezes.*
Bigotas sortidas	20	10	20	10	16	8	12	6	6	3	4	2			
Borlas sortidas para topes e paos de Bandr.	6	3	6	3	6	3	6	3	4	2	4	2			
Cadernaes bb sortidos	48	24	48	24	36	18	24	12	14	8	12	6	1	1	1
Carreteis de Barquinha	4	2	4	2	4	2	2	1	2	1	2	1	1	1	1
Cassoilos	18	9	18	9	18	9	24	12	18	9	18	9	8	6	4
Cavirões sortidos	6	3	6	3	6	3	4	2	4	2	4	2	2	2	2
Esgunchos	4	2	4	2	4	2	4	2	4	2	4	2	1	1	1
Garrunchos de pao	...	...	...	...	...	...	30	15	30	15	30	15	15	15	15
Junços	6	3	6	3	4	2	2	1	2	1	2	1	2	2	1
Lebres	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
Malaquetas	50	25	50	25	50	25	40	20	30	15	30	15			
Mastareo de Gavia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Dito de Velacho	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Dito de Joanete	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1
Moitões bb sortidos	48	24	48	24	36	18	24	12	18	9	10	5	6	4	4
Nabos de bomba	4	4	4	4	4	4	2	2	2	2	2	2	2	2	1
Pao de Bojarrona	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Dito de Cutelo de Gavia, e de Joanete.	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Patesca de pao para Sondarezas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1
Ditas ferradas	4	4	4	4	4	4	3	3	2	2	2	2			
Remos	48	24	48	24	48	24	20	10	16	8	12	6			
Taboas diversas	36	18	36	18	24	12	18	12	18	12	18	12	8	4	2
Ditas de dimensões	4	2	4	2	2	1	1	1	1	1					
Varas para Croques	18	9	18	9	16	8	10	5	8	4	6	3			
Ditas para bombas	6	3	6	3	6	3	4	2	4	2	4	2			
Verga de Gavia	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1
Dita de Joanete	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1
Dita Grande em quarteis	1	1	1	1	1	1									
Vergonteas em bruto para mastros de Lanchas e Escaleres	4	3	4	3	3	2	2	2	1	1	1	1			
Vertedouros	6	4	6	4	6	4	4	3	4	3	4	3			

PETRECHOS DE GUERRA.	NAOS.	FRAGATAS.	CURVETAS.	BRIGUES.	PATAXOS.
Agulhas de Goiva	6	6	4	3	2
Ditas de Verruma	6	6	4	3	2
Cadernaes bb sortidos	30	24	12	6	6
Capatilhos	30	16	12	8	6
Cartuxos de Sarafina ou baetilha (para cada boca de fogo)	10	10	10	10	10
Chapuzes	4	3	2 Se tiver Peças.	1 Se tiver Peças.	1 Se tiver Peças.
Chumbo em pelouro (quintaes)	4	3	2	1	½
Cortinas de baeta para combate	2	2	1	1	1
Cunhetes para o chumbo em pelouro	4	3	2	1	1
Cunhos de artilheria	120	60			
Dedeiras de couro	6	4	2	1	1
Espeques de pao	24	18	12	6	6
Espoletas (para cada boca de fogo)	10	10	10	10	10
Escateis	10	6	4	3	2
Eixos sortidos	8	6	3	2	2
Feminelas	16	10	6	4	3
Fechos de artilheria	8	6	4	2	2
Gatos com çapatilhos	24	16	12	8	6
Guarda morrão de folha	4	4	3	3	2
Dito dito de pao	6	6	4	3	2
Hasteas de pao	20	12	8	6	4
Missagras	10	6	4	4	4
Moitões sortidos	30	24	12	6	6
Maças de soquete	16	10	6	4	3
Palmetas	6	4	1	1	1
Pederneiras sortidas	1.600	1.200	800	600	400
Pés de cabra	6	4	2	2	1

PETRECHOS DE GUERRA.	NAOS.	FRAGATAS.	CURVETAS.	BRIGUES.	PATAXOS.
Polvarinhos	6	4	2	2	1
Polvora grossa (tiros a cada boca de fogo)	70	70	70	70	70
Dita fina (barris de 2 arrobas)	8	6	4	3	2
Porta cartuxos de sola	6	4	2	2	1
Pranchadas de chumbo ou latão	10	6	4	3	2
Rodas sortidas	16	12	6	4	4
Setrossos de ferro	8	8	6	4	4
Tacos (a cada boca de fogo)	12	12	12	12	12
Dito de rombo	30	24	16	12	8
Tapas (de mais)	18	12	8	6	4
Vergueiros	18	12	6	4	4

N. B. Omittirão-se alguns generos nesta Tabella, que costumão hir annexos ao Trem de Guerra, como amarra velha, cebo em pão, linha alcatroada e de barca, arribem e tachas de bomba; porque havendo generos identicos com abastança á cargo do Commissario, pareceo a proposito evitar esta duplicidade.

As cargas das Peças e Caronadas a bordo dos Navios d'Armada se devem regular da maneira seguinte

PEÇAS.		CARONADAS CURTAS.	
Salva	a sexta parte do peso da bala.	Salva	Duodecima parte do peso da bala
Exercicio	a sexta parte do peso da bala.	Exercicio	
Tiro de bala	a terça parte do peso da bala.	Tiro de bala	

Tabella dos Generos de sobreselentes, pertencentes á 2.ª Secção.

	NAOS.		FRAGATAS DA 1.ª ORDEM.		FRAGATAS DA 2.ª ORDEM.		CURVETAS.		BERGANTINS.		BRIGUES ESCUNAS.		TRANSPORTES E CORREIOS.		
													CHARRUAS.	BRIGUES.	PATAXOS.
	4 mezes.	2 mezes.	4 mezes.	2 mezes.	4 mezes.	2 mezes.	4 mezes.	2 mezes.	4 mezes.	2 mezes.	4 mezes.	2 mezes.	2 mezes.	2 mezes.	2 mezes.
Arganéos sortidos	16	8	16	8	16	8	10	5	10	5	10	5			
Argolas de quartel e de espiga	18	9	18	9	18	9	12	6	12	6	12	6			
Armellas	50	25	50	25	50	25	30	15	30	15	30	15	10	6	4
Arruellas	50	25	50	25	50	25	30	15	30	15	30	15			
Alcatrão (barris)	5	3	5	3	4	2	3	2	2	1	2	1	1	½	½
Bitola de bomba	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Buscavida	1	1	1	1	1	1									
Brochas sortidas	24	12	24	12	20	10	18	9	12	6	8	4			
Cadeias de Abotocadura e de Brandaes	6	3	6	3	6	3	6	3	3	2	3	2			
Caldeira ou Panella para derreter breu	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Ditas de cozinhar	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Capatilhos sortidos	60	30	60	30	40	20	30	15	30	15	30	15	6	4	3
Castanha de ferro	12	6	12	6	10	5	8	4	6	3	4	2	2	1	1
Cavilhas sortidas	16	8	16	8	12	6	8	4	4	2	4	2			
Chavetas de huma e duas pontas	100	50	100	50	100	50	60	30	60	30	60	30			
Chumbo em lençol (quintaes)	4	2	4	2	2	1	2	1	1	2 ar.	2 ar.	1 ar.			
Cinzeis	4	4	4	4	4	4	3	3	2	2	2	2	2	1	1
Cobre novo (folhas)	24	12	24	12	16	8	12	6	8	4	8	4			
Croques	18	9	18	9	16	8	10	5	8	4	6	3			
Cabos de leme conforme a cana for disposta	2	1	2	1	2	1									
Ditos de linho a 6 pollegadas (peça)	1	1	1	1											
Ditos de 5 ½ »	1	1	1	1	1	1									
Ditos de 5 »	1	1	1	1	1	1	1	1	.....	.....	.....	.....	1		
Ditos de 4 ½ e 4 »	5	3	5	3	3	2	2	1	1	1	1	1	1		
Ditos de 3 ½ e 3 »	6	3	6	3	5	3	5	3	2	1	1	1	1	1	1
Ditos de 2 ¾ a 2 »	6	3	6	3	6	3	4	2	4	2	4	2	1	1	1
Ditos de 1 ¾ a 1 »	10	5	10	5	8	4	6	3	4	2	4	2	2	1	1
Cebo em pão (quintaes)	3	1½	3	1½	2	1	2	1	1	2 ar.	2 ar.	1 ar.	2 ar.	1 ar.	1 ar.
Dito em velas ditos	6	3	6	3	4	2	2½	1 ar.	2	1	2	1	2	1	1
Desamoadores	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1			

Tabella dos Generos de sobreselentes, pertencentes á 2.ª Secção.

	NAOS.		FRAGATAS DA 1.ª ORDEM.		FRAGATAS DA 2.ª ORDEM.		CURVETAS.		BERGANTINS.		BRIGUES ESCUNAS.		TRANSPORTES E CORREIOS.		
													CHARRUAS.	BRIGUES.	PATAXOS.
	4 mezes.	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*2 mezes.*	*2 mezes.*	*2 mezes.*
Estopares (milheiros)	15	8	15	8	12	6	8	4	6	3	4	2	2	1	½
Enxarcia velha em amarra (quintaes)	12	6	12	6	10	5	8	4	5	3	5	3	2	1	½
Femeas de rede	300	150	300	150	250	130	200	100	150	80	80	40	40	20	12
Folhas de Flandres	100	50	100	50	50	25	30	15	20	10	20	10			
Fezes de ouro (libras)	12	6	12	6	10	5	10	5	6	3	6	3			
Flor de anil (ditas)	3	1½	3	1½	2	1	1	½	1	½	1	½			
Garrunchos de ferro	50	25	50	25	50	25									
Gatos com çapatilhos	60	30	60	30	60	30	40	20	40	20	40	20	6	4	3
Ditos de Tornel	6	3	6	3	4	2	4	2	2	1	2	1			
Goivas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Governadeiras para Escaleres	6	3	6	3	6	3	4	2	4	2	4	2			
Linha alcatroada e merlim (peças)	60	30	60	30	48	24	40	20	30	15	24	12	10	6	4
Dita de barca (ditas)	18	9	18	9	18	9	14	7	14	7	14	7	6	6	6
Maças de ferro sortidas	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1			
Machados	4	2	4	2	4	2	2	1	2	1	2	1			
Marmitas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
Marrões	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1			
Martellos de orelha para artilheria	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1			
Ditos de animar	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1			1		
Missagra para as portas das baterias	6	3	4	2	4	2	4	2	4	2	4	2			
Olhaes sortidos	20	10	20	10	20	10	16	8	12	6	12	6			
Oleo de linhaça (quintaes)	3	2	3	2	2	1	2	1	1½	3 ar.	1½	3 ar.			
Pedra de amolar	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Pernos de abotocadura	4	2	4	2	4	2	4	2	2	1	2	1			
Pregos de 18 pollegadas	10	5	10	5											
Ditos de 16 e 14 ditas sortidos	20	10	20	10	16	8									
Ditos de 10 ditas	100	50	100	50	100	50	50	25							
Ditos de 7 ditas	150	75	150	75	150	75	80	40	30	15	30	15			
Ditos de forro grandes	500	250	500	250	500	250	250	120	200	100	200	100			
Ditos de dito pequenos	1.000	500	1.000	500	1.000	500	500	250	300	150	300	150			
Ditos de batel grandes	3.000	1.500	3.000	1.500	3.000	1.500	1.500	750	1.000	500	1.000	500			

Pregos de batel pequenos	3.000	1.500	3.000	1.500	3.000	1.500	1.500	750	1.000	500	1.000	500			
Ditos ripares de meia cabeça	2.000	1.000	2.000	1.000	2.000	1.000	1.000	500	1.000	500	1.000	500			
Ditos de cobre (libras)	16	8	16	8	16	8	12	6	8	4	8	4			
Ditos sortidos	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	200	100	50
Piassaba (molhos ou braças)	40	20	40	20	30	15	20	10	12	6	10	5	6	4	3
Pixe ou breu (barris)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	½	½	½
Pinceis escopeiros	12	6	12	6	10	5	8	4	6	3	6	3			
Pelles de carneiro	18	12	18	12	16	10	8	6	6	4	6	4			
Repuxos sortidos de 1½ a ¾ pollegadas	8	8	8	8	6	6	4	4	3	3	2	2	4	2	2
Sacanabos	2	1	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1			
Serrotes de mão	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Sondareza para grandes prumos (peças)	4	2	4	2	3	2	3	2	3	2	3	2	2	1	1
Tacha de bomba (milheiros)	15	8	15	8	12	6	10	5	6	3	6	3	1	½	½
Talhadeiras	3	3	3	3	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Tesouras de trincheira	150	75	150	75	150	75	80	40	80	40	80	40			
Trados sortidos de ¾ a ½ pollegada	8	8	8	8	6	6	4	4	3	3	2	2	3	2	2
Tinta branca preparada (barris)	6	3	6	3	4	2	3	2	2	1	2	1			
Dita verde (ditos)	3	2	3	2	2	1	1	1	1	1	1	1			
Dita preta (ditos)	4	2	4	2	3	2	3	2	2	1	2	1			
Dita amarella (ditos)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Varas de bomba	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1			
Vermelhão (libras)	1	½	1	½	1	½	½	½	½	½	½	½			
Verniz de Coltar (barris)	2	1	2	1	1	1	1	1							
Verrumas de ¼ pollegada	6	6	6	6	5	5	4	4	3	3	3	3	4	3	3
Ditas de costado	2	2	2	2	2	2	1	1	.....	.....	.....	.....	1		
Ditas de costadinho	4	4	4	4	4	4	3	3	2	1	1	1	3	2	1
Ditas de forro grande	6	6	6	6	6	5	5	4	4	3	3	2	4	3	2
Vidros sortidos	50	25	50	25	30	15	20	10	16	8	12	6			
Vistas	100	50	100	50	80	40	50	25	30	15	20	10			
Viradores de 10 pollegadas	1	1													
Ditos de 8 ditas	1	1	1	1											
Ditos de 7 ditas	2	2	2	2	1	1	1	1							
Ditos de 6 ou 7 ditas	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1		
Ditos de 5 ou 6 ditas	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	
Ditos de 4 ditas	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1
Zarcão (arrobas)	1	½	1	½	1	½	1	½	1	½	½	¼			

N. B. Havendo cabos de patente dar-se-hão com diminuição de 1 terço das quantidades marcadas. Os cabos para Transportes e Correios, serão de 4, 3, 2, e 1 pollegadas, apezar de não estarem designados positivamente assim.

Tabella dos Generos de sobreselentes, pertencentes á 3.ª Secção.

	NAOS.		FRAGATAS DA 1.ª ORDEM.		FRAGATAS DA 2.ª ORDEM.		CURVETAS.		BERGANTINS.		BRIGUES ESCUNAS.		TRANSPORTES E CORREIOS.		
													CHARRUAS.	BRIGUES.	PATAXOS.
	4 mezes.	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*2 mezes.*	*2 mezes*	*2 mezes.*
Algodão em fio (libras)	6	3	6	3	4	2	4	2	4	2	4	2	2	2	2
Alfazema (ditas)	4	2	4	2	4	2	2	1	2	1	2	1			
Almotolias de folha	2	1	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Arcos de ferro de pipa	20	10	20	10	16	8									
Bombas de folha	4	2	4	2	4	2	2	1	2	1	2	1	1	1	1
Ditas de cobre	2	1	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1			
Braços de balança	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Barris de Galé	6	3	6	3	4	2	3	2	3	2	3	2	2	1	1
Baldes ferrados	4	2	4	2	4	2	3	2	3	2	3	2			
Bandejas	8	4	8	4	6	3	4	2	4	2	4	2	2	2	2
Colheres de ferro para a Guarnição (huma por praça)															
Cadeados grandes	6	3	6	3	4	2	4	2	4	2	4	2			
Ditos pequenos	18	9	18	9	12	6	12	6	12	6	12	6			
Chupetas	12	6	12	6	10	5	8	4	6	3	6	3	2	1	1
Cubos	3	2	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
Cravos de arco de ferro	140	70	140	70	120	60									
Facas Flamengas	6	3	6	3	6	3	6	3	6	3	6	3	1	1	1
Funis de cobre	1	1	1	1	1	1									
Ditos de folha	2	1	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Grizetas de folha	6	3	6	3	6	3	4	2	4	2	4	2	2	2	2
Marmitas de folha	3	2	3	2	2	2	2	2	2	1	2	1			
Medidas de folha (jogos)	2	1	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1			
Pucaros de folha para a Guarnição (hum por praça)															
Pratos de estanho	12	6	12	6	12	6	8	4	6	3	6	3			
Pipas velhas para desmanchar	2	1	2	1	2	1									
Sabão (arrobas)	6	3	6	3	4	2	2	1	2	1	2	1			
Tigelas de estanho	12	6	12	6	12	6	8	4	6	3	6	3			

TABELLA PARA A DISTRIBUIÇÃO DAS RAÇÕES ÁS PRAÇAS QUE GUARNECEM OS NAVIOS DA ARMADA NACIONAL E IMPERIAL.

QUALIDADE DOS GENEROS.	Unidades comparativas.	FUNDEADOS.							A' VELA.						
		Domingo.	Segunda feira.	Terça feira.	Quarta feira.	Quinta feira.	Sexta feira.	Sabbado.	Domingo.	Segunda feira.	Terça feira.	Quarta feira.	Quinta feira.	Sexta feira.	Sabbado.
Arroz	Alq.	1/160	...	...	...	1/160	...	...	1/160	...	...	...	1/160		
Agoardente	Medidas.	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24
Azeite doce		...	...	...	...	...	1/120	1/120	1/240	1/240	1/240	1/240	1/240	1/120	1/120
Dito de luzes		1/16	1/16	1/16	1/16	1/16	1/16	1/16	1/16	1/16	1/16	1/16	1/16	1/16	1/16
Assucar	Arratel	1/12	1/12	1/12	1/12	1/12	1/12	1/12	1/12	1/12	1/12	1/12	1/12	1/12	1/12
Bolaxa		...	...	...	...	...	...	...	10/16	10/16	10/16	10/16	10/16	10/16	10/16
Bacalháo		...	...	...	...	...	1/2	1/2	...	...	...	...	...	1/2	1/2
Café		1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24
Carne verde		1	1	1	1	1									
Dita de vacca salgada		...	...	...	...	...	...	...	1	...	1	...	1		
Dita de porco dita		...	...	...	...	...	...	...	...	3/4	...	3/4			
Farinha	Alqueire.	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80
Legume		...	1/128	1/128	1/128	...	1/128	1/128	...	1/128	1/128	1/128	...	1/128	1/128
Lenha	Achas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Pão fresco	Arratel.	10/16	10/16	10/16	10/16	10/16	10/16	10/16							
Toucinho		1/16	1/16	1/16	1/16	1/16	...	...	1/32	1/32	1/32	1/32	1/32		
Vinagre	Med.	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60

67

OBSERVAÇÕES.

1.ª Alêm dos generos mencionados nesta Tabella, se deve distribuir diariamente ás Embarcações de 100 praças para menos 1/8 de alqueire de Sal, quando fundeados, e metade á vela, e nesta porpoção se fará as distribuições ás Embarcações de maior numero de praças.

2.ª Nas Embarcações, cuja Guarnição for menor de 30 praças se distribuirão 2 achas de lenha por dia a cada huma.

3.ª Na falta absoluta de generos designados para compor cada huma das rações fica ao prudente arbitrio das competentes Autoridades a sua substituição por outros generos.

4.ª O Café pode ser substituido pelo Chá, dando-se huma libra para 64 praças, e sendo então hum arratel de Assucar para 16 praças.

5.ª A carne de vacca salgada, sendo sem osso, se distribuirá na razão de 3/4 de arratel para cada huma praça, o que igualmente se praticará quando se fornecerem linguas salgadas.

DIETAS.

Na conformidade do disposto no Decreto de 14 de Abril de 1834, se deve abonar para dietas, suppondo 100 praças em 30 dias, o seguinte:

Araruta.....	Dezaseis libras.	Chá Hyson.....	Huma libra.
Aletria.....	Idem.	Gallinhas.....	Vinte.
Assucar fino.....	Huma arroba.	Manteiga.....	Tres libras.
Bolaxa fina.....	Huma e meia arroba.	Vinho de Lisboa.....	Huma medida.
Cevadinha.....	Dezaseis libras.		

E assim proporcionalmente conforme o numero de praças, e tempo de viagem, quando esta não exceder a 2 mezes, porque excedendo se deve unicamente abonar, alêm do duplo da quantidade marcada para 30 dias, mais metade desta quantidade, por cada hum mez que exceder aos dous.

Tabella dos Generos de sobreselentes pertencentes á 4.ª Secção.

	NAOS.		FRAGATAS DA 1.ª ORDEM.		FRAGATAS DA 2.ª ORDEM.		CURVETAS.		BERGANTINS.		BRIGUES ESCUNAS.		TRANSPORTES E CORREIOS.		
													CHARRUAS.	BRIGUES.	PATAXOS.
	4 *mezes.*	2 *mezes.*	4 *mezes.*	2 *mezes.*	4 *mezes.*	2 *mezes.*	4 *mezes.*	2 *mezes.*	4 *mezes.*	2 *mezes.*	4 *mezes.*	2 *mezes.*	2 *mezes.*	2 *mezes.*	2 *mezes.*
Agulhas de Bitacula	4	4	4	4	4	4	2	2	2	2	2	2	2	1	1
Ditas de lona e brim	300	150	150	150	200	100	150	80	100	50	80	40	40	30	20
Ditas de alfaiate	100	100	100	100	60	60	50	50	40	40	30	30			
Ditas de palombar	60	30	60	30	40	20	40	20	20	10	20	10	10	5	5
Ampulhetas de meia hora	2	1	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1			
Ditas de trinta segundos para Barquinha	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Ditas de quinze ditos	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	1	1	1
Andaina de panno	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Bandeiras Brasileiras	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1
Barometro ás Embarcações que forem para fora dos tropicos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Barretina ou chapeo para cada praça	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Brim novo (peças)	18	9	18	9	15	8	12	6	8	4	4	2	3	2	1
Dito velho (varas)	100	50	100	50	80	40	60	30	40	20	40	20	30	20	20
Bonés (hum por praça)															
Calças de brim para cada praça	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
Ditas de panno quando forem para Paizes frios (idem)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Camisas de brim (idem)	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
Catres para doentes	12	6	12	6	8	4	6	3	4	2	4	2			
Cera ou Espermacete em velas (arrobas)	4	2	3	1½	3	1½	1½	24 lb.	1	½	24 lb.	12 lb.	½	½	½
Dita em archotes (libras)	16	8	16	8	12	6	8	4	8	4	8	4			
Colxões e travesseiros para doentes	12	6	12	6	8	4	6	3	4	2	4	2			
Cronometro	3	3	3	3	3	3	1	1	1	1	1	1			
Escovas Inglezas	8	4	8	4	6	3	4	2	4	2	4	2			
Fileli sortido (covados)	50	25	50	25	50	25	40	20	40	20	30	15			
Fio de vela e de palomba (arrobas)	6	3	6	3	6	3	4	2	4	2	4	2	1	24 lb.	20 lb.
Flamulas para Escaleres	2	1	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ditas para Navio	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Jaquetas de panno para cada praça	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Lampiões de correr	1	1	1	1	1	1									

Tabella dos Generos de sobreselentes, pertencentes á 4.ª Secção.

	NAOS.		FRAGATAS DA 1.ª ORDEM.		FRAGATAS DA 2.ª ORDEM.		CURVETAS.		BERGANTINS.		BRIGUES ESCUNAS.		TRANSPORTES E CORREIOS.		
													CHARRUAS.	BRIGUES.	PATAXOS.
	4 mezes.	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*4 mezes.*	*2 mezes.*	*2 mezes.*	*2 mezes.*	*2 mezes.*
Lanternas de rede e vidro ou Malacacheta	4	4	4	4	4	4	2	2	2	2	2	2	1	1	1
Ditas de vistas	8	4	8	4	6	3	4	2	4	2	3	2	1	1	1
Lençoes para os doentes	48	24	48	24	32	16	24	12	16	8	16	8			
Linha para coser (libras)	6	3	6	3	4	2	3	2	2	1	2	1			
Livros sortidos	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2			
Lona nova (peças)	20	10	20	10	18	9	12	6	8	4	6	3	3	2	1
Dita velha (varas)	150	75	150	75	100	50	80	40	60	30	60	30	40	30	30
Mangueira de sola	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Mantas (huma por praça)															
Ditas para doentes	12	6	12	6	8	4	6	3	4	2	4	2			
Oculo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Papel fino (resmas)	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	$\frac{1}{4}$	$\frac{1}{8}$	$\frac{1}{4}$	$\frac{1}{8}$	$\frac{1}{4}$	$\frac{1}{8}$	6 cad.	4 cad.	4 cad.
Dito ordinario (ditas)	2	1	2	1	2	1	1	$\frac{1}{2}$	1	$\frac{1}{2}$	1	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$
Dito para cartuchinho (ditas)	4	2	4	2	3	$1\frac{1}{2}$	2	1	2	1	2	1			
Pennas para escrever	50	25	50	25	50	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
Ditas de lapis	12	6	12	6	12	6	6	3	6	3	6	3	3	3	3
Prumos de 2 arrobas a 8 libras	6	6	6	6	6	6	6	3	6	3	6	3	2	2	2
Repuxos ou dedaes de marinheiros	40	20	40	20	40	20	30	15	20	10	20	10	10	10	6
Tabaco de fumo (arrobas)	8	4	8	4	8	4	4	2	4	2	4	2	1	1	$\frac{1}{2}$
Tesouras de alfaiate para Artilheria	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Tinta para escrever (medida)	1	$\frac{1}{2}$	1	$\frac{1}{2}$	1	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$
Tinteiros (jogo)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
Vaqueta e folha para as bombas e forros (meios)	16	8	16	8	16	8	10	5	8	4	8	4	4	3	2

Inventario dos generos pertencentes á cada Navio, que por occasião de desarmamento se devem conservar a borbo á cargo do respectivo Mestre.	NAOS.	FRAGATAS DA 1.ª ORDEM.	FRAGATAS DA 2.ª ORDEM.	CURVETAS.	BERGANTINS.	BRIGUES ESCUNAS.	TRANSPORTES E CORREIOS.		
							CHARRUAS.	BRIGUES.	PATAXOS.
Ancoras á roça	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Amarras de ferro, ou linho considerando que os Navios tenhão amarração fixa.	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Aguada correspondente a cada Navio...									
Boças de correntes para as ancoras....	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Bote ou Escaler com a competente palamenta para o serviço	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Cana de leme	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Fogão com as competentes caldeiras e marmitas	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Mastros reaes (os competentes)									
Patescas ferradas	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Talhas de gato para o serviço, e seus tropos	6	6	5	5	4	4	5	4	4
Ditas de rabixo	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Turcos das mesas sem apparelho, e os da popa com elle (os competentes)...									
Vergueiros d'entre os mastros	1	1	1	1	1	1	1	1	1

N. B. Todos os mais generos que se acharem a bordo dos Navios na occasião de desarmamento, deverão armazenarem-se para quando cada hum delles houver de armar.

OBSERVAÇOES.

1.ª Os sobreselentes vão arbitrados na Tabella para quatro e dous mezes; porêm querendo-se apropriar para diverso tempo, calcular-se-hão da maneira seguinte: para seis mezes a quantidade marcada para quatro, e mais hum

terço da mesma quantidade: para cinco mezes a quantidade media entre 4 e 6: para tres mezes a quantidade media entre 4 e 2: e finalmente para hum mez dous terços da quantidade estipulada para dous mezes.

2.ª Para Escunas de Guerra dar-se-ha a mesma quantidade de sobreselentes marcada para os Brigues Escunas; e para Escunas e Brigues Escunas em serviço de Transportes e Correios, fornecer-se-hão iguaes porções estipuladas aos Pataxos empregados em identica Commissão.

3.ª Os Mestres a cargo de quem se achão os generos denominados de Inventario, permanecerão nos respectivos Navios, como praças constantes, e quando as urgencias do serviço exijão alguma mudança, deverão fazer aos que lhe succederem, entrega solemne na presença do Inspector do Arsenal ou seu Ajudante, e hum Official de Fazenda delegado do Intendente da Marinha, precedendo participação do Inspector ao Intendente, para este determinar que se faça o Inventario a cargo do novo Mestre; e caso seja em porto estranho, ou mesmo Nacional, aonde não houverem taes autoridades, verificar-se-ha a entrega na presença do Official do Detalhe e Escrivão do Navio, passando-se o sdevidos Conhecimentos em forma.

4.ª Todos os generos de Inventario quanto a apparelho em arrecadação, deverão ter lembretes, que declarem a que Navio pertencem, o nome do cabo, a sua bitola, as braças de comprimento, e o seu estado de serviço, se novo, se em meio uso ou velho.

5.ª De tres em tres mezes, em todos os Navios desarmados, passar-se-hão exactas revistas aos generos de Inventario, a que assistirá o Inspector do respectivo Arsenal, ou algum de seus Ajudantes, e hum Official de Fazenda do mesmo Arsenal. Além destas revistas o Inspector, como particularmente incumbido dos Navios desarmados, tomará todas as medidas que julgar convenientes para a boa ordem, arrecadação, e conservação dos mesmos generos, e será imediatamente responsavel pela efficacia, e exacto cumprimento destas medidas.

6.ª O Commandante de qualquer Navio em activo serviço, fará extractar até o dia 5 de cada mez, dos bilhetes de consumo do mez antecedente, hum Mappa demonstrativo dos generos despendidos nesse mez, e o remetterá por via segura, e dentro do mais curto prazo possivel á Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha.

7.ª O Commandante de qualquer dos referidos Navios, logo que entrar neste Porto, fará extractar hum semelhante Mappa de todos os generos despendidos durante a sua commissão, e o remetterá dentro do espaço de vinte e quatro horas á mesma Secretaria de Estado. Tanto estes Mappas, como o de que trata o Artigo antecedente serão transmittidos á Intendencia da Marinha, para servirem a quaesquer exames, a que seja conveniente proceder; ficando estabelecido como regra inalteravel, que só se deve fornecer a taes Navios, quando de novo houverem de sahir em commissão, o que lhes for preciso para completar a quantidade de sobreselentes marcadas nesta Tabella.

8.ª D'ora em diante não se admittirá nos Arsenaes, que os Mestres dos Navios de Guerra troquem cabos de laborar. Os respectivos Commandantes farão prover com os sobreselentes de bordo, a reforma daquelles que a experiencia for manifestando incapazes de serviço. Estes cabos assim usados, ficarão a bordo para aderiças de roupa, para forros de amarras, para peias, para troço, para redes, anetes dos ferros, &c.; e se não obstante se accumularem, deverão entregar-se nos Armazens com a competente Guia, mas nunca por troca.

Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Janeiro de 1838. — *Joaquim José Rodrigues Torres.*

Tabella dos Ganeros para Armamento pela 1.ª Secção.

	NAOS.	FRAGATAS DA 1.ª ORDEM.	FRAGATAS DA 2.ª ORDEM.	CURVETAS.	BRIGUES.	BRIGUES ESCUNAS	TRANSPORTES E CORREIOS.		
							CHARRUAS.	BRIGUES.	PATAXOS.
Baldes de sola	12	12	12	6	6	6	4	2	2
Banco de Serralheiro	1	1	1						
Bombas de fogo pequenas	2	2	2	1	1	1			
Borlas de pao sortidas para os topes, e paos de Bandeiras	5	5	5	5	4	4	3	2	2
Cadeiras de palhinha para as Camaras, e Antecamaras	18	18	12	6	6	6			
Cadernaes bb. (os necessarios)									
Caixas para a marinhagem (huma para cada 10 praças)									
Ditas para guardar armamento de mão nas Lanchas	1	1	1	1	1	1			
Capoeiras e comedores (as necessarias)									
Carreteis de torcer mialhar	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Escaleres com as competentes fateixas, velas, toldos almofadas, artilheria, barris e mais pertences	6	5	5	4	3	3	3	2	1
Garrunchos de pao (os necessarios)									
Lancha com iguaes pertences dos Escaleres menos almofadas	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Lebres sortidas (as necessarias)									
Malaquetas de pao (as necessarias)									
Macetes sortidos	24	24	24	18	18	18	12	8	6
Mesas para a Guarnição (huma para cada rancho)									
Ditas para a Camara, Antecamara e Praça d'Armas	3	3	3	2	2	2	2	2	1
Moitões bb. (os necessarios)									
Moxos com assento de palhinha para Praça d'Arma	24	24	18	12	8	8			
Patescas ferradas	8	8	6	4	3	3	4	3	2
Sapatas sortidas (as necessarias)									
Tijolos Inglezes	24	24	18	12	8	8	6	4	4

PETRECHOS DE GUERRA.	NAOS.	FRAGATAS DA 1.ª ORDEM.	FRAGATAS DA 2.ª ORDEM.	CURVETAS.	BRIGUES.	BRIGUES ESCUNAS.	TRANSPORTES E CORREIOS.		
							CHARRUAS.	BRIGUES.	PATAXOS.
Algemas	32	32	32	24	20	16			
Agulhas de Diamante para cada boca de fogo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ditas de Goiva	6	6	6	4	3	2	1	1	1
Ditas de Verruma	6	6	6	4	3	2	1	1	1
Bacamartes	6	6	6	2	2	2			
Bainhas de Espada	200	160	120	50	40	40	20	15	10
Bayonetas	100	60	40	20	20	20			
Balde de lona para cada boca de fogo	1	1	1	1	1	1			
Boldries de cinto	200	160	120	50	40	40	20	10	10
Bala raza 50 á cada Peça e 30 a cada Caronada para Navios armados em guerra, e para Transportes e Correios 15 para cada boca de fogo.									
N.B. Quando qualquer embarcação for armada somente com Caronadas, as Peças Colubrinas que servem de Cachorros de Proa, deverão ser municiadas com 80 balas cada huma.									
Cabide de Armas	1	1	1						
Caixões grandes	4	4	2	1	1	1			
Ditos pequenos	6	6	4	2	2	2			
Cartuchos de Baetilha, ou serafina para cada boca de fogo	60	60	60	60	60	60			
Ditos de Espingarda embalados	2.500	1.500	1.000	500	500	500			
Ditos de Pistola ditos	1.200	960	720	300	240	240			
Ditos de Bacamarte ditos	72	72	72	24	24	24			

Cartucheiras de cinto	200	160	120	50	40	40			
Ditas de Espoletas para cada 2 bocas de fogo	1	1	1	1	1	1			
Caronadas com suas competentes Carretas na conformidade do porte da Embarcação									
Cassonetes de pao	100								
Cavilha de golilha	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Celha de encartuchar	1	1	1	1	1	1			
Chavetas	150	150	120	80	50	50	20	15	10
Chuços com hasteas	100	100	60	30	30	30			
Chapuzes para cada boca de fogo, que necessitar	1	1	1	1	1	1			
Cocharras com sacatrapos huma para 4 Caronadas, e e quando as Curvetas e Brigues forem armadas com Colubrinas, receberão 4 Cocharras cada huma das ditas Embarcações									
Dedeiras de couro para cada 2 bocas de fogo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Espadas	200	160	120	50	40	40	20	15	10
Espeques de pao para cada boca de fogo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ditos de Conteira, para cada Caronada de Coliça	1	1	1	1	1	1			
Espingardas	100	60	40	20	20	20			
Espoletas para cada boca de fogo	50	50	50	50	50	50			
Fechos de Artilheria para cada boca de fogo	1	1	1	1	1	1			
Formas para cartuchos	6	6	6	4	4	4			
Formões para tirar as tapas para cada 2 bocas de fogo	1	1	1	1	1	1			
Funis	2	2	2	1	1	1			
Golilha	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Guardamorrões de folha	4	3	3	2	2	2	1	1	1
Ditos de pao para cada 3 bocas de fogo dos Navios armados em guerra, e aos Transportes e Correios para cada 2 bocas	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Hasteas com lanadas para cada boca de fogo	1	1	1						
Ditas com soquetes, idem	1	1	1						
Ditas com sacatrapos	8	8	8	.....	.....	.....	1	1	1
Ditas com cocharra	8	8	8	.....	.....	.....	1	1	1
Ditas com lanadas e soquetes para cada boca de fogo	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	1	1
Lanternetas ou Piramides para cada Peça	10	10	10	10	10	10	5	5	5

PETRECHOS DE GUERRA.	NAOS.	FRAGATAS DA 1.ª ORDEM.	FRAGATAS DA 2.ª ORDEM.	CURVETAS.	BRIGUES.	BRIGUES ESCUNAS.	TRANSPORTES E CORREIOS.		
							CHARRUAS.	BRIGUES.	PATAXOS.
Lanternetas ou piramides para Caronadas	30	30	30	30	30	30	5	5	5
Lanternas para a bateria	60	32	30						
Ditas para cada boca de fogo	.....	.....	.....	1	1	1			
Ditas de vistas	6	4	4	3	2	2			
Macete de pao para cada 2 bocas de fogo	1	1	1	1	1	1			
Machadinhas	40	30	30	20	16	16			
Machos de ferro	40	30	30	24	18	18	6	4	4
Medidas sortidas (jogos)	2	2	2	1	1	1			
Mira de pao a cada boca de fogo	1	1	1	1	1	1			
Morrão (quintaes)	4	4	3	2	1	1	2 ar.	1 ar.	1 ar.
Palanquetas para cada peça	2	2	2	2	2	2			
Palmetas ou palmetões para cada boca de fogo	1	1	1	1	1	1			
Panno para encartuchar	1	1	1	1	1	1			
Passadores de pao para cada calibre	1	1	1	1	1	1			
Parafuso de elevação para cada Caronada	1	1	1	1	1	1			
Peças de artilheria ou Caronadas com as competentes carretas conforme o porte da Embarcação (as necessarias)									
Pederneiras para cada boca de fogo	2	2	2	2	2	2			
Pés de cabra para cada boca de fogo	1	1	1	1	1	1			
Pistolas	100	80	60	25	20	20			
Polvorinhos para cada 2 bocas de fogo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Porta-cartuchos de sola para cada 2 bocas de fogo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Pranchadas de chumbo ou latão para cada boca de fogo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ditas de dito para o Paiol da polvora	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Rascadores sortidos, hum para cada calibre, aos Navios que montarem peças colubrinas									

Soleira para cada peça	1	1	1	1	1	1			
Soquete com lanada, nas Embarcações em que convier, para cada boca de fogo	1	1	1	1	1	1			
Tacos para cada boca de fogo	60	60	60	60	60	60	10	10	10
Talhas para cada boca de fogo	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Ditas para as portas	64								
Tapas a cada boca de fogo	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Tigelinhas de misto	250	250	150	100	100	100			
Varetas de rascar	2	2	2	1	1	1			
Vergueiros para cada boca de fogo	1	1	1	1	1	1			

N. B. Se alguma Embarcação não tiver sufficiente capacidade para acommodar com o necessario arranjo, 60 tiros a cada boca de fogo, como em geral se arbitra nesta Tabella, reduzir-se-ha o numero dos tiros conforme o espaço para a arrecadação.

Tabella dos Generos para Armamento pela 2.ª Secção.	NAOS.	FRAGATAS DA 1.ª ORDEM.	FRAGATAS DA 2.ª ORDEM.	CURVETAS.	BRIGUES.	BRIGUES ESCUNAS.	TRANSPORTES E CORREIOS.		
							CHARRUAS.	BRIGUES.	PATAXOS.
Amarras de ferro (as necessarias)									
Boças de ferro	8	8	8	8	8	8			
Buscavida	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Espeto de bomba	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ferramenta de Serralhero, conforme a nota abaixo.									
Fogão com as competentes caldeiras e marmitas	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Garrunchos de ferro (os necessarios)									
Linha e merlim alcatroado (arrobas)	3	2	2	1	1	1	½	½	½
Machados	4	4	4	2	2	2	3	3	2
Malaquetas de bronze (as necessarias)									
Olhos de boi para dar claridade nas Cobertas e Paioes (os necessarios)									
Passadores	24	24	24	18	18	18	12	8	6
Pedra e moeta para tintas	1	1	1						
Prumo de bomba	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Raspas de ferro	40	40	30	20	20	20	12	8	6
Ratoeiras	6	6	6	4	4	4	4	4	3
Rebolo com o competente veio de mó ou pedra d'amolar.	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Sapatilhos (os necessarios)									
Trem de Serralheiro que compete a cada Embarcação que levar a bordo tal Artifice, a saber:									
Aço (libras)	20	16	16	12					
Arame de ferro	4	4	4	2					

Arco de rabeca com palmatoria	1	1	1	1					
Brocas de carretel	12	8	8	6					
Bigornas	2	2	2	1					
Craveiras	2	2	2	1					
Chaves de parafuso	2	2	2	2					
Chegadeira	1	1	1	1					
Carvão de pedra (barricas)	4	3	3	2					
Desandadores	2	2	2	2					
Espeto de forja	1	1	1	1					
Estanho (libras)	6	4	4	4					
Esmeril (ditas)	4	3	3	2					
Forja completa	1	1	1	1					
Ferros de soldar	1	1	1	1					
Ferro sortido (arrobas)	16	10	10	6					
Limas sortidas de cortar e fender	28	24	24	20					
Martellos sortidos	3	3	3	2					
Macetas de broca	1	1	1	1					
Poncetas e Ponções	6	6	6	6					
Pás de forja	1	1	1	1					
Resina ou breu	4	3	3	2					
Repuxos sortidos	6	6	6	4					
Tarracha grande	1	1	1	1					
Dita pequena	1	1	1	1					
Tenazes sortidos	3	3	3	2					
Torquezes	1	1	1	1					
Talhadeiras sortidas	3	3	3	2					
Torno grande	1	1	1	1					
Dito pequeno	1	1	1	1					
Tesoura de cortar	1	1	1	1					
Trincal (libras)	1	1	1	1					

Tabella dos Generos para Armamento pela 3.ª Secção.	NAOS.	FRAGATAS DA 1.ª ORDEM.	FRAGATAS DA 2.ª ORDEM.	CURVETAS.	BRIGUES.	BRIGUES ESCUNAS.	TRANSPORTES E CORREIOS.		
							CHARRUAS.	BRIGUES.	PATAXOS.
Alfazema (libras)	6	6	6	4	4	4			
Algodão em fio (ditas)	4	4	3	2	2	2	1	1	1
Almctolias de folha	4	4	4	3	3	3	3	3	3
Balança Romana	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Baldes ferrados	12	12	12	10	10	10	8	6	6
Bombas de folha	6	6	6	4	4	4	2	2	2
Ditas de cobre	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Bandejas	50	50	40	30	30	30	12	8	6
Barricas para as Lanchas (as necessarias)									
Barris para Escaleres (idem)									
Ditos de Galé	6	6	4	3	3	3	3	3	3
Boias (huma para cada ferro)									
Ditas de salvação	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Braços de balança	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Cadeados sortidos	20	20	20	12	12	12	10	10	10
Colheres de cobre	2	2	2	2	2	2	1	1	1
Conchas de balança de cobre	2	2	2	2	2	2	2	2	2

Conchas de balança de folha	4	4	4	4	4	4	2	2	2
Canecas de pao	40	40	30	20	20	20			
Celhas de baldeação	20	20	16	10	10	10	6	4	4
Escumadeiras de cobre	2	2	2	2	2	2	1	1	1
Facas flamengas	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Frasqueiras com frascos para vinho das Missas	1	1	1	1					
Funis de cobre	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ditos de folha	4	4	4	3	3	3	3	3	3
Ferramenta de Tanoeiro	1	1	1						
Grizetas de folha	12	12	12	6	6	6	6	6	6
Machiz	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Medidas de cobre (jogos)	1	1	1	1	1	1			
Ditas de folha (ditos)	4	4	4	4	4	4	3	3	3
Ditas de pao (ditos)	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Pesos de duas arrobas a $\frac{1}{4}$ de libra (ditos)	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Tinas de borda	6	6	4	2	2	2	1	1	1

Tabella dos Generos para Armamento pela 1.ª Secção.

	NAOS.	FRAGATAS DA 1.ª ORDEM.	FRAGATAS DA 2.ª ORDEM.	CURVETAS.	BRIGUES.	BRIGUES ESCUNAS.	TRANSPORTES E CORREIOS.		
							CHARRUAS.	BRIGUES.	PATAXOS.
Agulhas de Alfaiate	100	100	100	50	30	30			
Ditas de Bitacula	2	2	2	2	1	1	2	1	1
Ditas de Marcar	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Almofadas para a Camara, as que forem necessarias conforme a configuração dellas									
Ampulhetas de meia hora	2	2	2	2	2	2			
Andaina de pano	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Arêa de escrever (libras)	4	4	4	2	2	2	2	2	2
Bandeiras Brasileiras (jogos)	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Dita de Buenos Ayres	1	1	1	1	1	1			
Dita Columbiana	1	1	1	1	1	1			
Dita dos Estados Unidos. Com as suas competentes	1	1	1	1	1	1			
Dita Franceza	1	1	1	1	1	1			
Dita Hollandeza	1	1	1	1	1	1			
Dita Ingleza	1	1	1	1	1	1			
Dita de Montevideo	1	1	1	1	1	1			
Dita Russa	1	1	1	1	1	1			
Dita Portugueza	1	1	1	1	1	1			
Bosina grande	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Dita pequena	2	2	2	2	2	2	1	1	
Canivetes	3	3	3	3	3	3	2	2	1
Capas de lona, ou cochim para cobrir as antenas	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Colxões e travesseiros nos Navios que os pedirem para cada praça de Marinheiro	1	1	1	1	1	1			
Dedaes ou repuxos	20	20	20	15	10	10	10	6	6
Encerado para cada Escotilha	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Flamulas, e proporcionado o tamanho dellas com os dos Navios

Escovas Inglezas	10	10	8	6	6	6			
Flamulas Brasileira do Navio	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ditas ditas dos Escaleres	5	5	5	4	3	2	2	2	2
Globos de vidro para a Camara, Antecamara, Praça d'Armas	5	5	3	2	2				
Lampiões de Signaes	6	6	6	6	6	6			
Ditos de correr	1	1	1	1	1	1			
Lanternas de rede e vidro ou malacacheta	8	8	7	5	3	3	3	2	2
Ditas de vista de malacheta	8	8	6	4	4	3	3	2	2
Livros em branco (os necessarios)									
Macas para cada Marinheiro duas, menos Correios e Transportes									
Mangueiras de sola	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Ditas de lona para as Peças e Caronadas, aquellas que forem precisas									
Obréas (maços)	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Papel fino (resmas)	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{4}$	$\frac{1}{4}$	$\frac{1}{4}$	$\frac{1}{4}$	$\frac{1}{4}$	$\frac{1}{4}$
Dito ordinario (ditos)	1	1	1	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$
Dito para cartuchinho (ditos)	1	1	1	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$			
Paramento de Altar completo	1	1	1	1					
Pennas de escrever	50	50	50	25	25	25	25	25	25
Ditas de lapis	12	12	12	6	6	6	3	3	3
Regimento de Signaes	1	1	1	1	1	1			
Tinta para escrever (garrafas)	4	4	4	2	2	2	2	2	2
Tinteiros (jogos)	3	3	3	3	3	3	2	2	2
Toldos para o Navio (os competentes)									
Trincheira corrida	1	1	1	1	1	1			
Ventiladores	4	4	3	3	3	3	3	3	2

Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Janeiro de 1838. — *Joaquim José Rodrigues Torres.*

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.º PARTE 2.ª SECÇÃO 4.ª

REGULAMENTO N.º 6 — *de* 16 *de Janeiro de* 1838.

Declarando que as suspeições não tem lugar a respeito dos Empregados de Fazenda.

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II., Ha por bem Declarar, que não tem lugar as suspeições a respeito dos Empregados da administração, fiscalisação, contabilidade, e expediente da Fazenda Nacional, assim no Thesouro Publico, como nas Thesourarias das Provincias, e mais Repartições Fiscaes, quer sejão taes suspeições intentadas pelas partes, quer dadas e declaradas pelos mesmos Empregados; salvo o caso de se tratar negocio seu, ou de seus consanguineos, ou affins até o segundo gráo.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, do Conselho do Mesmo Augusto Senhor, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezaseis de Janeiro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.º PARTE 2.ª SECÇÃO 5.ª

REGULAMENTO N.º 7 — *de* 19 *de Janeiro de* 1838.

Declarando e alterando algumas das disposições do Regulamento das Alfandegas de 22 *de Junho de* 1836.

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II., Ha por bem que se observe o Regulamento que com este baixa, assignado por Miguel Calmon du Pin e Almeida, do Conselho do Mesmo Augusto Senhor, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional.

O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Janeiro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Regulamento declarando e alterando algumas disposições do Regulamento das Alfandegas de 22 *de Junho de* 1836.

Art. 1.º As penas estabelecidas no Art. 156 a respeito do Sal terão lugar quando a differença achada para mais ou menos da quantidade manifestada, for

x

73 73

acompanhada de circunstancias, que justifiquem fundada suspeita de dolo nos Manifestos, ou nas descargas.

Art. 2.° Na conferencia da carne secca á bordo terão lugar as penas do Art. 156, quando a differença para mais ou para menos exceder a dez por cento da quantidade manifestada.

Art. 3.° As penas do Art. 156 terão lugar na conferencia pelas verbas lançadas nos despachos de sahida dos generos á granel, que não se distinguirem por marcas, e na conferencia pelas folhas da descarga dos mais generos.

§ Unico. As quantias provenientes destas penas, quanto aos generos á granel, não distinguiveis por marcas, serão igualmente repartidas entre os Empregados que fizerem a conferencia á vista dos despachos, e os que a fizerem á vista dos Manifestos pelas verbas lançadas nos mesmos despachos.

Art. 4.° As penas dos Arts. 227 e 228 á que se refere o Art. 234 terão lugar na conferencia pelos despachos de sahida dos generos, quando se achar differença entre a quantidade e qualidade constantes dos mesmos despachos, e as verificadas pela dita conferencia.

Art. 5.° Antes da visita ordenada pelo Art. 180 o Consignatario do Navio, sendo pessoa abonada, se responsabilisará por qualquer differença de marca ou numero, falta ou acrescimo, que haja de encontrar-se na ulterior conferencia do Manifesto.

Art. 6.° No deposito dos generos, permittido pelo Art. 185, em Trapiches Alfandegados, observar-se-ha o seguinte:

§ 1.° A parte que o requerer deverá declarar no seu requerimento a qualidade e quantidade dos generos, numero, e marcas dos volumes, nome do Navio, lugar d'onde e quando veio; e sendo concedido assignará termo de responsabilidade pelos direitos inteiros em Livro proprio.

§ 2.° Assignado o termo, e posta a competente verba no requerimento, será este levado ao Escrivão da Descarga, o qual confrontando as declarações com o Ma-

nifesto, e achando-as conformes, dará bilhete e nomeará o Guarda que deva acompanhar os generos para o Trapiche, e formar a lista necessaria para a conferencia do mesmo Manifesto, a qual lista será assignada tambem pelo Trapicheiro, que receber os ditos generos.

§ 3.° Não se dará sahida aos generos depositados nos Trapiches sem que a parte tenha requerido dar baixa no termo assignado, pondo-se á margem deste a competente verba com referencia ao numero, e data do despacho, e notando-se neste a baixa dada.

Art. 7.° As conferencias dos Manifestos pelas listas das descargas, e pelos despachos de sahida á bordo, serão feitas como se dispoem no Art. 35 § 5.°, ficando revogada a Portaria de 8 de Agosto ultimo.

§ Unico. As quantias provenientes das faltas, e acrescimos, achados nas conferencias dos Manifestos, serão divididas entre os Empregados que as fizerem, guardada a disposição do § unico do Art. 3.°

Art. 8.° Para levar-se á effeito a tomadia permittida pelo Art. 205, quando se dispute se a qualidade do genero, ou o mesmo genero, tem valor na Pauta, deverá a parte, ou o Feitor que disputar, declarar logo o preço que pertende dar-lhe na factura; e sendo este dado pelo Feitor, se a parte não annuir á elle, verificar-se-ha então a tomadia.

§ Unico. E quando esta não se verifique, e seja a questão decidida por arbitros, se o Inspector julgar prejudicada a Fazenda Nacional, poderá mandar, que o genero seja posto em leilão, tomando-se por primeiro lanço, por conta da parte, o valor correspondente á decisão, e mais direitos respectivos; pagando-se estes pelo maior valor que obtiver, se subir; e entregando-se á mesma parte todo o producto do leilão, deduzidos os direitos. E ficão assim declarados o citado Art. 205, e os seguintes 206 e 207.

Art. 9.° As flores artificiaes, de qualquer qualidade que sejão, ficão comprehendidas na disposição do Art. 216.

Art. 10.° Os donos e despachantes de couros e chifres estrangeiros, que forem reexportados, ou bal-

74

dcados, ficão exemptos do deposito em dinheiro, e da letra, ou assignado exigido nos Arts. 240 e 243.

Art. 11.º Verificada a hypothese do Art. 267, o Inspector, Escrivão, e Thesoureiro serão responsaveis e punidos, quando as circunstancias do Assignante, no tempo em que fora admittido, justifiquem fundada suspeita de dolo ou deleixo da parte d'aquelles que o julgarão idoneo: ficando assim declarada a ultima parte do citado artigo.

Art. 12.º A matricula das Embarcações Brasileiras será feita como se dispoem no Cap. 8.º do Regulamento das Mesas de Consulado de 30 de Maio de 1836, ficando sem effeito o Art. 308.

Art. 13.º Os Mappas exigidos pelo § 19 do Art. 115 serão organisados conforme o modelo junto, ao passo que os despachos forem-se recolhendo ao Archivo; enchendo-se diariamente as columnas respectivas á vista dos mesmos despachos, e tomando-se á parte os seus numeros para serem depois conferidos, e suppridos pelo registo quando faltem alguns.

§ Unico. Nas Alfandegas desta Corte, e nas da Bahia, Pernambuco, e Maranhão será hum Amanuense encarregado effectivamente da organisação destes Mappas.

Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Janeiro de mil oitocentos e trinta e oito.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Mappa das mercadorias estrangeiras despachadas para consumo na Alfandega do Rio de Janeiro, durante o anno financeiro de 1836 — 1837.

	Total.	*Grã-Bretanha.*	*França.*	*Cidades Anseaticas.*	*Portugal e suas Possessões.*	*Paizes Baixos*	*Portos do Baltico.*	*Russia.*	*Hespanha.*	*Italia.*	*Dominios Austriacos.*	*Indias Orientaes.*	*Cabo da Boa Esperança.*	*Estados Unidos da America.*	*Estados do Rio da Prata.*	*Portos do Pacifico.*	*Batavia.*	*Pesca.*	*Portos do Imperio.*
Alcatrão, pixe, breu e resinas	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$
Animaes																			
Areia de moldar																			
Armamento																			
Azeite de oliveira																			
Azeites diversos																			
Azeitonas																			
Bebidas espirituosas																			
Barrilha																			
Batatas																			
Cal de Pedra																			
Carnes salgadas e conservadas																			
Carruagens																			
Carvão de pedra																			
Cebolas e alhos																			
Cera em bruto e em velas																			
Cerveja																			
Chá																			
Chapeos para homem																			
Chumbo em bruto e em obras																			
Cobre em chapas e em obras																			
Conservas																			
Cortiças																			
Couros preparados e em obras																			
Enxofre																			
Esmeril																			
Especiarias																			
Especies medicinaes, e drogas diversas																			
Espiritos diversos																			
Farinha de trigo e seus artefactos																			
Ferragens diversas																			
Ferro e aço em barras																			
Folha de Flandres																			
Fructas sasonadas e seccas																			
Fumo em folhas e em charutos																			
Gelo																			
Graxa para calçado																			
Instrumentos mathematicos, opticos e cirurgicos																			
Legumes																			
Livros e impressos																			
Louça e vidros																			
Liaças de vime																			
Maçames																			
Madeiras																			
Manteiga																			
Manufacturas de algodão																			
Manufacturas de lã																			
Manufacturas de linho																			
Manufacturas de seda																			
Maquinas diversas																			
Marmores, ardosias e louza																			
Mobilia																			
Obras de Serigueiro																			
Objectos de Historia atural																			
Oleados																			
Oleo de linhaça																			
Papel e papelão																			
Papel para forrar casas																			
Pedras para moinhos																			
Peixes salgados																			
Perfumarias																			
Pinturas																			
Porcellanas																			
Prata, ouro, e pedras preciosas, e em obras																			
Polvora																			
Queijos																			
Quinquilharias																			
Rapé																			
Roupa feita																			
Sabão																			
Sal																			
Sanguexugas																			
Sementes diversas e plantas vivas																			
Tintas diversas																			
Trigo em grão e outros cereaes																			
Velas de espremacete																			
Velas de sebo e sebo em rama																			
Vidros para vidraças																			
Vinagre																			
Vinhos diversos																			
Zinco e estanho em bruto e em obras																			
	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$	$

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.º PARTE 2.ª SECÇÃO 6.ª

REGULAMENTO N.º 8 — de 31 de Janeiro de 1838.

Contém os Estatutos para o Collegio de Pedro Segundo.

O Regente Interino, em Nome do Imperador, o Senhor Dom Pedro Segundo, Decreta os seguintes Estatutos para o Collegio de Pedro Segundo, instituido pelo Decreto de 2 de Dezembro de 1837.

PARTE I.

DO REGIMEN LITTERARIO, E SCIENTIFICO DO COLLEGIO.

TITULO I.

Dos Empregados do Collegio.

CAPITULO I.

Do Reitor.

Art. 1.º Compete ao Reitor:

§ 1.º Nomear interinamente, e suspender os Inspectores de Alumnos.

§ 2.º Propor ao Ministro do Imperio os Professores de Saude de partido.

§ 3.º Contractar os Serventes necessarios.

§ 4.º Inspeccionar tudo o que respeita á Religião, costumes, ordem, e estudos.

76

§ 5.° Presidir ao regimen economico do Collegio.

§ 6.° Intimar, e fazer executar as ordens, determinações, e decisões relativas ao Collegio.

§ 7.° Fazer, pelo menos, huma visita diaria á Enfermaria.

§ 8.° Visitar por vezes o Refeitorio no tempo da comida para observar os alimentos dos Alumnos.

§ 9.° Assistir de tempos a tempos, e inesperadamente ás lições dos Professores.

§ 10. Correr as Salas de estudos, especialmente no tempo da Oração commum.

§ 11. Visitar diariamente os Dormitorios e as diversas partes da Casa.

§ 12. Communicar ao Vice-Reitor as transgressões graves, que possão ser attribuidas á negligencia dos Empregados.

§ 13. Examinar todas as manhãs os relatorios dos diversos Inspectores de Alumnos, que lhe serão entregues na vespera á noite pelo Vice-Reitor.

Se pelo exame dos relatorios julgar conveniente, fará que venhão á sua presença os Alumnos para castiga-los severamente, reprehende-los, ou exhorta-los.

§ 14. Assistir com o Vice-Reitor todos os Domingos de manhã, em cada Sala de estudos, á leitura solemne do mappa semanal do comportamento e trabalho dos Alumnos.

§ 15. Receber, e por si mesmo dirigir queixas, e reclamações ao Governo por faltas, e transgressões commettidas pelos Empregados, que não puder demittir.

§ 16. Despedir o Alumno quando tenha commettido falta grave contra os costumes, Religião, disciplina, participando-o immediatamente ao Governo.

Os Alumnos assim despedidos poderão recorrer ao Ministro do Imperio.

§ 17. Presidir ao Conselho collegial, ao qual ouvirá na organisação do Regimento interno, necessario para execução destes Estatutos.

§ 18. Em geral dirigir e administrar o Collegio, cujos Empregados todos lhe serão subordinados, no que respeita á suas funcções.

Art. 2.° O Reitor na 1.ª segunda feira de cada

mez congregará em Conselho collegial o Vice-Reitor, Capellão, e Professores, para com elles se occupar de tudo o que interessar ao Collegio, tomando nota das observações, que occorrerem.

Art. 3.° Mandará de tres em tres mezes aos Pais dos Alumnos, ou a quem suas vezes fizer, informações resumidas dos mappas semanaes, e dos relatorios, que houver recebido, sobre o procedimento, progressos, e estado de saude de seus filhos.

Art. 4.° Remetterá no fim do 5.° e 10.° mez do anno escolar ao Ministro do Imperio hum relatorio sobre a disciplina, estudos, e geralmente sobre o estado moral do Collegio, ajuntando-lhe notas circunstanciadas sobre cada hum dos Alumnos, tanto internos, como externos.

Indicarão essas notas seus nomes, naturalidades, idades, estado de seus Pais, empregos, a que se destinão, lugares, que tem obtido nas Aulas, e observações particulares sobre os seus progressos.

CAPITULO II.

Do Vice-Reitor.

Art. 5.° Compete ao Vice-Reitor:

§ 1.° Substituir ao Reitor em todas as suas funcções no caso de falta, ou impedimento.

§ 2.° Receber directamente as ordens do Reitor, e dar-lhe parte de sua execução.

§ 3.° Receber dos Inspectores de Alumnos, e entregar ao Reitor os relatorios diarios.

§ 4.° Receber dos Professores, e Inspectores, e entregar ao Reitor os mappas semanaes do comportamento, e trabalho dos Alumnos.

§ 5.° Vigiar pessoalmente o levantar e deitar dos Alumnos, a entrada e sahida das Aulas, o Refeitorio, e Locutorio.

§ 6.° Inspeccionar os Alumnos quando sahirem a passeio e designar a direcção delles.

§ 7.° Corrigir os Empregados negligentes, e que não cumprirem seus deveres.

77

§ 8.° Inspeccionar especial e immediatamente quanto respeitar ao ensino e á disciplina.

Art. 6.° O Vice-Reitor he o Conservador da Bibliotheca, e de todas as collecções de objectos relativos ás Sciencias.

CAPITULO III.

Do Capellão.

Art. 7.° O Capellão he igual em dignidade ao Vice-Reitor, e será nomeado pelo Governo sobre proposta do Reitor, o qual consultará previamente o Bispo.

Art. 8.° O Capellão habitará no interior do Collegio, o mais perto que for possivel da Enfermaria, que visitará todos os dias.

Art. 9.° Ao Capellão compete:

§ 1.° Guardar, e conservar os Vasos Sagrados, ornamentos e outros objectos do uso da Capella do Collegio. A seu pedido, e por informação do Reitor, será determinada cada anno a quantia, que convêm destinar para a mantença, e reparo desses objectos.

§ 2.° Celebrar Missa nas quintas feiras, Domingos, e dias de guarda, no dia da distribuição dos premios, e a do Espirito Santo no da Abertura das Aulas.

§ 3.° Dar instrucção religiosa aos Alumnos nos dias, e horas, que forem determinados pelo Regimento interno.

§ 4.° Prepara-los para a primeira Communhão, e para a Confirmação; dispo-los para a frequentação dos Sacramentos.

Para ajuda-lo no ministerio da Confissão poderá convidar, de accordo com o Reitor, ao menos huma vez por mez, hum, ou mais Sacerdotes.

§ 5.° Presidir ás Orações das vesperas nos Domingos, e dias de guarda; e dirigir nesses dias aos Alumnos homilias instructivas.

Art. 10. Devem os Alumnos estar sempre providos dos livros de Officio Divino adoptados para a Diocese.

Art. 11. Todos os Empregados, que residirem no Collegio, assistirão ás Missas com os Alumnos.

CAPITULO IV.

Dos Professores.

Art. 12. Os Professores serão nomeados pelo Governo, dando preferencia aos Empregados do Collegio, que se acharem habilitados.

Art. 13. Compete aos Professores:

§ 1.° Não só ensinar a seus Alumnos as Letras, e as Sciencias, na parte que lhes competir, como tambem, quando se offerecer occasião, lembrar-lhes seus deveres para com Deos, para com seus Pais, Patria, e Governo.

§ 2.° Empregar igual desvelo na instrucção de todos os Alumnos sem distincção alguma.

§ 3.° Entregar todos os sabbados ao Vice-Reitor hum mappa sobre o procedimento, e trabalho dos Alumnos.

Art. 14. Os Professores entrarão nas Aulas vestidos decentemente, ás horas prescriptas, immediatamente antes da entrada dos Alumnos.

Art. 15. He-lhes prohibido, bem como a quaesquer outros Empregados da instrucção no Collegio:

§ 1.° Acceitar dos Alumnos retribuições, ou presentes de qualquer natureza que sejão.

§ 2.° Fazer-se substituir sem causa sufficiente, e licença do Reitor.

Art. 16. Haverá tantos Professores, quantos o Governo julgar necessarios.

CAPITULO V.

Dos Substitutos.

Art. 17. Compete aos Substitutos:

§ 1.° Substituir ao Professor no caso de falta, ou impedimento.

§ 2.° Ensinar nas Aulas, que forem subdivididas, por causa do grande numero de Alumnos.

78

Art. 18. Haverá tres Substitutos; e estes, em quanto não exercerem o Magisterio, servirão de Inspectores de Alumnos.

Art. 19. Em caso de necessidade, poderá ser a substituição das Aulas confiada aos Inspectores de Alumnos, que tiverem as necessarias habilitações.

CAPITULO VI.

Dos Inspectores de Alumnos.

Art. 20. Os Alumnos serão repartidos em Classes de 30, a 35 cada huma, e, quanto ser possa, dos que forem da mesma idade, e da mesma Aula.

A direcção, e vigia de cada Classe será confiada a hum Inspector de Alumnos.

Art. 21. O numero de Inspectores de Alumnos será sempre superior ao das Classes, de maneira que possão ser substituidos sem prejuizo da educação, no caso de impedimento, ou falta.

Art. 22. Os Inspectores dos Alumnos comerão á mesa com elles: seus aposentos communicarão com os Dormitorios, de maneira que possão facilmente inspecciona-los.

Art. 23. Ao Inspector de Alumnos compete:

§ 1.° Repartir a sua Classe em tantas subdivisões, quantas julgar necessarias; entregando a direcção de cada huma dellas ao Alumno, que lhe merecer confiança. Este será responsavel pelo comportamento da subdivisão a seu cargo.

§ 2.° Formar hum relatorio diario do que houver acontecido em sua Classe, no qual dê summariamente conta do comportamento, e applicação dos Alumnos.

§ 3.° Organisar nos sabbados hum mappa sobre o procedimento, e trabalho de cada hum dos Alumnos.

§ 4.° Entregar no sabbado á noite esse mappa, e todos os dias á noite seus relatorios ao Vice-Reitor.

§ 5.° Tomar conhecimento do trabalho prescripto aos Alumnos pelos Professores, e cuidar em que sejão feitos com exactidão.

§ 6.° Tomar aos Alumnos as lições, que devem de-

corar; e examinar os trabalhos escriptos, que houverem feito; lançando, quanto ser possa, em folha separada, que entregarão aos respectivos Professores, o seu juizo sobre elles.

§ 7.º Acompanhar os Alumnos todas as vezes, que sahirem a passeio.

§ 8.º Vigia-los á entrada, e sahida das Aulas, e das Salas de estudo.

§ 9.º Examinar por vezes os livros dos Alumnos, e ver se todos tem sido auctorisados pelo Reitor.

Art. 24. Não podem os Inspectores de Alumnos deitar-se antes que se tenhão assegurado de que todos os Alumnos estão accommodados, e dormindo; e não sahirão do Collegio sem licença do Reitor.

Art. 25. Devem elles ter sempre em vista que de sua vigilancia, e firmeza, assim como de sua moderação depende essencialmente a boa educação dos Alumnos.

CAPITULO VII.

Do Professor de Saude.

Art. 26. A Enfermaria he particularmente recommendada á sollicitude do Reitor.

Art. 27. Haverá dois Professores de Saude de partido: hum visitará a Enfermaria ao menos huma vez por dia; o outro será chamado quando o Reitor, e o Assistente precisarem de seus conselhos.

Art. 28. Além desses Professores de Saude poderão, em caso extraordinario, ser chamados outros, se para consulta os reclamarem os Professores de partido.

Art. 29. O Professor Assistente entregará no fim de cada mez ao Reitor hum mappa dos Alumnos, que adoecerem, seus temperamentos, molestias, causas provaveis, e resultado dellas.

Art. 30. Os Professores de Saude, que forem negligentes no cumprimento de seus deveres, poderão ser demittidos pelo Reitor, o qual antes consultará ao Ministro do Imperio.

79 79

Art. 31. Os remedios, que forem receitados, serão fornecidos pelo Boticario, com quem se houver contractado.

Art. 32. Todos os Empregados devem participar ao Reitor os indicios de molestias, que descobrirem em algum Alumno.

Art. 33. Não podem os Alumnos entrar na Enfermaria para visitarem a seus companheiros, que estiverem doentes, se não com licença do Reitor.

Art. 34. Hum lugar retirado, e particular será destinado ao Alumno, que for accommettido de molestia supposta contagiosa.

CAPITULO VIII.

Dos Serventes.

Art. 35. Hum Servente especial estará ligado ao serviço dos Alumnos de cada Classe.

Art. 36. Além destes haverá os Serventes, que forem julgados necessarios para o serviço geral do Collegio, e dos seus Empregados.

Art. 37. Os Serventes do Art. 35 obedecem aos Inspectores de Alumnos em tudo, o que disser respeito ao serviço destes, e ficão sujeitos á vigilancia do Vice-Reitor.

Art. 38. Elles assistem ás Missas, e ás Orações communs, quanto for compativel com as exigencias do serviço.

O Reitor deverá proporcionar-lhes a instrucção religiosa, que lhes for apropriada.

Art. 39. Os Serventes não terão familiaridade alguma com os Alumnos, nem poderão receber delles retribuição, ou presentes, sob pena de expulsão.

Art. 40. Não poderão igualmente fazer-lhes serviço algum extraordinario no interior do Collegio, sem licença do respectivo Inspector de Alumnos, e fóra delle sem permissão do Vice-Reitor.

Art. 41. Os Serventes dormirão em aposentos particulares, perto dos Dormitorios dos Alumnos, a cujo serviço estiverem.

Art. 42. Hum Servente será obrigado a percorrer frequentemente os aposentos, escadas, e corredores, a fim de prevenir os incendios e quaesquer desordens.

Art. 43. Dous ou mais Serventes farão continuamente, todas as noites, a ronda de cada hum dos Dormitorios.

Art. 44. Hum Servente estará sempre, nas horas de recreio, junto ao Locutorio, para chamar os Alumnos, que forem procurados.

Art. 45. O serviço especial da Despensa e Cosinha, da Enfermaria e latrinas, a guarda das portas, e pateos, exigirão Serventes especiaes.

TITULO II.

Dos Alumnos.

CAPITULO IX.

Da Admissão dos Alumnos.

Art. 46. Ninguem será admittido Alumno, se em seu favor não concorrerem os seguintes requisitos:

§ 1.° Idade, pelo menos, de 8 annos, e de 12 quando muito. Os que excederem essa idade, não serão admittidos, sem licença especial do Governo.

§ 2.° Saber ler, escrever, e contar as quatro primeiras operações de Arithmetica.

§ 3.° Attestado de bom procedimento dos Professores, ou Directores das Escolas, que houverem frequentado.

§ 4.° Despacho de admissão dado pelo Reitor.

Art. 47. Além disso deverá o que pretender ser Alumno interno, ter tido bexigas naturaes, ou vaccinadas.

Art. 48. Quando o Reitor não quizer admittir algum Alumno, participará ao Ministro do Imperio as razões, que teve para assim proceder. Essas participações serão reservadas e secretas.

CAPITULO X.

Da Divisão dos Alumnos.

Art. 49 O Collegio he dividido, quanto ao estudo, em oito Aulas, a 8.ª, a 7.ª, a 6.ª, a 5.ª, a 4.ª, a 3.ª, a 2.ª, e a 1.ª

Art. 50. No interior será elle dividido em Classes. Cada Classe não poderá conter mais de 30 até 35 Alumnos.

Art. 51. Terá cada Classe a sua mesa distincta no Refeitorio, sua Sala de estudos, e quanto ser possa, seu Dormitorio á parte. No Dormitorio os leitos ficarão separados huns dos outros, pelo menos, quatro palmos.

CAPITULO XI.

Do Movimento dos Alumnos.

Antes do meio dia.

Art. 52. Das 5 horas e meia ás 6: os Alumnos levantão-se, vestem-se, e vão para a Oração commum.

Das 6 ás 7 horas e meia: os Alumnos preparão nas Salas de estudo os trabalhos, que lhes houverem sido marcados pelos Professores.

Das 7 e meia ás 8: almoço, e recreio.

Das 8 ao meio dia: vão para as diversas Aulas, ou preparão, nas Salas de estudo, os trabalhos, que lhes forem marcados.

Entre cada huma das diversas lições, que se succederem, haverá hum intervallo de 10 minutos de recreio.

Depois do meio día.

Art. 53. Do meio dia á hora e meia: jantar, e recreio.

Da hora e meia ás 5: vão os Alumnos para as diversas Aulas.

Das 5 ás 5 e meia: merenda e recreio.

Das 5 e meia ás 8: preparão os trabalhos escriptos, e decorão as lições.

Das 8 ás 8 e meia: ceião.

Das 8 e meia ás 9: recreio; segue-se leitura moral e Oração commum.

A's 9 horas e meia: vão deitar-se.

Art. 54. As lições de Dança serão dadas nos dias feriados aos Alumnos, cujos Pais houverem determinado que a aprendão.

Art. 55. Nas quintas feiras e Domingos de manhã, poderão os Alumnos aprender a nadar nos lugares, que o Reitor, de accordo com os Professores de Saude, houver escolhido, e com todas as necessarias precauções tomadas por elles.

Art. 56. Todas as Aulas e refeições serão precedidas, e seguidas por huma breve Oração.

Art. 57. Durante as refeições hum dos Alumnos das Classes superiores fará huma leitura indicada pelo Reitor.

Art. 58. Os Alumnos marcharão sempre em ordem e silencio, debaixo da direcção dos respectivos Inspectores.

Art. 59. Durante as horas d'Aulas, e de estudos, haverá nos pateos, e lugares communs, quem vigie, e impeça que se demorem, ou reunão os Alumnos, que por necessidade sahirem das Salas.

CAPITULO XII.

Das communicações externas dos Alumnos, e de suas leituras.

Art. 60. Os Alumnos só poderão receber visitas a horas de recreio, e no Locutorio. As pessoas, que os vierem visitar, devem pedir licença ao Reitor.

Art. 61. Essa licença será communicada ao Servente do Locutorio, para que vá chamar ao pateo o Alumno, que for procurado.

Art. 62. Os Alumnos só podem ser visitados por

seus Pais, ou por pessoas por elles expressamente recommendadas.

Art. 63. A sahida do Collegio he prohibida, sem licença do Reitor, o qual nunca deixará sahir os Alumnos, sem que os venhão buscar seus Pais, ou pessoas por elles expressamente auctorisadas.

Art. 64. Tanto fóra do Collegio, como no interior delle, os Alumnos não podem despir o vestuario de uniforme.

Art. 65. Em regra geral, os Alumnos não podem sahir, senão duas vezes por mez; sendo nas quintas feiras, depois de 10 horas, ou nos Domingos, e dias de guarda, depois das vesperas.

Art. 66. A privação de alguma dessas vezes de sahir he castigo: em recompensa da applicação, e do aproveitamento, conceder-se-hão licenças extraordinarias para sahir.

Art. 67. As licenças se darão por hum bilhete rubricado pelo Reitor, com a palavra — exeat — e o nome do Alumno.

Art. 68. Esse — exeat — será entregue ao Porteiro, que o registará, e tomará nota da hora, em que o Alumno se recolher, e da pessoa, que o acompanhar.

Art. 69. Devem os Alumnos recolher-se ás 7 horas no inverno, e ás 8 no verão. Serão acompanhados por seus Pais, ou pessoas de confiança.

Art. 70. O Alumno, que se recolher em hora impropria, ou que não vier acompanhado, será privado por huma ou mais vezes de sahir, segundo a gravidade das circunstancias.

Art. 71. Os Alumnos só podem escrever á seus Pais, ou quem suas vezes fizer.

Art. 72. As cartas, que lhes forem remettidas, virão assignadas, por fora, pelas pessoas, que as escreverem.

Art. 73. Tanto humas, como outras, serão essas cartas levadas ao Reitor, que as inutilisará, ou fará chegar á seu destino, como julgar conveniente.

Art. 74. Além dos livros das Aulas, que serão

ministrados pelo Collegio, poderão os Alumnos ter outros livros proprios para sua instrucção.

Nenhuma leitura porêm lhes he licita, senão depois de visto, auctorisado, e rubricado o livro pelo Reitor.

Art. 75. Todos os livros de cada Alumno terão hum rotulo com seu nome, numero, e com a rubrica do Collegio.

Art. 76. Quando os Inspectores de Alumnos, examinando, em cumprimento do Artigo 23 § 9.º, os livros, acharem algum, que não esteja especialmente auctorisado, castigarão o Alumno, segundo a gravidade das circunstancias, e remetterão o livro ao Reitor.

Art. 77. Os livros assim apprehendidos, e os que não puderem ser auctorisados, serão entregues aos Pais do Alumno.

CAPITULO XIII.

Das obrigações particulares dos discipulos externos.

Art. 78. Os discipulos externos andarão vestidos decentemente.

Art. 79. He-lhes prohibido trazer para o Collegio periodicos, e livros, que não sejão os das Aulas; e incumbir-se de qualquer negocio, ou serviço dos internos.

Art. 80. Quando souber com antecedencia que não poderá assistir ás Aulas, o discipulo externo participa-lo-ha aos Professores, e pedir-lhes-ha licença.

Art. 81. O Professor participará ao Reitor o não comparecimento do discipulo externo, que lhe não houver pedido licença, para que sejão tomadas as medidas necessarias, a fim de saber-se o motivo da falta.

Art. 82. O Professor poderá excluir de sua Aula o discipulo externo, que se comportar mal, participando-o ao Reitor, que approvará ou reprovará a exclusão.

Art. 83. O Reitor deve informar-se do procedimento, e estado de saude dos discipulos externos, e

particularmente daquelles, cujos Pais não residirem na Cidade.

Para esse fim todo o externo fará saber ao Reitor a casa, em que reside, o nome, e occupação da pessoa, a cuja direcção estiver confiado.

CAPITULO XIV.

Dos Feriados.

Art. 84. Serão feriados, além da quinta feira de cada semana, em que não houver dia santo de guarda, os dias seguintes:

§ 1.° A quarta feira de Cinza, a quinta feira, sexta feira e sabbado da Semana Santa.

§ 2.° Os dias de Festividade Nacional.

§ 3.° Os Domingos, e dias de guarda.

Art. 85. Haverá somente quatro horas de trabalho nos dias feriados nas Salas de estudo. As mais serão destinadas á instrucção Religiosa, recreio, e passeio.

CAPITULO XV.

Da Instrucção Religiosa.

Art. 86. Nas quintas feiras, e Domingos, terá lugar a instrucção Religiosa distribuida pelo seguinte modo.

Art. 87. Alèm da Missa, homilia e Orações de vesperas, que são communs para todo o Collegio, os Alumnos da Aula 8.ª decorarão Historia Sagrada, e pedaços do Novo e Velho Testamento, que lhes serão explicados pelo Capellão.

Art. 88. Os das Aulas 7.ª, e 6.ª decorarão o Cathecismo da Diocese com as explicações, que o Capellão julgar necessarias.

Art. 89. Os das Aulas 5.ª, 4.ª, e 3.ª assistirão á exposição dos Dogmas da Religião, e das provas, em que se apoião.

Art. 90. Para os das Aulas 2.ª, e 1.ª haverá conferencias philosophicas sobre a verdade da Religião,

sua historia, e os beneficios, que lhe deve a humanidade.

CAPITULO XVI.

Dos Castigos.

Art. 91. Sempre proporcionados á gravidade das faltas, os castigos serão os seguintes:

§ 1.° Privação de huma parte, ou da totalidade do recreio com trabalho extraordinario.

§ 2.° Privação de passeio com trabalho extraordinario.

§ 3.° Prohibição de sahir.

§ 4.° Prisão: a prisão será hum lugar sufficientemente claro, e facil de ser inspeccionado, onde o Alumno occupar-se-ha constantemente em algum trabalho extraordinario.

§ 5.° Privação de ferias, em todo, ou em parte.

§ 6.° Vestir a roupa ás avessas. O Alumno assim vestido occupará lugar á parte nas Aulas, e Salas de estudos; e não assistirá aos passeios, nem aos recreios.

§ 7.° Moderada correcção corporal.

§ 8.° Exclusão do Collegio.

Art. 92. As penas serão sempre applicadas de modo, que nunca seja o Alumno privado de assistir ás lições dos Professores; excepto quando for excluido de huma Aula, por haver nella perturbado a ordem.

Art. 93. O trabalho extraordinario, annexo á alguns castigos, consistirá em copiar pedaços de prosa, ou verso, indicados por quem houver imposto o castigo.

Art. 94. Só o Reitor poderá impor os seis ultimos castigos; os outros podem ser impostos pelo Vice-Reitor, Professores, e Inspectores.

Art. 95. Os Alumnos privados de recreio, ou de passeio, reunir-se-hão em huma Sala debaixo da vigilancia de hum Inspector.

Art. 96. Quando algum Alumno for excluido do Collegio, será separado dos outros, até que possa ser entregue a seus Pais.

83

Art. 97. Os externos podem ser condemnados pelo Reitor, Vice-Reitor, e Professores aos castigos supraindicados, que lhes forem applicaveis.

Art. 98. O Inspector de Alumnos, que tiver queixas contra algum externo, as exporá ao Vice-Reitor, que ordenará o castigo conveniente.

Art. 99. Todas as vezes que hum Inspector, ou Professor ordenar hum castigo, que deva ter execução fóra de sua presença; prevenirá immediatamente ao Vice-Reitor, que tomará as medidas necessarias, para que se realise.

CAPITULO XVII.

Disposições communs aos Capitulos antecedentes.

Art. 100. As portas do Collegio se abrirão ás 5 horas da manhã, e se fecharão ás 9 da noite no verão; e no inverno ás 6 horas da manhã, e ás 8 da noite.

As chaves serão entregues ao Reitor.

Art. 101. Quando algum Empregado, morador no Collegio, tiver de recolher-se depois das horas, em que deve ser fechado, obterá previa licença do Reitor.

Art. 102. Nenhum Alumno poderá sob qualquer pretexto:

§ 1.° Dormir, ou trabalhar em aposento separado.

§ 2.° Fazer trocas, ou negocios com seus collegas.

§ 3.° Jogar jogos de cartas, e de azar, nem mesmo jogos licitos a dinheiro.

§ 4.° Trazer para o Collegio armas, polvora, ou fogos de artificio.

§ 5.° Introduzir no Collegio bebidas espirituosas.

Art. 103. Nenhuma mulher poderá residir no Collegio em contacto com os Alumnos.

TITULO III.

Do Ensino.

CAPITULO XVIII.

Disposições communs aos Capitulos seguintes.

Art. 104. O Ministro do Imperio, ouvido o Reitor, e os Professores, formará o catalogo das obras, que devem ser admittidas para as Aulas do Collegio.

Art. 105. O Reitor fará collocar nas respectivas Aulas Taboas Chronologicas, Cartas Geographicas, e quaesquer mappas, que facilitem o ensino.

Art. 106. Cada Aula poderá ser dividida em duas secções, toda a vez que o numero de seus Alumnos exceder de 60; se o numero subir de 90, he forçosa a divisão.

Art. 107. O Reitor terá todo o cuidado para que nessa divisão os Alumnos mais e menos habeis sejão igualmente repartidos.

Art. 108. Os compendios, e livros de ensino de ambas as divisões serão indispensavelmente os mesmos.

Art. 109. Nas Aulas os Alumnos internos estarão separados dos externos: estarão igualmente separados huns dos outros os externos, que pertencerem a diversas Casas particulares de Educação.

Art. 110. O emprego do tempo das Aulas será marcado pelo Regimento interno.

Art. 111. Huma vez por mez os Alumnos de cada Aula farão na presença do Professor hum trabalho escripto para concurso de lugares.

Art. 112. Nestes dias a Aula prorogar-se-ha por mais meia hora: devendo conservar-se nella todos os Alumnos, embora tenhão acabado seus trabalhos de concurso.

Art. 113. O resultado desse concurso será publicado aos sabbados, em presença do Reitor, e do Vice-Reitor.

Art. 114. Logo nesse acto o Professor entregará ao Reitor a lista dos Alumnos, segundo a ordem do

merito de seus trabalhos, assignada por elle; e outrosim todos esses trabalhos para serem examinados e emmassados.

Art. 115. A copia dessa lista será affixada nas Aulas: os nomes dos seis primeiros em cada Aula serão lançados em hum mappa geral para ser affixado no Locutorio.

Art. 116. Na Aula os 6 primeiros Alumnos terão assento distincto chamado — Banco de honra—.

CAPITULO XIX.

Do objecto do ensino.

Art. 117. Os estudos do Collegio são os constantes das Tabellas seguintes.

TABELLA PRIMEIRA.

Aulas 8.ª, *e* 7.ª: 24 *lições por semana.*

Grammatica Nacional — cinco lições.
———— Latina — cinco lições.
Arithmetica — cinco lições.
Geographia — cinco lições.
Desenho — duas lições.
Musica vocal — duas lições.

TABELLA SEGUNDA.

Aula 6.ª: 24 *lições.*

Latinidade — dez lições.
Lingua Grega — tres lições.
——— Franceza — huma lição.
Arithmetica — huma lição.
Geographia — huma lição.
Historia — duas lições.
Desenho — quatro lições.
Musica — duas lições.

TABELLA TERCEIRA.

Aulas 5.ª, *e* 4.ª: 25 *lições.*

Latinidade — dez lições.
Lingua Grega — cinco lições.
——— Franceza — duas lições.
——— Ingleza — duas lições.
Historia — duas lições.
Historia Natural — duas lições.
Geometria — duas lições.

TABELLA QUARTA.

Aula 3.ª: 25 *lições.*

Latinidade — dez lições.
Lingua Grega — cinco lições.
——— Ingleza — huma lição.
Historia — duas lições.
Sciencias Physicas — duas lições.
Algebra — cinco lições.

TABELLA QUINTA.

Aula 2.ª: 30 *lições.*

Philosophia — dez lições.
Rhetorica e Poetica — dez lições.
Sciencias Physicas — duas lições.
Historia — duas lições.
Mathematica — seis lições.

TABELLA SEXTA.

Aula 1.ª: 30 *lições.*

Philosophia — dez lições.
Rhetorica e Poetica — dez lições.
Historia — duas lições.
Sciencias Physicas — duas lições.

85

Astronomia — tres lições.
Mathematica — tres lições.

Art. 118. A distribuição dos dias e horas destes estudos será feita pelo Conselho collegial, e definitivamente approvada pelo Ministro do Imperio.

Art. 119. Em geral tudo o que não vai expressamente providenciado nestes Estatutos, tanto ácerca da divisão dos estudos, como mesmo sobre o movimento dos Alumnos, será determinado no Regimento interno.

CAPITULO XX.

Dos Exames.

Art. 120. No dia 3 de Dezembro começarão em cada Aula os exames; e só os que forem approvados poderão passar para a Aula seguinte.

Art. 121. O alumno que for reprovado, repetirá a Aula, em que não aproveitar; e, sendo segunda vez reprovado, será excluido do Collegio.

Art. 122. Estes exames serão feitos pelos proprios Professores, na presença, quanto ser possa, do Vice-Reitor, do Reitor, e de hum Commissario do Ministro do Imperio: e todos elles farão parte do Tribunal de exame.

Art. 123. Cada exame durará meia hora.

Art. 124. Quando huma Aula for dividida em varias secções, os Alumnos das diversas secções serão considerados como da mesma Aula.

Art. 125. As notas, que cada Alumno merecer no seu exame, serão lançadas em hum livro para isso destinado, e remettida immediatamente em copia authentica á Secretaria do Imperio.

Art. 126. Além destes exames, que são obrigados, haverá no 5.° mez do anno lectivo exame para os que pretenderem passar de huma Aula para outra.

Art. 127. Esse exame será feito na presença dos Professores, do Vice-Reitor, e Reitor; e só passará para a Aula immediata o Alumno, que for unanimemente approvado.

CAPITULO XXI.

Dos Premios.

Art. 128. No fim de cada anno lectivo, concluidos os exames, proceder-se-ha com a solemnidade possivel á distribuição dos premios.

Art. 129. Em cada Aula o Alumno, que nos diversos trabalhos de concurso houver sido mais vezes o primeiro, será premiado, se no exame houver conservado a mesma superioridade.

Art. 130. Além desse premio, haverá mais dous, e duas menções honrosas.

Na 1.ª Aula para os Alumnos, que melhor fizerem huma dissertação philosophica em lingua Nacional.

Na 2.ª Aula para os que melhor compuzerem hum discurso latino.

Art. 131. O assumpto dessa dissertação, e desse discurso será dado pelo Reitor, que receberá as composições, e reunirá o Tribunal, que tem de graduar-lhes o merito, tomando todas as precauções, para que os membros desse Tribunal ignorem á quaes dos Alumnos pertencem os trabalhos, que examinão.

Art. 132. A distribuição dos premios terá lugar em reunião publica ante o Ministro do Imperio, ou hum seu Commissario, o Reitor, Vice-Reitor, Professores, e Inspectores de Alumnos.

Art. 133. Será precedida de hum discurso sobre a historia do Collegio, recitado pelo Professor de Rhetorica; seguir-se-ha a leitura dos nomes dos premiados, e distribuição dos livros, que formarem os premios, por ordem de Aulas.

Art. 134. Todos os Alumnos premiados receberão huma coroa entretecida de ramos de café, e flores.

Art. 135. Finda a distribuição, os Alumnos premiados serão reunidos pelo Reitor em hum banquete, ao qual assistirá o Ministro do Imperio, ou seu Commissario.

CAPITULO XXII.

Das Inspecções.

Art. 136. O Ministro do Imperio deve, ao menos huma vez por anno, mandar dous Commissarios, que vão assistir ás Aulas dos diversos Professores do Collegio, e lhe dêm conta confidencial de tudo o que houverem observado, quanto ao comportamento, e actividade dos Professores, e ao estado do ensino na Aula.

Art. 137. Para que dessa inspecção resultem vantagens, preciso he que seja secreta, e inesperada, e que os Commissarios sejão, quanto possivel for, alheios ao Collegio.

CAPITULO XXIII.

Das Ferias.

Art. 138. Fechão-se as Aulas no dia 2 de Dezembro; mas as Ferias só começão depois da distribuição dos premios.

O anno lectivo começará no dia 2 de Fevereiro.

Art. 139. Os Alumnos só poderão hir passar Ferias em casa de seus Pais, ou de quem suas vezes fizer.

Art. 140. O Alumno, que não se recolher ao Collegio, ao mais tardar, no dia 2 de Fevereiro, será castigado com a privação de sahir, segundo a gravidade das circunstancias.

Art. 141. Os Alumnos, que no tempo das Ferias ficarem no Collegio, serão occupados pelo modo seguinte:

Haverá 6 horas de trabalho por dia, duas de Aulas, e quatro nas Salas de estudos.

Os externos poderão, se quizerem, assistir a essas aulas.

Art. 142. As Aulas serão regidas pelos Professores, ou Substitutos, que quizerem encarregar-se dellas: na falta destes, pelos Inspectores de Alumnos.

Art. 143. Os Inspectores poderão successivamente

ausentar-se, com licença do Reitor, de modo que não padeça o serviço do Collegio.

Art. 144. Os Professores, ou quem suas vezes fizer, receberão, pelo trabalho extraordinario das Ferias, huma gratificação marcada pelo Ministro do Imperio, sobre proposta do Reitor.

Art. 145. Nas Ferias serão mais frequentes, e mais demorados os passeios: dar-se-lhes-ha, quanto for possivel, hum fim util á instrucção, especialmente nos ramos da Historia Natural.

CAPITULO XXIV.

Da Bibliotheca, e das Collecções Scientificas.

Art. 146. Haverá no Collegio huma Bibliotheca composta de livros escolhidos pelo Reitor, com approvação do Ministro do Imperio.

Art. 147. O catalogo da Bibliotheca será feito em duplicata, ficando hum dos exemplares em mão do Reitor para ser annualmente verificado pelo Vice-Reitor; e o outro será entregue ao Ministro do Imperio.

Art. 148. Hum Empregado debaixo da direcção immediata do Vice-Reitor será incumbido pelo Reitor do cuidado da Bibliotheca.

Art. 149. Os livros da Bibliotheca poderão ser emprestados aos Empregados, debaixo de sua responsabilidade; e aos Alumnos por licença escripta do Vice-Reitor.

Art. 150. Nenhum livro poderá ser emprestado por mais de oito dias, a não ser renovado o pedido: quem tomar emprestado hum volume, fica responsavel pela obra inteira.

Art. 151. Haverá tambem hum Gabinete de Physica, hum Laboratorio de Chimica, e huma collecção elementar dos productos dos tres Reinos vegetal, mineral, e animal.

Art. 152. Do serviço destes Gabinetes poderá ser encarregado o mesmo Bibliothecario, ou outra qualquer pessoa.

Art. 153. Tanto o Guarda dos Gabinetes, como o Bibliothecario estarão sempre debaixo das ordens do Vice-Reitor.

Art. 154. O Ministro do Imperio organisará, sobre informação do Reitor, a pedido dos Professores, a lista dos objectos, que convier completar, adquirir, concertar, ou substituir.

PARTE II.

DO REGIMEN ECONOMICO DO COLLEGIO.

TITULO I.

Das Autoridades administrativas.

CAPITULO I.

Do Thesoureiro.

Art. 155. Além do Reitor, e Vice-Reitor, cujas attribuições admnistrativas ficão indicadas na Parte 1.ª destes Estatutos, e nesta serão explicadas, haverá no Collegio hum Thesoureiro.

Art. 156. Ao Thesoureiro compete:

§ 1.º Receber, e ter debaixo de sua guarda, todos os dinheiros do Collegio.

Estes dinheiros estarão n'hum cofre de duas chaves, das quaes huma ficará em poder do Reitor, outra na do Thesoureiro.

§ 2.º Fazer os pagamentos, contractos, e actos Judiciaes, que forem necessarios, ficando responsavel pela validade delles.

§ 3.º Activar todas as cobranças das receitas do Collegio, sendo responsavel por sua retardação, quando não houver feito as necessarias diligencias.

Art. 157. O Thesoureiro terá a seu cargo a escripturação dos livros, e cadernos, que forem necessarios para clareza da Administração economica á seu cargo.

Art. 158. Prestará annualmente huma fiança arbitrada pelo Ministro do Imperio, em attenção ás receitas, que tem de arrecadar, e administrar. Esta fiança deverá ser em bens de raiz livres, e desembaraçados, ou em Apolices da Divida Publica, que serão depositadas gratuitamente no Thesouro Nacional.

Art. 159. Deve vigiar os Serventes no que diz respeito ao cuidado das roupas dos Alumnos, á limpeza da Casa, serviço do Refeitorio, Cozinha, Enfermaria, e Despensas.

Art. 160. Sobre o Thesoureiro, sua vigilancia, actividade, e bom desempenho de seus deveres descansa essencialmente a prosperidade do Collegio.

TITULO II.

Da Receita do Collegio.

CAPITULO II.

Das Retribuições dos Alumnos.

Art. 161. A Receita do Collegio compoem-se:

§ 1.° Dos rendimentos dos bens, que possue, ou que por qualquer titulo venha a possuir.

§ 2.° Das Consignações, que lhe houverem sido feitas pelo Poder Legislativo, ou pelo Governo.

§ 3.° Das Retribuições dos Alumnos internos, e dos externos.

Art. 162. Cada Alumno pagará huma Retribuição, que será determinada no principio de cada anno pelo Ministro do Imperio, ouvido o Reitor.

Art. 163. Esse pagamento terá lugar de tres em tres mezes, e sempre adiantado.

Art. 164. O Alumno, cujos Pais não houverem pago essa Retribuição, depois de por tres vezes lhes haver sido reclamada, com espaço cada huma de 8 dias, por carta do Thesoureiro, será despedido do Collegio.

Art. 165. O Alumno, que for tirado do Collegio

98

depois de começado qualquer quartel, perderá toda a quantia, que houver pago.

Art. 166. Nessa Retribuição achar-se-ha incluida a necessaria Consignação para livros, vestuarios, estudos, e remedios, em caso de enfermidade; em fim para todas as precisões do ensino e educação do Alumno.

Art. 167. He exceptuado o estudo da Dança, que será pago pelos Pais, que o houverem escolhido.

Art. 168. Os Pais, que residirem fóra da Cidade, serão obrigados a escolher hum Correspondente, com quem se entendão o Reitor, e o Thesoureiro.

Art. 169. No acto de sua entrada os Alumnos trarão hum enxoval completo, como vai explicado no art. 190.

Esse enxoval para o futuro poderá ser fornecido pelo Collegio, pagando o Alumno a quantia, que, sobre proposta do Reitor, Vice-Reitor, e Thesoureiro, for annualmente determinada pelo Ministro do Imperio.

O Reitor poderá rejeitar as peças d'esse enxoval, que forem de fazenda superior, ou inferior á admittida no Collegio.

Art. 170. A conservação destes objectos, e sua substituição, quando estragados, ficará a cargo do Collegio.

Art. 171. O Alumno, que se retirar, levará comsigo o seu enxoval completo, ou no estado, em que se achar, exceptuando os lençoes, e toalhas, que ficarão pertencendo á Enfermaria.

CAPITULO III.

Dos Rendimentos dos bens do Collegio, e Consignações do Poder Legislativo, e do Governo.

Art. 172. Os Proprios, que possuir o Collegio, serão administrados pelo Thesoureiro, que terá para isso hum livro especial de arrecadação, escripto em boa ordem, e com clareza.

Art. 173. Para tornar real essa arrecadação, poderá lançar mão dos meios contenciosos, fazer os contractos, que entender necessarios, e em geral provi-

denciar a todas as exigencias, que a tal respeito se apresentarem.

Art. 174. Receberá as Consignações, que pelo Poder Legislativo, ou pelo Governo forem feitas ao Collegio, lançando-as em seus livros, e assignando as necessarias clarezas.

Art. 175. Receberá igualmente os Legados, e quaesquer Doações, que hajão de ser feitas ao Collegio, dando as precisas quitações.

TITULO III.

Das Despezas.

CAPITULO IV.

Disposições communs.

Art. 176. As despezas do Collegio serão divididas em 5 classes:
A de alimentos.
A de conservação.
A de vestuario.
A de despezas communs.
A de despezas miudas.

Art. 177. O alimento dos Alumnos será sadio, e abundante: a qualidade dos pratos será regulada com antecedencia pelo Reitor, e Thesoureiro, no começo de cada semana.

Art. 178. A quantia orçada para alimentos, e as receitas, que lhes forem applicadas, devem satisfazer a todas as despezas de comedorias, não só dos Alumnos, como dos Empregados do Collegio.

Art. 179. A despeza de conservação deve abranger a limpeza, e o concerto da mobilia do Collegio.

Art. 180. A despeza de vestuario deve comprehender tudo o que diz respeito á conservação do enxoval do Alumno, e substituição do que se fôr estragando; e outrosim ordenados, e jornaes das pessoas empregadas na Vestiaria.

Art. 181. As quantias de despeza commum serão

destinadas para o pagamento de ordenados, e salarios dos Empregados.

Art. 182. As quantias das despezas miudas abrangem a substituição dos livros estragados no uso dos Alumnos, compra de medicamentos, e gastos da Enfermaria, illuminação das Salas de estudo, e Dormitorios, bem como as despezas do Culto.

Art. 183. As sobras de hum artigo de despeza só poderão ser applicadas para outro por expressa auctorisação do Ministro do Imperio.

Art. 184. Os fornecimentos necessarios serão postos em concurrencia, e adjudicados a quem por menos fizer. As propostas serão entregues ao Thesoureiro, que as fará presentes ao Reitor.

Art. 185. Os contractos necessarios serão feitos pelo Thesoureiro, com auctorisação do Reitor, dada por escripto em referencia á proposta approvada.

Art. 186. Não havendo quem se offereça para ser fornecedor, ou não sendo possivel, ou conveniente recorrer á concurrencia; o Reitor auctorisará verbalmente o Thesoureiro para contractar, como melhor entender, a compra dos objectos precisos.

Art. 187. Além dessas despezas, haverá despezas extraordinarias para engrandecimento do Collegio.

Art. 188. Nunca porêm ellas se farão, sem que, findas as contas de hum anno, fiquem na Caixa do Collegio sufficientes fundos.

Art. 189. Neste caso, á vista de seu orçamento especial, sobre proposta do Reitor, o Ministro do Imperio poderá auctorisa-las.

CAPITULO V.

Do Vestuario.

Art. 190. O enxoval, com que os Alumnos devem entrar para o Collegio, constará de — 1 casaca de panno verde ordinario, com botões amarellos — 4 jaquetas de duraque preto — 5 coletes de fustão — 2 coletes de sarja escura — 4 pares de calças de brim crú — 2 ditas de brim branco — 1 dita de panno preto —

1 chapeo, e 1 bonet — 6 ceroulas de panno de linho — 12 camisas do mesmo — 4 lençoes do mesmo — 4 toalhas de mão do mesmo — 2 guardanapos de mesa — 12 lenços, 2 gravatas de seda preta — 2 ditas de morcelina branca — 16 pares de meias de algodão — suspensorios, ligas, escovas, e pentes — 2 pares de çapatos grossos, e 1 de botins.

Art. 191. Toda a roupa dos Alumnos será marcada com seus respectivos numeros, e guardada em hum armario, ou divisão de armario particular na Vestiaria do Collegio.

Art. 192. Os serviços de costura, e engommado, que, para a conservação, e aceio da roupa dos Alumnos forem necessarios, serão, quanto for possivel, feitos na Vestiaria.

Art. 193. Haverá para esses trabalhos tantas pessoas, quantas forem necessarias, contractadas a jornal pelo Thesoureiro, com approvação da Mestra da Vestiaria.

Art. 194. A Mestra da Vestiaria será escolhida pelos Reitor, Vice-Reitor, e Thesoureiro, que lhe marcarão vencimentos annuaes.

Art. 195. Ella tem debaixo de sua inspecção tudo o que diz respeito á guarda, concerto, e aceio da roupa dos Alumnos, pelo que será responsavel.

Art. 196. A lavagem da roupa poderá ser feita fóra do Collegio, sendo della encarregadas as pessoas, com quem contractar a Mestra da Vestiaria, debaixo de sua responsabilidade.

Art. 197. A Vestiaria fica especialmente recommendada á vigilancia do Thesoureiro, que a deve visitar com frequencia, examinando o estado dos armarios, assentamentos da Mestra, e os trabalhos, em que se occupão as Empregadas.

Art. 198. Nunca debaixo de pretexto algum poderão os Alumnos ter entrada na Vestiaria; devendo tudo, o que disser respeito á roupa delles, ser feito sem sua ingerencia, entendendo-se a Mestra com o Thesoureiro, e este com os Serventes das Classes.

CAPITULO VI.

Das Despezas communs.

Art. 199. Vencerão ordenados fixos o Reitor, Vice-Reitor, Capellão, Thesoureiro, Professores, Substitutos e Inspectores de Alumnos.

Art. 200. Alêm dos ordenados fixos, vencerão os Professores huma Gratificação determinada pela maneira seguinte.

Deduzir-se-ha das Retribuições dos Alumnos internos, e dos externos a decima parte, que será rateada entre os Professores, em proporção do numero de seus Alumnos.

Art. 201. Os Professores das Aulas de Philosophia, Mathematica, Rhetorica, e Sciencias Naturaes, entrarão nesse rateio pelo duplo dos Alumnos, que frequentarem suas Aulas.

Art. 202. Quando na falta ou impedimento do Professor, algum Substituto, ou Inspector de Alumnos supprir suas vezes, a este competem os emolumentos do artigo antecedente, na proporção dos dias, que tiver servido.

Art. 203. Os vencimentos dos Empregados, que não se achão aqui determinados, serão annualmente fixados pelo Reitor, Vice-Reitor, e Thesoureiro, com approvação do Ministro do Imperio, no orçamento annual do Collegio.

Art. 204. Os Inspectores de Alumnos e o Capellão são alimentados gratuitamente á custa do Collegio: os alimentos serão da mesma qualidade, que os dos Alumnos, e tomados no Refeitorio.

Art. 205. Poderão igualmente ser alimentados á custa do Collegio o Reitor, Vice-Reitor, e Professores, que o quizerem, cedendo de seus ordenados a quantia, que for determinada no orçamento annual do Collegio.

TITULO IV.

Das Contas, e Orçamentos.

CAPITULO VII.

Das Contas semanaes, mensaes, e trimestraes.

Art. 206. Cada semana fará o Thesoureiro hum apontamento da despeza provavel, que tem de ser effectuada.

Art. 207. Apresentado ao Reitor, e por elle approvado esse apontamento, tirar-se-ha do Cofre a quantia, que for necessaria para as despezas.

Art. 208. Nessa mesma occasião dará o Thesoureiro conta ao Reitor das despezas effectuadas na semana antecedente, e do dinheiro recebido; restituindo as sobras, que houverem, ou tirando o que for preciso para cobrir o deficit.

Art. 209. No fim de cada mez o Thesoureiro extrahirá huma conta da receita e despeza effectuada, que será presente ao Reitor, e Vice-Reitor, para que a examinem, approvem, e rubriquem.

Art. 210. No fim de cada trimestre prestará elle ao Reitor, e Vice-Reitor as contas geraes da despeza e receita do trimestre; apresentará o estado do Cofre, e hum calculo da despeza e receita provavel do trimestre, que segue, feito na conformidade do orçamento annual approvado pelo Ministro.

Art. 211. Este calculo será remettido por copia ao Ministro do Imperio, depois de approvado e assignado pelos Reitor, e Vice-Reitor.

CAPITULO VIII.

Conta, e Orçamento annual.

Art. 212. No fim de cada anno o Thesoureiro organisará a conta geral da receita e despeza do Collegio, a qual, depois de approvada pelo Vice-Reitor, e Reitor, será remettida ao Ministro do Imperio.

Art. 213. Esta conta deve ser acompanhada de todas as demonstrações, e documentos, que, para sua clareza, e justificação forem necessarios.

Art. 214. Para esse fim o Thesoureiro cobrará recibos, e clarezas de tudo quanto houver despendido.

Art. 215. O Ministro do Imperio examinará essa conta por si, ou por seus delegados e a approvará, ou mandará reformar, quando irregular; responsabilisando por ella ao Thesoureiro, ou a quem de direito for.

Art. 216. O Ministro poderá mandar vir á sua presença os livros da escripturação do Thesoureiro, para por meio delles verificar a exactidão das contas.

Art. 217. Havendo saldos a favor do Collegio, serão elles applicados ás despezas extraordinarias, que houverem sido propostas, e approvadas; ou se as não houver, serão convertidos em Apolices da Divida Publica de propriedade do Collegio.

Art. 218. No caso de haver deficit, o Ministro auctorisará, para fazer-lhe face, a applicação dos saldos anteriores, ou mesmo a venda de algumas Apolices.

Art. 219. Deve a conta ser acompanhada com o orçamento da receita e despeza do Collegio para o anno proximo futuro, feito pelo Reitor, Vice-Reitor, e Thesoureiro com a maior exactidão, e cuidado que for possivel.

Art. 220. Neste orçamento a parte relativa á despeza será dividida nas cinco Classes do Art. 176.

Art. 221. O Ministro do Imperio, ao receber esse orçamento, examina-lo-ha por si, ou por delegados seus, com a possivel brevidade; e, em frente das contas dos annos anteriores, approva-lo-ha pura e simplesmente, ou far-lhe-ha as necessarias modificações.

Art. 222. Na conformidade do orçamento assim approvado, deverá o Thesoureiro fazer os apontamentos semanaes, e os calculos trimestraes das despezas, como mandão os Arts. 206, e 210.

Art. 223. Nenhuma despeza, que não houver sido prevista no orçamento, poderá ser effectuada, sem expressa auctorisação do Ministro do Imperio.

CAPITULO IX.

Dos Livros de Escripturação.

Art. 224. Os livros de escripturação do Thesoureiro serão regularmente abertos, rubricados, e encerrados pelo Reitor.

Art. 225. Essa escripturação será feita, quanto possivel for, em partidas dobradas; e a despeza dividida nas cinco Classes mencionadas no artigo 176, de modo que a cada instante possão ser verificadas, e conhecido o estado da Caixa.

Art. 226. A differença dos annos, e das especies de despeza será religiosamente observada; e nunca confundir-se-ha com a receita ou despeza de hum anno o que pertencer a annos passados; sendo a arrecadação, ou pagamentos atrasados levados para conta geral do anno, a que disserem respeito.

Art. 227. Alêm do livro da receita e despeza, haverá, para a escripturação especial de cada hum dos cinco ramos da despeza, tantos cadernos subsidiarios, quantos o Reitor, Vice-Reitor, e Thesoureiro julgarem necessarios.

Art. 228. Para a verificação das receitas haverá pelo menos tres livros subsidiarios, o da Matricula dos Alumnos, o dos Proprios do Collegio, o das Doações extraordinarias, e das Consignações do Poder Legislativo, e do Governo.

Art. 229. Esses livros serão escripturados com toda a regularidade: no de Matriculas virá declarado o nome do Alumno, a data de sua entrada, e o nome de quem for responsavel por suas Retribuições.

Art. 230. O Reitor terá igualmente em seu poder tres livros inteiramente identicos aos do Thesoureiro, de modo que sirvão para verificação da receita.

Art. 231. A todo o tempo poderá o Ministro do Imperio mandar vir á sua presença o Thesoureiro do Collegio com seus livros, para examinar a regularidade da escripturação, o estado da Caixa, e o zelo da Administração.

Art. 232. Poderá tambem a todo tempo o Ministro mandar ao Collegio Delegados seus, para procederem a esses exames, visitarem a Vestiaria, Enfermaria, Cozinhas, Despensas, e Dormitorios.

Art. 233. Os relatorios desses Delegados só serão publicos, quando o Ministro assim o entender; de ordinario devem elles ficar reservados.

TITULO V.

CAPITULO X.

Disposições geraes.

Art. 234. O Alumno, que houver feito os estudos declarados nestes Estatutos, obterá o Diploma de Bacharel em Letras, quando em todas as materias ensinadas for approvado.

Art. 235. O Bacharel em Letras não será obrigado a fazer exames de preparatorios para entrar nas Academias do Imperio, bastando a apresentação de seu Diploma.

Esta determinação fica dependente da Approvação do Poder Legislativo.

Art. 236. Os Empregados, cuja nomeação não está expressamente commettida ao Reitor, serão nomeados pelo Governo.

Art. 237. As Disposições destes Estatutos, que não forem exequiveis desde já, começarão a ser executadas á proporção, que for augmentando o numero dos Alumnos.

Art. 238. Todas as vezes que na parte, relativa ás Aulas, e lições, como v. g., premios, exames, &c., fallão estes Estatutos em — Alumnos, comprehende essa palavra tanto os internos, como os externos.

Art. 239. Todas as vezes que nelles se acha a palavra — Pai —, deve entender-se Tutores, Correspondentes, e em geral todos os que estão para com o Alumno na razão de Pai.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça, encarre-

gado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta e hum de Janeiro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.

NAS DIVERSAS AULAS DO COLLEGIO, E A QUE SE REFEREM AS TABELLAS, DE QUE TRATA O ARTIGO 117.

MATERIAS ESTUDADAS.	1.ª AULA.	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª	TOTAL.
Grammatica Nacional	....	...	...	...	...	...	5	5	10
Latim	....	...	10	10	10	10	5	5	50
Grego	....	...	5	5	5	3	...	...	18
Francez	....	...	...	2	2	1	...	...	5
Inglez	....	...	1	2	2	...	...	...	5
Geographia	....	...	...	...	...	1	5	5	11
Historia	2	2	2	2	2	2	...	...	12
Rhetorica e Poetica	10	10	...	...	...	...	...	...	20
Philosophia	10	10	...	...	...	...	...	...	20
Mathematica — Arithmetica	....	...	...	...	...	1	5	5	11
Mathematica — Geometria	....	...	...	2	2	...	...	...	4
Mathematica — Algebra	....	...	5	...	...	...	...	...	5
Mathematica — Trigonometria, Mecanica	3	6	...	...	...	...	...	...	9
Astronomia	3	...	...	...	...	...	...	...	3
Historia natural — Zoologia, Botanica, Mineralogia	....	...	...	2	2	...	...	...	4
Sciencias Physicas — Chimica, Physica	2	2	2	...	...	...	...	...	6
Desenho	....	...	...	...	...	4	2	2	8
Musica vocal	....	...	...	...	...	2	2	2	6
	30	30	25	25	25	24	24	24	207

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.º PARTE 2.ª SECÇÃO 7.ª

REGULAMENTO N.º 9 — de 17 de Fevereiro de 1838.

Marca os casos em que as Relações revisoras hão de decidir da nullidade ou injustiça, e do merecimento das causas.

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ordena.

Art. 1.º As Relações a que forem remettidos quaesquer Autos para a Revista, em todo o caso se considerarão, plena e perfeitamente substituidas ás outras Relações, Tribunaes, Corpos Collegiaes, e Juizes singulares, que tiverem proferido as Sentenças que derão motivo ao recurso, para julgarem as Causas á vista do que acharem allegado, e provado nos Autos, da mesma forma, que por taes Relações, Tribunaes, Corpos Collegiaes, e Juizes singulares nunca tivessem sido julgadas.

Art. 2.º Se a Revista tiver sido concedida por motivo de injustiça notoria, proveniente de se não ter admittido ás Partes alguma essencial defesa; como por se não terem recebido embargos ou artigos, que provados relevarião, por se não haver ordenado a vestoria e exame, ou qualquer outra diligencia legal, que era indispensavel para a plena dilucidação da materia, e perfeito conhecimento de causa, ou por se não ter dado provimento em aggravo do auto do processo no caso do artigo 45 do Regulamento das Relações; e se as Relações revisoras reconhecerem esta injustiça, limitarão o julgado a remedia-la; não se podendo em tal caso proferir Sentença definitiva sobre a materia principal da Causa a que falta a necessaria illustração.

97

Art. 3.° Se a Revista se conceder por motivo de nullidades manifestas, e as Relações revisoras as julgarem procedentes, sendo daquellas que o Direito tem declarado insanaveis, limitar-se-ha a Sentença a julgar o Processo nullo, em todo, ou em parte, conforme o prejuizo que dellas deve resultar á sua total, ou parcial validade.

Art. 4.° Quando porêm as nullidades, posto que reconhecidas, forem daquellas que se podem sanar, e das que apezar de não serem sanadas, nenhum prejuizo resulta ao essencial do Feito, existindo a legitimidade das pessoas dos litigantes, e quanto seja necessario para ser sabida a verdade, em tal caso as Relações revisoras julgarão definitivamente, sem attenção a taes nullidades, e erros do Processo.

Art. 5.° No caso de não poderem as Relações revisoras proferir Sentenças definitivas, que ponhão fim a toda a Causa, por alguma das razões expostas nos artigos 2.° e 3.°, remetter-se-hão os Autos aos Juizos, em que se proferirão as Sentenças recorridas, para nelles se proseguirem os devidos termos, na conformidade da emenda da injustiça, ou nullidade, que se tiver julgado.

Art. 6.° Se, proferidas algumas destas Sentenças pelas Relações revisoras, não estiver nellas bem explicita, e claramente determinado o andamento que deverão ter os Processos nos Juizos, de que se recorreo, a fim de se remediar a injustiça, ou nullidade reconhecida, para o unico effeito da precisa declaração do que as Partes, a este respeito julgarem obscuro, admittirão as Relações revisoras a petição dessa declaração por meio de embargos, que nada mais contenhão, offerecidos pelas Partes dentro do termo legal.

Art. 7.° Para se dar andamento ás Causas, que ora se achão pendentes, e paradas, por não terem as Relações revisoras proferido Sentenças definitivas, e não estar bem claramente designado o seguimento, que deverião ter, poderão as Partes interessadas requerer a remessa dos Autos ás Relações revisoras, para lhes pedirem a declaração pela maneira decretada no artigo antecedente, ou seja por despachos, e man-

dados das Autoridades dos Tribunaes e Juizos, em que os mesmos Autos se acharem; ou seja por meio de Precatorias das referidas Relações revisoras, dirigidas a esses Tribunaes e Juizos.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Fevereiro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.

95

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.° PARTE 2.ª SECÇÃO 8.ª

REGULAMENTO N.° 10 — de 19 de Fevereiro de 1838.

Prescreve o modo de interpor o Recurso das Autoridades Ecclesiasticas para as Relações Provinciaes, e o seu julgamento.

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Decreta.

Art. 1.° Os Recursos que as Partes intentarem das violencias, injustiças, e usurpação de jurisdicção dos Juizes, e Autoridades Ecclesiasticas serão interpostos para as respectivas Relações do Districto, em que estiverem esses Juizes e Autoridades.

Art. 2.° A interposição poderá ser feita em audiencia, ou por despacho do Juiz, ou Autoridade de que se recorrer, por termo nos Autos, como convier ao Recorrente, intimada a outra Parte, se a houver, ou seu Procurador.

Art. 3.° Esta interposição será feita dentro do prazo improrogavel de dez dias, contados do acto da publicação da Sentença, ou despacho de que se recorrer; salvo no caso de censura, pena Ecclesiastica, ou violencia notoria, em que se poderá interpor o recurso em qualquer tempo, em quanto se estiver soffrendo a pena, censura, ou violencia.

Art. 4.° O recurso interposto na fórma dos artigos antecedentes, terá sempre effeito suspensivo.

Art. 5.° Interposto o recurso, o Escrivão immediatamente dará vista dos Autos ao Recorrente para minutar, allegando todas as razões em que a funda; e logo depois dará tambem vista á outra Parte, se a

houver, e ao Juiz, ou Autoridade de que se recorrer, para responderem, e contestarem as razões do Recurso.

Art. 6.º Tanto para a minuta do Recurso, como para a resposta e contestação delle, seria concluida á cada huma das Partes, e ao Juiz, ou Autoridade Ecclesiastica, o prazo improrogavel de dous dias, e o Escrivão cobrará os Autos, ex-officio, do poder das Partes, ou do Juiz e Autoridade Ecclesiastica, logo que finde o prazo, no estado em que se acharem.

Art. 7.º Se, findo o prazo dos dous dias, o Recorrente não tiver minutado o seu recurso, entender-se-ha ter desistido delle, e não terá mais seguimento, salvo a pretexto de restituição, sendo pessoa a quem o privilegio della compita conforme o Direito: se a outra Parte, ou o Juiz e Autoridade Ecclesiastica não responder no respectivo prazo, seguirá o Recurso sem a sua resposta.

Art. 8.º Para o julgamento dos Recursos serão remettidos ás Relações os proprios Autos, e estes deverão ser apresentados aos Secretarios respectivos dentro dos prazos estabelecidos para a apresentação das appellações crimes no artigo 27 do Regulamento de 3 de Janeiro de 1833, sendo a remessa feita pelos Escrivães dos mesmos Autos, e observando-se a respeito da expedição o disposto nos artigos 51 e 52 do citado Regulamento.

Art. 9.º Quando os recursos forem interpostos de Juizes e Autoridades Ecclesiasticas residentes fóra do Termo em que estiver a Relação, ficarão nos Juizos os traslados dos Autos, tirados á custa dos Recorrentes.

Art. 10. Recebidos os Autos pelo Secretario da Relação, e apresentados por elle na primeira conferencia para serem distribuidos; e sem mais audiencia das Partes, ouvido o Procurador da Corôa, e Soberania Nacional, serão julgados pela fórma estabelecida no artigo 61 do Regulamento de 3 de Janeiro de 1833 para o julgamento dos conflictos de jurisdicção: e a Sentença que se proferir poderá ser embargada, na conformidade dos artigos 56, 57 e 58 do dito Regulamento.

Art. 11. Se a decisão do Recurso for a favor do Recorrente, extrahida a Sentença do Processo, e

96

passada pela Chancellaria será apresentada ao Juiz ou Autoridade Ecclesiastica, de que se recorrera para lhe dar cumprimento; e no caso de recusar cumpri-la, poderá o Recorrente requerer a execução ao Juiz de Direito da Comarca.

Art. 12. O Juiz de Direito da Comarca, sendo requerido, mandará cumprir as Sentenças, a que os Juizes, e Autoridades Ecclesiasticas não tiverem querido dar execução, em quanto couber nos limites da sua jurisdicção; se porêm o negocio for de natureza que os exceda, dará parte ao Presidente da Relação, que proferirá a Sentença, para dar as providencias necessarias para tornar effectivo aquelle cumprimento.

Art. 13. Cabe nos limites da jurisdicção dos Juizes de Direito, a respeito do cumprimento das Sentenças mencionadas, declarar na fórma dellas, sem algum effeito as censuras, e penas Ecclesiasticas que tiverem sido impostas aos Recorrentes providos pelas Relações; prohibindo e obstando a que a pretexto dellas se lhes faça qualquer violencia, ou cause prejuizo pessoal, ou real; mettendo-os de posse de quaesquer direitos e prerogativas, ou redditos, de que houvessem sido privados; e procedendo e responsabilisando na fórma da Lei os desobedientes, e que recusarem a execução.

Art. 14. No caso de serem precisas as providencias do Juiz de Direito, na fórma do artigo antecedente, além das intimações que se fizerem aos Juizes e Autoridades Ecclesiasticas, se annunciará tudo por Editaes nos lugares publicos da Comarca.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Fevereiro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.

REGULAMENTO N.º 11 — de 24 de Fevereiro de 1838.

Mandando formar huma Collecção das Decisões do Governo do Imperio.

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem que se observe o Regulamento que com este baixa, assignado por Miguel Calmon du Pin e Almeida, do Conselho do Mesmo Augusto Senhor, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional. O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Fevereiro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia, e de Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Regulamento mandando formar huma Collecção das Decisões do Governo do Imperio.

Art. 1.º Todas as Decisões do Governo do Imperio que estabelecerem regra e norma constante de proceder em materias de Publica Administração, expedidas por Avisos, Portarias, e Ordens em nome, e com a assignatura dos Ministros e Secretarios de Estado, serão impressos no mesmo formato da Collecção das Leis do Imperio do Brasil com o titulo de — Collecção das Decisões do Governo do Brasil — e as que

se expedirem em hum anno formarão hum Tomo, sendo nelle colligidas pela ordem chronologica.

Art. 2.º A impressão será feita por cadernos; cada hum delles conterá os actos do Governo expedidos no decurso de hum mez do Calendario; e se publicará até o dia 15 do mez seguinte.

Art. 3.º A numeração das paginas dos cadernos será a ordinaria e seguida desde a 1.ª pagina do primeiro quaderno até a ultima do decimo segundo de que se compuzer o Tomo de hum anno.

Art. 4.º As Decisões do Governo serão numeradas segundo a ordem chronologica; passando a numeração dellas regular e seguidamente, não só de hum a outro caderno, como de hum a outro Tomo, de maneira que continue sem interrupção alguma, qualquer que seja o caderno e o Tomo; e declarando-se adiante do numero de cada huma o Ministerio por onde fora expedida, a sua data, e o summario do seu conteudo.

Art. 5.º Toda a numeração será feita pelo Administrador da Typographia Nacional, ao qual he tambem incumbido fazer a respeito das Decisões do Governo o mesmo que lhe encarregou o Decreto do primeiro de Janeiro deste anno na primeira parte do artigo decimo segundo, a respeito dos Actos Legislativos e Executivos, incluidos na Collecção das Leis do Imperio do Brasil.

Art. 6.º A declaração do Ministerio, e redacção dos summarios serão feitas pelos Officiaes Maiores das Secretarias de Estado, e do Tribunal do Thesouro Publico Nacional; e estes mesmos Officiaes Maiores conferirão, e subscreverão as copias dos Actos do Governo que se houverem de imprimir, e por elles serão revistas as ultimas provas da impressão.

Art. 7.º Nesta Collecção se incluirão tambem as copias dos documentos e papeis a que se referirem as Decisões do Governo, e forem necessarios para sua melhor intelligencia, quando assim o determinar o respectivo Ministro e Secretario de Estado.

Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Fevereiro de 1838.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.º PARTE 2.ª SECÇÃO 10.ª

REGULAMENTO N.º 12 — de 9 de Março de 1838.

Declara os Postos a que correspondem na 1.ª Linha os de Commandante Superior, Chefe de Legião, e Major de Legião da Guarda Nacional; e bem assim os vencimentos que devem ter, não só estes, como tambem as Praças da mesma Guarda Nacional, quando forem empregados no Exercito em campanha.

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Decreta.

Art. 1.º Os Commandantes Superiores da Guarda Nacional serão reputados Coroneis Commandantes de Divisão; os Chefes de Legião Coroneis Commandantes de Brigada; e os Majores de Legião Majores de Brigada; e vencerão os soldos, gratificações, e cavalgaduras, que lhes pertencerem, segundo a natureza do serviço em que forem empregados no Exercito em campanha.

Art. 2.º As praças da Guarda Nacional em serviço de campanha no Exercito terão os mesmos vencimentos que pertencem aos postos, ou praças do mesmo Exercito.

Sebastião do Rego Barros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Março de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Sebastião do Rego Barros.

COLLECÇAO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.º PARTE 2.ª SECÇÃO 11.ª

REGULAMENTO N.º 13 — de 12 de Março de 1838.

Estabelecendo huma Tarifa de emolumentos Consulares.

O Regente Interino, em Nome do Imperador, Revogando a Tarifa dos emolumentos Consulares, mandada observar por Decreto de nove de Setembro do anno passado, Ha por bem Determinar que se ponha em execução a que com este baixa, assignada por Antonio Peregrino Maciel Monteiro, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, que assim o tenha entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Março de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia, e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Antonio Peregrino Maciel Monteiro.

Tarifa dos Emolumentos que devem satisfazer nos Consulados Brasileiros os Navios e Subditos tanto Nacionaes, como Estrangeios.

	Pezos Hespanhoes.
Certificado, ou Legalisação (Duplicada) do manifesto da Carga de hum Navio até 150 toneladas	6
Dito dito de 151 a 200 ditas.....	8
Dito dito de 201 a 250 ditas.....	10
Dito dito de 251 a 300 ditas.....	12
Dito dito de 301 a 350 ditas.....	14

Dito dito de 350 para mais ditas	16
Carta de Saude	3
Visto em huma Carta de Saude	1 1/2
Rol, ou Lista de Equipagem	1 1/2
Inventario de hum Navio	8
Vestoria de hum Navio	8
Dita de Fazendas a bordo	8
Dita de ditas em terra	5
Hum Passaporte	2 1/2
Visto em hum Passaporte	1
Reconhecimento de assignaturas, ou Legalisação de qualquer documento passado pelo Consulado	1
Dito dito de qualquer documento não passado pelo Consulado	1 1/2
Huma Certidão qualquer	2
Excedendo duas paginas, por cada huma	1
Hum Testamento	5
Approvação de dito	4
Termo de abertura de dito	4
Inventario de bens (por fallecimento)	5
Huma Procuração	2
Registo de qualquer documento nos livros do Consulado, por pagina	1/2
Escriptura de venda, ou compra, ou Acto de Sociedade	3
Hum protesto, ou declaração	2
Interrogatorio de testemunhas, por cada testemunha interrogada	2
Hum attestado do Consul para servir em qualquer Estação	1
Traducção de qualquer documento, por pagina.	2
Pela assistencia do Consul á Actos, que exijão a sua ausencia do Consulado, por cada dia, e cada 3 milhas de distancia, além das despezas que houverem	2 1/2

Por dinheiro recebido, ou despendido por conta do Governo, huma commissão de.....1 p. %
Dito dito por conta de particulares, dita de..2 1/2 p. %
Por deposito de dinheiro, ou bens no Consu-

lado, e administração de bens de Subditos Brasileiros, que morrerem ab intestato, sobre a somma, ou valor dita de.....2½ p. %
Por assistir a qualquer venda, sendo requerido.....2 p. %
Pela arrecadação de objectos pertencentes á carga e casco de hum Navio naufragado dita. 2½ p. %

Emolumentos Consulares sobre os Navios Nacionaes.

	Pezos Hespanhoes.
Por huma Embarcação até 150 toneladas.....	15
Dito dito de 151 a 200 ditas.....	17½
Dito dito de 201 a 250 ditas.....	20
Dito dito de 251 a 300 ditas.....	22½
Dito dito de 301 a 350 ditas.....	25
Dito dito de 350 para mais.....	30

São incluidos nos emolumentos Consulares sobre os Navios Nacionaes as despezas da Legalisação do manifesto da Carga do Navio; e se darão gratis aos marinheiros e Subditos Nacionaes desvalidos os documentos, de que necessitarem.

Palacio do Rio de Janeiro 12 de Março de 1838.

Antonio Peregrino Maciel Monteiro.

COLLECÇAÔ DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.° PARTE 2.ª SECÇÃO 12.ª

REGULAMENTO N.° 14 — de 23 de Março de 1838.

Estabelecendo o modo de dirigir e fiscalisar o trabalho da Officina existente no Thesouro Publico para estampar Apolices e outros papeis.

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, Ha por bem que se observe o Regulamento que com este baixa, assignado por Miguel Calmon du Pin e Almeida, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional. O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Março de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Regulamento a que se refere o Decreto antecedente.

Art. 1.° A Officina destinada á estamparia de Apolices, Assignados, Letras, Bilhetes, e outros papeis que por Lei devão ser preparados dentro do Thesouro Publico, estará d'ora em diante debaixo da immediata fiscalisação do Inspector Geral do mesmo Thesouro.

Art. 2.° O Director desta Officina (que não deixará de ser hum Empregado de Fazenda de conhecido zelo) he o responsavel pela guarda, conservação, e aceio das suas machinas, instrumentos, e mais pertences, que serão inspeccionados de quando em quando pelo dito Inspector Geral.

Art. 3.° Os operarios da Officina, a saber: o Impressor, Compositor, Estampador, e Ajudante deste são igualmente responsaveis por todos os objectos que lhes forem entregues para o laboratorio e expediente della.

Art. 4.° Haverá dentro da Officina hum cofre com duas chaves, onde serão guardadas todas as chapas, e nelle recolhidas, findo o trabalho do dia, as que tiverem servido. No mesmo cofre serão depositados, logo que possão ser emmassados, todos os papeis estampados, até que passem para a Thesouraria Geral. Os clavicularios serão o Director e o Impressor.

Art. 5.° A Officina será aberta, nos dias em que dever trabalhar ás oito horas da manhã, e fechada ás duas da tarde. E quando for necessario prolongar o tempo do trabalho, o Inspector Geral o determinará.

Art. 6.° No Livro de valores da Thesouraria Geral será lançado em debito ao respectivo Thesoureiro todo o papel de encommenda que houver de ser estampado nesta Officina; e em credito o que for pelo mesmo Thesoureiro entregue ao Director que assignará as cargas.

Art. 7.° Por ordem do Inspector Geral, o Director receberá a porção de papel necessaria para o trabalho, que lhe for determinado; e entregará ao Thesoureiro Geral as Apolices, Bilhetes, e mais papeis que tiver estampado, recebendo o competente Conhecimento.

Art. 8.° Serão debitados ao Thesoureiro Geral, no referido Livro de valores, todos os papeis estampados, que lhe forem entregues pelo Director acompanhados de guia assignada por elle, e pelo Impressor, com declaração da quantidade de Apolices, Bilhetes, &c.; e acreditados ao mesmo Thesoureiro

aquelles que por ordem do Ministro da Fazenda passarem da Thesouraria Geral para as diversas Estações fiscaes.

Art. 9.° As Apolices serão numeradas na Thesouraria Geral, e por ella remettidas á assignatura, havendo dos assignatarios o competente recibo, que será annullado, quando restituidas á mesma Thesouraria, que fará logo encaderna-las. Os Bilhetes do Thesouro, e da Alfandega, as Letras, e quaesquer outros papeis estampados serão igualmente encadernados logo que forem entregues ao Thesoureiro Geral, ou antes de passarem para outras Estações.

Art. 10.° O Director terá hum Livro mappa em que assentará: primeiro, o numero das folhas do papel de encommenda que receber da Thesouraria Geral: segundo, o numero das folhas que estampar, e a quantidade de Apolices, Bilhetes, &c., que ellas tiverem produzido, e forem entregues á dita Thesouraria: e terceiro, o numero das folhas, que se inutilisarem por qualquer accidente.

Art. 11.° O Director guardará debaixo de chave o papel de encommenda que receber, e entregará as folhas necessarias para o trabalho do dia ao respectivo Impressor, de quem receberá por conta na manhã seguinte as que tiverem sido estampadas, e inutilisadas.

Art. 12.° As folhas inutilisadas serão igualmente entregues á Thesouraria Geral, escripturadas no Livro de que trata o artigo 8.° em columna distincta, a fim de serem queimadas perante o Tribunal, depois de conferidas na occasião do Balanço semestral, fazendo-se os assentos necessarios, e lavrando-se o competente Termo de queima.

Art. 13.° As provas serão tiradas em papel diverso do de encommenda; e quando o contrario seja indispensavel, em alguns casos, as folhas que servirem entrarão no numero das inutilisadas.

Art. 14.° No fim de cada trimestre, se antes não lhe for exigido, o Director entregará ao Inspector Geral hum Balancete, extrahido do Livro mappa, com as observações que julgar convenientes.

Art. 15.° As chapas necessarias para o trabalho da Officina serão abertas na Casa da Moeda, precedendo ordem do Tribunal do Thesouro, acompanhada dos respectivos desenhos, as quaes, concluida a abertura, passarão para o Archivo da Secretaria do Thesouro. Não será licito aos Abridores o trabalharem fóra da sobredita Casa.

Art. 16.° Nenhuma chapa será avivada sem preceder ordem do Inspector Geral; e a que for havida por cansada, depois de inutilisada em presença do mesmo Inspector Geral, voltará á Casa da Moeda para que se aproveite o metal.

Art. 17.° As laminas precisas para as chapas serão fornecidas pela Casa da Moeda, á vista da ordem do Tribunal que determinar a abertura della.

Art. 18.° A folha da despeza mensal da Officina será feita e assignada pelo Director, sendo-lhe fornecidos os artigos precisos para o trabalho da mesma Officina pelo Porteiro do Thesouro Publico, que os carregará na folha do expediente em conta distincta.

Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Março de 1838.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.° PARTE 2.ª SECÇÃO 13.ª

REGULAMENTO N.° 15 — do 1.° de Abril de 1838.

Cria na Fazenda Nacional da Lagôa de Rodrigo de Freitas huma Escola de Agricultura theorica, e pratica.

O Regente Interino, em Nome do Imperador, o Senhor Dom Pedro Segundo, Decreta.

Art. 1.° Fica creada na Fazenda Nacional de Rodrigo de Freitas huma Escola de Agricultura theorica, e pratica, regida por hum Vice-Director, com as obrigações marcadas no artigo seguinte.

Art. 2.° Ao Vice-Director incumbe:

1.° Ensinar aos Alumnos a Botanica, e especialmente a Botanica agricola em toda a sua extensão; não em hum auditorio, e a horas fixas, mas sim na Fazenda, em seus matos e campos, e á todas as horas em que for conveniente.

2.° Praticar, e fazer praticar todos os processos tendentes a aperfeiçoar a Agricultura do paiz; explicar as operações, os ensaios, as observações, e todas as operações que fizer, e mandar fazer; dando a razão de todas, e mostrando os resultados, que delias se espera retirar.

3.° Ter hum Jornal para as observações diarias, e metheorologicas, recebendo para esse fim os instrumentos necessarios, como Barometros, Thermometros, Agrometros, &c., e outro para a menção de todos os trabalhos diarios, de qualquer natureza que seja.

4.° Ter hum catalogo de todas as plantas exoticas, e indigenas, que se apresentarem para ser cul-

tivadas, e aclimadas, as quaes receberão hum numero correspondente ao do catalogo.

5.° Formar hum Museo de todos os objectos de Historia Natural, pertencentes á agronomia, taes como plantas, fructas, madeiras, raizes, resinas, oleos, balsamos, tintas, e outros productos ou naturaes, ou fabricados de differentes vegetaes.

6.° Dar mensalmente huma relação dos resultados dos seus trabalhos, os quaes serão annualmente publicados com as suas competentes descobertas, e experiencias; declarando o estado, e progresso do Estabelecimento.

7.° Entreter a correspondencia, tanto dentro do paiz, como fóra delle, com todos os Estabelecimentos desta natureza, e com os homens reconhecidos experientes, e sabios de todo o Mundo, fazendo a conveniente troca de observações, e de plantas, sementes, &c.

8.° Estabelecer, mediante a autorisação do Governo, iguaes relações com os Agentes Diplomaticos e Consulares, residentes nos paizes remotos, onde se tenhão descoberto vegetaes uteis; a fim de que ess Agentes diligenciem a indagação, e acquisição dos referidos objectos.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Abril de mil oitocentos trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.° PARTE 2.ª SECÇÃO 14.ª

REGULAMENTO N.° 16 — de 16 de Abril de 1838.

Cria hum Jardim Botanico no Passeio Publico desta Corte.

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, Decreta.

Artigo Unico. Fica creado no Passeio Publico desta Corte hum Jardim Botanico, que será dirigido pelas Instrucções, que baixarem, assignadas pelo Ministro e Secretario de Estado da Repartição competente.

O Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezaseis de Abril de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.

103

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.º PARTE 2.ª SECÇÃO 15.ª

DECRETO N.º 17 — de 17 de Abril de 1838.

Cria no Sitio de São Christovão, pertencente á Freguezia do Engenho Velho, huma Cadeira de Primeiras Letras para Meninos, com o Ordenado annual de quatrocentos mil réis.

Fazendo-se necessaria a creação de huma Cadeira de Primeiras Letras para Meninos no Sitio de São Christovão, pertencente á Freguezia do Engenho Velho: o Regente Interino, em Nome do Imperador, o Senhor Dom Pedro Segundo, Ha por bem Crear a referida Cadeira de Primeiras Letras, com o Ordenado de quatrocentos mil réis annuaes.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezasete de Abril de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.° PARTE 2.ª SECÇÃO 16.ª

REGULAMENTO N.° 18 — de 26 de Abril de 1838.

Declara a Autoridade perante quem deve ser feita a habilitação de herdeiros nos autos de revista.

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II., Decreta o seguinte Regulamento.

Art. 1.° Fallecendo alguma das partes litigantes depois de terem subido os autos ao Tribunal Supremo de Justiça para a decisão do recurso de revista, que hajão interposto, não terá lugar a habilitação de herdeiro em quanto estiverem no mesmo Tribunal.

Art. 2.° Depois de concedida a revista será a habilitação feita perante a Relação revisora.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e seis de Abril de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.º PARTE 2.ª SECÇÃO 17.ª

REGULAMENTO N.º 19. — de 4 de Setembro de 1838.

Ordena que os Continuos, que servem de Thesoureiros das Relações, paguem o sello, e preparem os Autos crimes, que a ellas subirem por meio de recurso, e cujo andamento não tenhão promovido as partes quinze dias depois de recebidos pelos repectivos Secretarios.

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II., Decreta o seguinte Regulamento.

Art. 1.º Todos os Autos crimes, em que tiver lugar a accusação por Officio do Promotor Publico, e que passados quinze dias depois que forem recebidos pelos Secretarios das Relações, não forem sellados, e preparados pelas partes, a fim de terem andamento, o serão pelo Continuo, que serve de Thesoureiro, o qual formará todos os mezes folha assignada pelo Presidente da Relação, a fim de ser paga esta despeza pela Fazenda Publica.

O Presidente fiscalisará a exactidão das folhas, e dará todas as providencias para que taes Autos não sejão retardados.

Art. 2.º Os Presidentes das Relações farão cumprir a segunda parte do artigo trinta e hum do Regulamento de tres de Janeiro de mil oitocentos e trinta e tres, ainda mesmo no caso de se haver interposto revista da Sentença proferida na Relação, salvo quando se impuzer a pena de morte natural, degredo, ou galés, sendo os réos recorrentes; casos em que as revistas suspendem a execução das sentenças, na fórma do artigo setimo da Lei de dezoito de Setembro de mil oitocentos e vinte oito.

Art. 3.° Os Presidentes das Relações darão, de tres em tres mezes, á Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça conta circunstanciada de todos os Feitos crimes, que forem remettidos ás Relações, quer dos Juizes de primeira instancia, quer do Supremo Tribunal de Justiça, e exporão o andamento que tiverem tido taes Feitos.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Setembro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.° PARTE 2.ª SECÇÃO 18.ª

DECRETO N.° 20. — de 6 de Setembro de 1838.

Manda observar o Regulamento Policial dado para o Jardim Botanico da Lagoa de Rodrigo de Freitas.

Tendo a experiencia mostrado a necessidade de se darem, ácerca do Jardim Botanico da Lagoa de Rodrigo de Freitas, algumas providencias policiaes, combinadas de maneira que as pessoas, que o visitão, possão utilisar-se do que elle offerece ao recreio, á curiosidade, e ás investigações scientificas, sem com tudo lhe causarem prejuizo, nem offenderem a decencia, que se deve guardar em hum lugar de publica concurrencia: o Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Ha por bem que naquelle Estabelecimento se observe o Regulamento, que com este baixa, assignado por Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, o qual assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em seis de Setembro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Regulamento para o Jardim Botanico da Lagoa de Rodrigo de Freitas, ao qual se refere o Decreto desta data.

Art. 1.° O portão do Jardim Botanico estará aberto todos os dias desde as 7 horas da manhã até as 6 da tarde, nos mezes de Maio a Outubro, e desde as 6 da manhã até as 7 da tarde nos outros mezes do anno.

Art. 2.° No portão haverá effectivamente hum Guarda, encarregado de vedar o ingresso dos notoriamente embriagados, ou loucos; de armas prohibidas, e de fogo de qualquer natureza; e de animaes.

Art. 3.° Se os embriagados, ou loucos, praticarem qualquer acto de violencia contra o Guarda, serão presos, e entregues ao Juiz de Paz, ou Inspector de Quarteirão respectivo; e o mesmo se praticará com aquelles que, trazendo armas prohibidas, ou de fogo, pretenderem forçosamente entrar com ellas, depois de advertidos pelo Guarda.

Art. 4.° He prohibido a toda e qualquer pessoa:

1.° Entrar no Jardim Botanico por qualquer outra parte, que não seja a do portão.

2.° Arrancar dentro delle ramos, folhas, flores, fructas, ou plantas, sem a presença e consentimento de algum Empregado.

3.° Damnificar por qualquer maneira as cercas, grades, ou reparos, que houver em redor das plantas.

4.° Alterar o estado, em que se achar o repuxo, e mais obras do Jardim destinadas para o recreio, sem a presença e consentimento de algum Empregado.

5.° Almoçar, jantar, merendar, ou tomar qualquer comida, ou bebida espirituosa dentro do Jardim Botanico, sem previa licença do Director; lançar sobre as suas ruas, e canteiros, cascas, ou outro algum objecto, que prejudique o aceio.

6.° Tomar banhos dentro do Jardim, ainda que seja com vestuario decente.

7.° Fazer nas ruas do Jardim vozerias, alaridos, e dar gritos, sem ser para objecto de necessidade.

8.° Inscrever em qualquer parte do Jardim disticos,

letreiros, palavras, ou figuras de qualquer natureza que sejão.

9.° Praticar dentro do Jardim qualquer acção que, na opinião publica, seja evidentemente offensiva da moral, e bons costumes.

10. Dar tiros dentro do Jardim, ou em sua visinhança, ao alcance de espingarda; e lançar fogos de artificio de qualquer qualidade que sejão.

Art. 5.° Qualquer Empregado do Jardim, ou Cidadão, deverá prender aquelles, que forem encontrados em flagrante, violando qualquer disposição deste Regulamento, ou commettendo algum outro delicto; e os fará conduzir á presença do Juiz de Paz respectivo, com duas testemunhas pelo menos.

Art. 6.° O Juiz de Paz, informado do caso e de suas circunstancias, procederá contra os delinquentes, na conformidade do Codigo do Processo Criminal, formando-lhes culpa para serem sentenciados por elle, ou pelo Jury, e se lhes imporem as penas correspondentes aos delictos, estabelecidas no Codigo Criminal, e nas Posturas da Camara Municipal, no que forem applicaveis; tendo lugar em todo o caso as penas do artigo 128 do Codigo Criminal, quando em outras se não achem incursos.

Art. 7.° O Director do Jardim Botanico fica encarregado de fazer cumprir exactamente este Regulamento, e fará acompanhar por vigias quaesquer pessoas, que entrem no Jardim, sempre que isso for possivel.

Art. 8.° Hum exemplar deste Regulamento, impresso em letra maiuscula, e em tres columnas, na lingua Nacional, na Ingleza e na Franceza, será fixado na entrada do Jardim em lugar, onde facilmente possa ser lido; e o Guarda do portão advertirá aos que entrarem para que o leião, se delle ainda não tiverem noticia.

Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Setembro de 1838.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.° PARTE 2.ª SECÇÃO 19.ª

DECRETO N.° 21. — de 2 de Outubro de 1838.

Manda observar o Regulamento para as manobras e mais serviço de Artilheria a bordo dos Navios de Guerra.

O Regente Interino, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II., Querendo estabelecer a maior regularidade nos exercicios das manobras, e mais serviço de Artilheria a bordo dos Navios de Guerra da Armada Nacional e Imperial, Ha por bem que d'ora em diante se observe o Regulamento, que com este baixa, assignado por Joaquim José Rodrigues Torres, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido, e expeça para esse effeito as ordens necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dous do mez de Outubro de mil oitocentos trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Joaquim José Rodrigues Torres.

Regulamento para as manobras, e mais serviço de Artilheria a bordo dos Navios de Guerra, a que se refere o Decreto desta data.

Noções Preliminares.

Em os Navios de Guerra o uso ordinario he guarnecer com gente somente as baterias de hum bordo.

As baterias contão-se debaixo para cima, por exemplo, em as Naos de 74 bocas de fogo, em que ha tres baterias, a 1.ª he a da coberta, isto he a mais proxima ao mar; a 2.ª he a immediatamente superior, ou do Convez; e a 3.ª a da Tolda com a do Castello.

Em as Fragatas ha duas, a 1.ª he a do Convez; e a 2.ª a da Tolda com a do Castello.

Em as Curvetas e Brigues, suppoem-se huma só bateria.

Cada bateria guarnecida se dividirá em Brigadas, e cada Brigada será composta de tres, quatro, cinco, ou seis bocas de fogo. Por exemplo, a 1.ª bateria de huma Fragata, que constar de quatorze por banda, se dividirá em tres Brigadas, 1.ª, 2.ª, 3.ª, a contar da popa: a 1.ª e 2.ª constarão de cinco bocas de fogo cada huma, e a 3.ª de quatro. E se a 2.ª bateria, isto he, a da Tolda com a do Castello tiver nove por banda, se dividirá em duas, sendo a 1.ª de cinco, e a 2.ª de quatro bocas de fogo.

No porto se devem nomear os homens necessarios para as manobras de Artilheria, tirados da Marinhagem e Tropa; e o encarregado da Instrucção dos exercicios os distribuirá pelas bocas de fogo, collocando cada hum no lugar, que deverá occupar em combate, ou no mesmo exercicio.

Quando pois se tocar á *chamada* para combate, ou exercicio, cada individuo da guarnição de huma boca de fogo, se apresentará no lugar que lhe for designado pelo Instructor.

Supponha-se que a guarnição della consta de oito homens; tres ficarão collocados a seu lado direito em linha, tendo a origem na amurada, hum pouco desviados das mangueiras dos eixos, e voltados para ella; outros tres do lado esquerdo semelhantemente; o setimo ficará junto á culatra, e voltado para a portinhola, e este he o chefe de Peça; e o oitavo deve postar-se na intersecção da linha dos olhães dos arganéos da mediania com o prolongamento da linha dos tres da esquerda, e este he o Porta-cartuxo. Aos primeiros tres se dá o nome de *serventes do lado di-*

reito e se devem numerar; do mesmo modo os outros tres, que se denominão *serventes do lado esquerdo* — 1.° 2.° 3.° serventes do lado direito, — 1.° 2.° 3.° serventes do lado esquerdo — a contar da amurada. O 1.° da direita e da esquerda são os carregadores, e fazem outros serviços, que adiante se hão de determinar, assim como os dos outros.

A instrucção sobre o manejo de Artilheria deve ser dada separadamente a cada Brigada; e o Instructor antes de dar qualquer das *vozes* que abaixo se vão estabelecer, deve explicar com toda a clareza o serviço que a cada individuo pertence, e que nas mesmas se acha determinado.

Exercicios por Brigadas.

O toque de chamada para exercicio de huma Brigada; sendo por Corneta, será hum numero de toques de chamada igual ao de bateria, e seguido d'outro de notas agudas soltas, igual ao numero da Brigada; e sendo por Tambor, se substituirão rufos, e pancadas aos toques de chamada, e notas agudas.

Ao toque de chamada de huma Brigada, todos os individuos que lhe pertencerem, se apresentarão nos lugares que lhes forem designados, como fica estabelecido, advertindo que o chefe de Peça deve trazer comsigo hum polvarinho a tiracol com o seu diamante e huma caixa de espoletas á cinta. Do mesmo modo o Porta-cartuxo deve ter o Guarda-cartuxo suspenso no hombro esquerdo por meio de huma corrêa em que está enfiado. E no caso de fogo, e se a Peça tiver fechos, o 3.° servente da direita deverá ter hum pano para os limpar, e algumas pedderneiras e instrumento proprio para as metter no cão, e pica-las.

Supporemos que as Peças se achão atracadas cada huma com duas talhas e vergueiro, e que tem retenida; como tambem que a palamenta está nas paragens que lhes foi designada junto a ella.

Supporemos igualmente, que as Peças estão car-

regadas, mas não escorvadas; que o exercicio se faz a B. B., e que a guarnição de cada huma consta de oito homens, e depois se dirão as alterações que se devem fazer, quando constar de dez ou de seis.

1.ª voz

Desatracar a Artilheria.

A esta voz os serventes se applicão a desatracar a sua Peça sem confusão, e conservando o maior silencio.

O 1.º da direita, e o 1.º da esquerda desfazem os cótes das talhas, passados nos gatos d'amurada. O 1.º da direita depois tira a tapa da Peça, e a deposita no chão junto á amurada. O 1.º da esquerda tira o molho de tacos do seu lugar, e o deposita igualmente no chão ao pé delle junto á amurada, e em combate desfaz o dito molho.

O 2.º da direita pega na lanada e soquete (no caso destes instrumentos andarem unidos, mas se são separados, o soquete deve competir ao 2.º servente da esquerda) e o deposita no chão na sua retaguarda no sentido de B. B. a E. B., ficando o soquete para a parte da amurada; e isto feito pega no espeque, e fica com elle segurando-o pelo punho com a sua mão direita, em huma posição vertical a seu lado e apoiado no chão.

O 2.º da esquerda pega no pé de cabra, e o conserva ao lado direito do mesmo modo, que se acaba de dizer para o serviço do espeque.

Os 3.ºs da direita e esquerda colhem os tiradores das talhas empandeirando do centro do cabo para o chicote, e devem logo amarrar com fios de carreta os pandeiros, deixando tão somente tirador sufficiente para o recuo da Peça, e para a repor em bateria, e depois passão os pandeiros de mão em mão para se depositarem no chão junto á amurada, e hum pouco desviados das rodas dianteiras respectivas.

O chefe de Peça desfaz as voltas das talhas, passadas no cascavel da Peça; desencruza o vergueiro,

e estende o seio delle por cima da Peça; e não passa volta ao cascavel com algum tirador de talha, por que isto obsta á promptidão do fogo; com tudo em occasião de balanços, devem os carregadores morder dous cordões das talhas respectivas, o 1.º da direita com a mão direita, e o 1.º da esquerda com a esquerda. O mesmo chefe de Peça entrega a retenida ao Porta-cartuxo; tira a pranchada e a deposita no chão junto á amurada, pois a pranchada não deve ficar em cima da culatra, porque obsta ao acerto das pontarias; depois com o diamante tira a caravelha do ouvido da Peça, limpa e desentupe o ouvido, e feitas estas operações, deposita este instrumento em cima da soleira da carreta; e só deve lançar mão delle quando for preciso, como para picar, ou furar o cartuxo, e desentupir o ouvido.

O Porta-cartuxo deve pôr clara a retenida e engatar o moitão no arganéo ou olhal da mediania, e junto a este depositará o cadernal para se engatar no olhal do supplemento da carreta, quando for preciso retirar a Peça, e segura-la quando se carrega.

Isto concluido ficão todos firmes nos seus lugares até que o Instructor diga a seguinte

2.ª voz.

Desatracar a Artilheria a E. B.

A esta voz, os serventes do espeque, e pé de cabra depositão estes instrumentos no chão, e todos devem passar as Peças correspondentes d'E. B., excepto os Porta-cartuxos, que ficarão aguentando cada hum a sua Peça com huma meia volta dada no cascavel com o tirador da talha da direita.

As Peças correspondentes d'E. B. serão desatracadas como forão as de B. B., advertindo porêm que o espeque e pé de cabra se devem prolongar no chão junto ás rodas com os punhos para a amurada, o chanfrado do espeque para cima, e a unha do pé de cabra para baixo.

O chefe de Peça deve cobrir o ouvido com a

pranchada, e passar duas meias voltas ao cascavel com os tiradores das duas talhas, tudo por em quanto se não faz uso destas Peças. (E aqui cumpre observar que de ordinario em as Fragatas somente as Peças de hum bordo na bateria do convez he que tem talha de retenida.)

Isto concluido, ficão firmes até se dar a seguinte

3.ª voz.

Passar a B. B.

A esta voz, tudo passará a tomar as posições que tinhão nas Peças de B. B., e o chefe de Peça desfará a volta que o Porta-cartuxo tinha dado ao cascavel com o tirador da talha da direita. E logo ficão firmes cada hum no seu lugar até se dar a seguinte

4.ª voz.

Escorvar a Peça.

A esta voz o chefe de Peça pega com a mão direita no diamante, limpa-lhe a ponta, mette-o no ouvido da Peça, pica bem o cartuxo, e reconhece nas costas da sua mão esquerda se deixa vestigios de polvora; e logo pega no polvarinho, no caso da escorva ser com polvora, e enche docemente o ouvido de polvora, fazendo depois hum pequeno rastilho com ella, seguidamente desde o ouvido até á faxa alta da culatra, e depois moe o que ficar em cima da mesma faxa, com a chapa do polvarinho.

Se a escorva for com espoleta, então deve metter esta no ouvido, e depois fazer o rastilho até á faxa igualmente, com a polvora moida que se acha dentro do canudo exterior della.

Mas se a Peça tem fechos, neste caso deve abrir a cassoleta, encher o fogão delles com polvora, e metter a espoleta, ou encher o ouvido de polvora (faltando a espoleta) e fazer o rastilho, e depois fechar a cassoleta.

Isto concluido, fica firme até se dar a seguinte

5.ª voz.

Baixar ás pontarias.

A esta voz o 2.º servente da direita volta-se á esquerda, e o 2.º da esquerda á direita; este firma a unha do pé de cabra sobre a mangueira contigua do eixo trazeiro, e aquelle o chanfrado do espeque sobre a outra correspondente; e ambos ficão attentos aos signaes, que fizer o chefe de Peça.

O 3.º da direita volta-se a direita para ajudar o 2.º a trabalhar com o espeque.

Os dous carregadores suspendem o seio do vergueiro para não obstar á pontaria; o 1.º da direita com a mão esquerda, e o 1.º da esquerda com a mão direita.

O 3.º da esquerda vai á tina buscar a trança, e vem postar-se no seu lugar, hum pouco desviado para a retaguarda, soprando de quando em quando a chamma, para lhe expellir alguma cinza, e attento sempre ao chefe de Peça.

O chefe de Peça abaixa o corpo e do modo que lhe seja mais commodo, aproxima o olho ao ponto mais alto da culatra, mirando por este e pelo mais alto da joia ao objecto d'offensa, ou áquelle que verticalmente lhe corresponder por baixo ou por cima; ou tambem servindo-se das visuaes lateraes da Peça, tudo conforme os casos que occorrerem. Faz signal com a mão, e não com a voz para que os segundos serventes conteirem ou adherissem conforme o objecto d'offensa o exigir; batendo com a palma da mão direita no lado direito da culatra, para que o do espeque, applicando este instrumento á conteira da carreta, conteire para a esquerda, se a boca da Peça deve girar para a direita, e para indicar que cesse a operação, faça o signal contrario com a mesma mão. Vice-versa, com a mão esquerda do lado esquerdo da culatra, para que o servente do pé de cabra conteire para a direita. E para adherissar, isto

he, para fazer elevar ou deprimir a boca da Peça, voltará pela parte superior da culatra a palma da mão direita para cima; e para fazer cessar a operação fará o signal contrario com a palma da mão para baixo. Usará das palmetas ou cunhas nestas operações de adherissar a Peça, e se servirá nas caronadas do parafuso da culatra, quando ellas o tiverem.

O mesmo chefe de Peça, quando julgar boa a pontaria (attendendo ao movimento do Navio) deve energicamente fazer signal com a mão direita por cima da culatra e no sentido de popa a proa, para que o espeque e pé de cabra se retirem, e se aproxime a trança com a chamma a meio palmo de distancia da porção de escorva que se acha moida na faxa alta da culatra; e rectificando novamente a pontaria dará elle mesmo a voz de *fogo*, que será executada promptissimamente pelo servente da trança na paragem mencionada, o qual depois a irá depositar na tina, e virá occupar o seu lugar. E no mesmo tempo que o chefe de Peça der a voz de *fogo*, se deve retirar com rapidez para o lado direito da Peça, a fim de evitar ser pisado pela carreta no seu recúo depois da explosão; como tambem os carregadores largão o vergueiro e retirão as mãos dos cordões das talhas, no caso de os estarem mordendo.

Nas Peças com fechos, e estando boa a pontaria, deve o chefe de Peça armar o cão, e pegar no cordel com a mão direita, e estes movimentos servirão de signal para se retirarem o espeque e pé de cabra, e de se aproximar a trança; e immediatamente se desviará para a retaguarda (no caso de se dever applicar a força ao cordel no sentido longetudinal de Peça) a huma distancia maior que o recúo, e daqui tornará a rectificar a pontaria, mirando pelos pontos superiores da culatra e joia, ou pelos visuaes lateraes como no proximo caso, e então elle mesmo dará fogo sem dar voz, puxando com força pelo cordel. Se porém falharem os fechos, e não se tendo desarranjado a pontaria, dará a voz de *fogo*, que será executada pelo servente da trança.

Logo que se deo fogo, o Porta-cartucho deve im-

mediatamente engatar o cadernal da retenida no olhal do supplemento, e estender o tirador ficando com elle nas mãos bem intenso, e postando-se junto ao arganeo da mediania.

Os segundos serventes depois do signal para retirarem os seus instrumentos, occuparão os seus lugares primitivos.

Concluidas estas manobras, todos ficão firmes, até que o Instructor dê a seguinte

6.ª voz.

Retirar a Artilheria.

A esta voz os primeiros e terceiros serventes de cada lado vão pegar no tirador da retenida.

Os segundos applicão os seus instrumentos ás mangueiras respectivas do eixo trazeiro.

O chefe de Peça colloca-se em cima das conteiras, pegando no vergueiro, e faz com que elle não embarace, pela fricção o retrocesso da carreta.

(No caso em que a Peça não tenha retenida, então o 1.º servente da direita desengata o cadernal, e o 3.º o moitão da talha da direita para servir de retenida, e os passão a engatar competentemente no olhal do supplemento e arganeo da mediania, e ficão com o tirador na mão. O Porta-cartucho tambem pega no tirador para ajudar a alar.)

Postos os serventes nestes lugares, o Instructor dará a seguinte

7.ª voz.

Ala.

A esta voz todos applicão as suas forças para retirar a Peça.

Os segundos serventes não só trabalhão com os seus instrumentos, mas tambem irão tocando a talha que lhe ficar contigua.

O chefe de Peça, quando conhecer que a boca

da Peça está dentro da portinhola, dirá *alto*, e todos suspenderão a manobra; e logo fará pôr a Peça horisontal, no caso de não estar. E depois todos irão occupar os seus lugares primitivos; mas o 2.º da esquerda atravessará antes o pé de cabra no chão, de popa á proa por diante das rodas dianteiras e bem unido a ellas; e o mesmo fará o 2.º da direita com o espeque nas rodas trazeiras; e o Porta-cartuxo passará huma mordedura no cadernal da retenida com o tirador, e o chefe de Peça a pisará com o pé a fim de que se não possa desfazer.

Isto concluido, ficão firmes até que se dê a seguinte

8.ª voz.

Carregar a Artilheria.

A esta voz o chefe de Peça pega com a mão direita no diamante, e com elle desentupe o ouvido da Peça, e depois limpa-lhe a ponta.

Os carregadores entrão para dentro do vergueiro, no caso de ser preciso, para se poder commodamente carregar a Peça.

O 2.º do lado direito dá hum passo á retaguarda, abaixa-se, pega com as duas mãos na lanada, e no mesmo sentido em que ella está a entrega aos carregadores, passando-a por cima das cabeças dos serventes, e occupa outra vez o seu lugar. Os carregadores a recebem e collocão em cima da Peça, deixando hum terço da haste da parte de fóra do Navio, e segurando-a sempre.

O 3.º da direita, no caso de haver fechos, começa logo a limpa-los cuidadosamente, não lhes deixando humidade alguma, e poem o cão no descanso.

Acabadas estas operações, ficão firmes, e segue-se a

9.ª voz.

Alimpar a Peça.

A esta voz os carregadores, ajudando-se mutua-

mente, mettem a lanada dentro d'alma da Peça até o fundo e alimpão bem, e o chefe de Peça tapa immediatamente o ouvido della com o dedo polegar esquerdo (para o que em occasião de fogo terá huma dedeira de couro, ou de lona). Acabando de limpar, os mesmos carregadores sem esperar outra voz, devem retirar a lanada, e volta-la de modo que o soquete fique para dentro do Navio, e descansando depois a haste sobre a Peça, ficando igualmente como na primeira posição, hum terço della fóra do Navio.

O Porta-cartucho vai ao lado esquerdo da Peça pela retaguarda dos serventes, abre junto á amurada o guarda-cartuxo e entrega o cartuxo ao 1.° servente, e isto feito vai immediatamente buscar outro á paragem que estiver designada para o calibre respectivo, e recebido vem postar-se no seu lugar.

O 1.° dito servente da esquerda mette o cartuxo dentro d'alma da Peça, dispondo-o de maneira que o atado fique para fóra e as costuras para os lados, e não de alto a baixo, e o aguenta com a mão esquerda até o Instructor dar a seguinte

10.ª voz.

Unir o Cartuxo.

A esta voz os carregadores com o soquete devem empurrar o cartuxo, fazendo-o unir bem ao fundo d'alma.

O chefe de Peça, introduzindo o diamante pelo ouvido, pica o cartuxo, e reconhece nas costas da mão esquerda com a ponta delle se está unido ao fundo, e neste caso faz cessar a operação, dando a voz *chegou*, e então os carregadores retirão o soquete de dento d'alma, e o collocão em cima da Peça, deixando igualmente hum terço da haste da parte de fóra do Navio.

O 2.° servente da esquerda vai buscar a bala ou outro projectil, e a entrega ao carregador do seu lado, depois de unido o cartuxo, e este a introduz na alma, e a fica aguentando com a mão esquerda até

receber com a mão direita o taco do mesmo 2.° servente, que logo introduz tambem na alma, e fica aguentando toda a carga com a mão esquerda até que se dê a seguinte

11.ª voz.

Calcar bala e taco.

A esta voz os dous carregadores introduzem outra vez na alma o soquete, e dão tres fortes pancadas contra o taco para este e a bala se unirem bem ao cartuxo, e immediatamente retirão este instrumento e o entregão ao 2.° servente da direita, o qual o volta com a lanada para meio Navio, fazendo esta manobra por cima das cabeças dos serventes, e depois dando hum passo á retaguarda o colloca no chão, e occupa o seu lugar, e os carregadores acabada a operação de carregar fazem o mesmo.

O chefe de Peça depois das tres pancadas, torna a picar o cartuxo com o diamante, e depois limpa-lhe a ponta, e o deposita no seu lugar em cima da soleira da carreta.

Advirta-se que quando os exercicios forem simplesmente de imitação, e não com polvora, deve-se metter no fundo d'alma hum taco de filaça para se não arruinar a Peça, nem o soquete com as pancadas deste; o qual taco logo se deve tirar acabando o exercicio.

Isto concluido ficão firmes, e segue-se a

12.ª voz.

Metter em Bateria.

A esta voz, o Porta-cartuxo desfaz a mordedura do cadernal da retenida puxando pelo tirador, e fica com elle nas mãos para aguentar a Peça, a fim de que não vá com muita força contra a amurada.

O chefe de Peça colloca-se em cima da carreta pondo o pé em cima das conteiras, e pega com am-

bas as mãos no Vergueiro, a fim de o hir puxando quando se allar as talhas.

O 1.° e 3.° serventes de hum e outro lado pegão com ambas as mãos nos tiradores das talhas respectivas, ficando os dous primeiros voltados para a Peça, e os dous terceiros para a amurada, firmando o da direita o pé esquerdo, e o da esquerda o pé direito sobre a mangueira do eixo trazeiro que lhe he contigua a fim de applicarem mais esforços.

Os segundos pegão respectivamente no pé de cabra e espeque, e vão postar-se atrás da carreta, applicando os seus instrumentos ao supplemento da soleira.

Advirta-se que se a Peça não tiver retenida, neste caso o 1.° e 3.° do lado direito vão desengatar a talha que estava servindo de retenida, desengatando o 1.° o cadernal, e o 3.° o moitão, e passão a collocar no seu lugar primitivo, e ficão pegando no tirador.

Postos os serventes nestes lugares, ficão firmes até o Instructor dar a seguinte

13.ª voz.

Ala.

A esta voz, cada hum faz esforço para que a Peça se ponha em bateria, e o chefe de Peça vai dirigindo a manobra, dizendo ala da direita, ou da esquerda, quando for preciso cessar a força da esquerda, e applicar somente da direita, e vice-versa, a fim de que a Peça na bateria fique bem no meio da portinhola; e isto conseguido, o mesmo chefe de Peça dá a voz *alto*, e logo os terceiros serventes colhem as talhas respectivas, e passão os pandeiros de mão em mão para a murada; e o Porta-cartuxo desengata o cadernal da retenida, e o deposita como dantes, junto ao moitão, e arranja esta talha.

Isto concluido, ficão firmes, e o Instructor deverá começar o exercicio, partindo da 4.ª voz por diante, e quando houver de terminar dará a seguinte.

14.ª voz.

Atracar a Artilheria.

A esta voz o chefe de Peça deve primeiramente fazer pôr a Peça horisontal e no meio da portinhola, e que a testeira da carreta fique tocando a amurada. Depois os segundos serventes vão depositar a palamenta nas paragens donde foi tirada para o exercicio, e voltão para os seus lugares. O carregador da direita mette a tapa na boca da Peça (esta tapa no mar deve ficar ensebada) e a segura com a gaxeta á garganta da Peça.

O chefe de Peça mette a cravelha no ouvido (a qual no mar deve ficar ensebada na cabeça) depois tapa-o com a pranchada e a prende com a gaxeta competente; encruza o vergueiro e arranja em cima delle a retenida; e ajudado pelos serventes, atraca á Peça em meias voltas, se não he Peça de coberta de Nao, começando sempre pela talha da direita.

Os primeiros serventes passão as côtes das talhas aos gatos respectivos da amurada, e pendurão nas vinhateiras os pandeiros colhidos pelos terceiros serventes.

O 1.° da esquerda deposita o mólho de tacos no lugar competente.

Feitos estes arranjos, ficão firmes até que o Instructor dê a seguinte

15.ª voz.

Atracar a Artilheria a E. B.

A esta voz passarão as guarnições de cada Peça ás correspondentes do outro bordo, e farão nestas os mesmos arranjos que ficão estabelecidos na 14.ª voz, excepto pelo que respeita á retenida, pois que esta anda de ordinario annexa ás Peças de B. B. em as Fragatas.

Isto concluido, ficão firmes nos seus lugares a E. B., até que o Instructor dê a voz — romper a fórma —

ou mande tocar a retirada, que será o signal de finalisar o exercicio, e de cada hum se poder retirar e deixar o seu posto.

Advertencias sobre o exercicio por Brigadas; exercicio em combate

Quando os serventes estiverem já adiantados nas manobras acima estabelecidas, o Instructor deve fazer-lhes mudar de lugar, para que ninguem ignore o serviço de cada hum, e particularmente o de chefe de Peça. E esta mudança será pela escolha do mesmo Instructor, dando a voz, por exemplo, 1.° *servente da esquerda passa a chefe de Peça, e o 3.° da direita a Porta-cartuxo. Mudar os postos.*

A esta ultima voz se trocarão reciprocamente os lugares, isto he, o 1.° servente deve passar a chefe de Peça, e este a 1.° servente da esquerda, e assim os outros; e para combate deve estar nomeado positivamente em cada boca de fogo aquelle que ha de substituir o chefe de Peça no caso em que este venha a faltar.

O Instructor igualmente mandará algumas vezes que cada chefe de Peça, mande elle mesmo a manobra da sua Peça, e execute ao mesmo tempo os trabalhos que lhe tocão pelo seu lugar. E para isto o Instructor dará a voz, *chefe de Peça mande a manobra da sua Peça.* Principia — a esta ultima voz o chefe de Peça dá como se fosse Instructor as vozes desde a 4.ª até a 13.ª, e recomeça, e faz ao mesmo tempo as manobras que lhe pertencem. O Instructor emendará os defeitos, e erros que observar, e não permittirá, que o chefe de qualquer das vozes sem se ter completado perfeitamente a manobra antecedente. E para cessar este particular exercicio, o Instructor dará a voz, firme, e então cada chefe de Peça não deve continuar as vozes, e tudo fica firme nos seus lugares.

Em as baterias de qualquer bordo devem estar as Peças numeradas alternadamente 1.ª 2.ª, a começar da popa; o Instructor mandará algumas vezes pas-

sar toda a Brigada, ou somente as primeiras, ou segundas Peças a guarnecer as respectivas de E. B., e neste caso, por exemplo, dará a voz, *segundas Peças passar a E. B.* A esta ultima voz cada chefe das segundas Peças passa duas meias voltas á cascavel com os tiradores das talhas, e pega no diamante. Os segundos serventes depositão no chão o espeque, e pé de cabra, como se determinou na 2.ª voz. O Porta-cartuxo transporta a retenida, e todos passão depois a guarnecer as Peças respectivas d'E. B., occupando cada hum o lugar que lhe competia a B. B., e immediatamente se devem pôr no mesmo estado de serviço. Isto concluido, o Instructor continua o exercicio attendendo aos dous bordos.

Adestrados totalmente nas manobras por vozes, deve-se fazer *exercicio em combate.* Este exercicio em naba differe dos antecedentes mais do que em não haver vozes do Instructor, porém o chefe de Peça tem algumas a dar que são, *ala da direita*, *ou da esquerda*, quando a Peça não vai bem dirigida ao meio da portinhola; *alto*, quando deve cessar a força para retirar, ou metter a Peça em bateria; *chegou*, na operação de se unir o cartuxo ao fundo d'alma; e a voz *fogo*, depois de rectificada a pontaria. Neste exercicio pois todas as manobras são executadas consecutivamente humas depois das outras, mas sempre com a mesma perfeição que quando se davão as *vozes.* Para começar este exercicio o Instructor dárá a voz, *Exercicio em combate.* Principia. E logo o chefe de Peça começará a escorvar, baixará depois as pontarias, e assim por diante, e recomeçará, e cada servente fará o trabalho que lhe compete, segundo a manobra o exige. E quando o Instructor houver de mandar cessar este exercicio, que he o mesmo que cessar o fogo em combate real, mandará dar hum *toque* proprio pelo Corneta, ou hum *rufo* pelo Tambor; e não havendo alguns destes instrumentos, dará a voz, firme, e então aquellas Peças que já estiverem carregadas, e escorvadas, ficão firmes; mas as que não estiverem neste estado continuarão as suas manobras até o conseguirem, e depois ficarão igualmente firmes.

Algumas alterações em os exercicios por Brigadas acima estabelecidos, quando as bocas de fogo forem guarnecidas com dez ou seis homens, e outros casos extraordinarios.

Se a lanada andar separada do soquete, como acontece nos grossos calibres, á voz de *desatracar a Artilheria*, o 2.° servente da direitata faz o que se determinou na primeira voz; e o 2.° da esquerda pega no soquete, e o deposita no chão na sua retaguarda no sentido de B. B. a E. B., e com a massa para meio navio.

A' voz de *carregar a Artilheria*, o 2.° da direita executa o que a este respeito se determinou na 8.ª voz, e depois de limpa a Peça, os carregadores lha entregarão immediatamente, e elle a repoem no seu lugar como fica estabelecido na 11.ª voz. E á voz de *limpar a Peça*, o 2.° da esquerda dá hum passo a retaguarda, abaixa-se, pega com as duas mãos no soquete, e entrega-o aos carregadores por cima das cabeças dos serventes, e isto logo depois que elles tiverem deixado a lanada; e carregada a Peça, o repoem no seu lugar no mesmo sentido em que estava.

Quando a Peça he guarnecida com dez homens, dos quaes hum para chefe de Peça, hum Porta-cartuxo, e quatro serventes para cada lado; neste caso á voz de *abaixar as pontarias*, o 4.° da esquerda volta-se á esquerda para ajudar o 2.° a trabalhar com o pé de cabra. Os quartos colhem as talhas, e os terceiros desbolinão, quando he preciso; o 3.° da esquerda ainda he o servente da trança, ou botafogo; e todos os serventes, excepto os segundos alão as talhas e a retenida, e em tudo mais como se estabeleceo acima para cada servente, observando que os quartos quando se mette a Peça em bateria, fazem as vezes dos terceiros.

Quando a guarnição constar de seis homens, de que hum chefe de Peça, hum Porta-cartuxo, e dous serventes para cada lado; neste caso costuma a talha da direita fazer as vezes de retenida. Os dous primeiros serventes são ainda os carregadores: o 1.° da

esquerda trabalha com o pé de cabra nas pontarias; o 2.° da esquerda serve á trança, e colhe a talha respectiva. E á voz de *retirar a Artilheria* o 1.° e 2.° da direita desengatão a talha respectiva, desengatando o 1.° o cadernal, e o 2.° o moitão, e a passão a engatar no olhal do supplemento, e no arganéo da mediania, e ficão com o tirador na mão; e estes mesmos a repoem em seu lugar á voz de *metter em bateria*, e para estas duas manobras, não se usará do espeque e pé de cabra, mas os quartos serventes devem alar aos tiradores; por este mesmo motivo quando se der qualquer das vozes para as ditas manobras, os dous serventes prolongarão os seus instrumentos no chão, como se estabeleceo na 2.ª voz. O chefe de Peça, quando se metter dentro a Peça, não só terá conta com o vergueiro, mas tambem deve tocar a talha da esquerda, sendo preciso. Em tudo mais se praticará o que fica estabelecido para as Peças guarnecidas com oito homens.

Algumas vezes em combate he preciso tirar da guarnição geral da Artilheria, hum ou dois homens por boca de fogo para ajudar a manobra do Navio; e para este fim serão nomeados anticipadamente os ultimos serventes, os quaes devem regressar a seus lugares logo que acabar a dita manobra. Mas durante a sua ausencia, e suppondo que a boca de fogo era manejada por oito homens, o serviço dos que ficão será o que se acabou de estabelecer, quando a guarnição consta de seis. E no caso de dez ficarem reduzidos a oito; o serviço de cada hum será o estabelecido para as Peças guarnecidas com oito homens. O signal para ajudar a manobra do Navio será o toque de *fachina* por Corneta ou Tambor; e para regressarem a seus postos, o Commandante do Navio mandará retirar para a Artilheria.

Tambem algumas vezes he preciso repellir a abordagem com auxilio de gente das Peças que se deve unir á outra da guarnição geral do Navio, que no plano de combate se acha detalhada para este fim; e este caso he mui variado, pois depende das circunstancias. Supponha-se por exemplo, huma Fragata abordada por

outra inimiga; neste caso metade dos homens da guarnição da Artilheria do convez, armados com armas de fogo, deverão ao signal dado (que será *toque de rebate*) concorrer rapidamente ás paragens do ataque, conduzidos por dous officiaes da bateria; e se for preciso reforçar mais a defensa, se dará outro *toque de rebate*, e logo concorrerá o resto das guarnições, menos hum ou dous homens, que devem ficar armados defendendo as portas das baterias. Ao Commandante desta bateria e Brigadas, he que toca fazer observar a prompta execução deste artigo, advertindo que este seguido reforço será conduzido pelo resto dos officiaes que ficarão na bateria.

Finalmente no caso de incendio, além da gente de equipagem, que se costuma empregar nos trabalhos da bomba, baldes, &c., deve-se pôr em combate, hum balde de sóla com o seu arrebem de duas braças de comprimento, por Peça guarnecida; e nomear hum, ou dous homens de cada huma para trabalhar com elle. Aos Commandantes das baterias toca igualmente a nomeação destes serventes em semelhantes casos extraordinarios.

Exercicio geraes de Artilheria e algumas disposições sobre o cartuxame, e petrechos que devem servir nestes exercicios e particularmente em combate.

Tudo o que até aqui se tem estabelecido, deve o Instructor ensinar e fazer praticar nos exercicios por Brigadas, e depois de todas bem instruidas (assim como a gente que maneja a fuzilaria e outras armas) o Commandante do Navio deve fazer *exercicios geraes*, quando for possivel, com toda a guarnição do Navio a postos, mandando que se faça o manejo com toda a Artilheria já por *vozes*, já sem ellas; combinando-o elle mesmo com manobras do Navio, e fazendo varias hypotheses como d'abordagem, incendio e ataque pelos dous bordos.

Para chamar a guarnição a estes exercicios o signal será *toque de rebate* e para os finalisar será o

de *retirada*. Ao toque de *rebate*, tudo, pessoal e material deverá ficar prompto, e safo em seis minutos, quanto ao mais; qualquer excesso de tempo neste caso he indicio de pouca disciplina e que o armamento e petrechos de artilheria não estão collocados em lugares mais á mão para imminente combate, ou surpresa.

He nestes exercicios que se aproxima mais da imagem do combate real, consequentemente deve-se nelles dar fogo, quando for possivel; mas para isto se fazer com a menor despeza da Fazenda, se procederá do modo seguinte. Devem fazer-se cartuxos de polvora pequenos em fórma cylindrica, que tenhão por altura o calibre da Peça, isto he o diametro da boca, e largura a sufficiente para que contenha quatro onças de polvora; cosa-se mui bem ao táco do calibre, de maneira que introduzido na Peça e empurrado o táco com o soquete, fique o cartuxo ao alto correspondendo por baixo do ouvido. Estes cartuxos assim preparados, devem estar no paiol da polvora, e sahir para as baterias pelas *gateiras*; e a escorva se fará com polvora, ou com espoleta.

Tambem se devem fazer estes exercicios geraes algumas vezes de noite; e para isto será preciso ter lanternas de vistas d'osso, guarnecidas de velas de cera com os pavios queimados, para se acenderem com facilidade em paragem que estejão muito á mão, por exemplo em huma Fragata debaixo da tolda, e em combate, ou nestes exercicios se deverão pendurar no meio do intervallo de duas Peças, ou a meio navio, ou na amurada, e jámais por cima da portinhola, ou defronte della.

Pelo que respeita ao modo mais simples e seguro de em combate conduzir o cartuxame ás baterias, isto varia segundo a qualidade do Navio, e se torna tanto mais attendivel, quanto maior he o numero dellas. Supponha-se huma Fragata de duas baterias, e se procederá do modo seguinte. Na Camara deve existir hum caixão grande bem forrado e livre de humidade, collocado no intervallo de duas Peças de popa a proa em o qual, á vela somente se depositem os

guarda-cartuxos das baterias, contendo cada hum dous cartuxos de polvora do calibre respectivo, e as caixas de espoletas, e polvarinhos guarnecidos, de maneira que tocando a *rebate* não seja preciso depender immediatamente do paiol da polvora; e logo que se distribuirem estes petrechos pelos respectivos serventes, o caixão vazio deve ficar no bordo opposto ao combate, ou a meio navio. E no caso de exercicio geral em que se houver de dar fogo com os pequenos cartuxos cosidos aos tácos, se transportarão anticipadamente aquelles do caixão para o paiol, e se tornarão a pôr no mesmo lugar, logo que acabe o dito exercicio; e no porto igualmente se recolherão ao paiol, assim como os polvarinhos sem diamantes.

E logo que entrarem para o paiol da polvora aquelles homens (que são sufficientes dous, pois não será preciso encartuxar porque deve existir nas *prateleiras* hum numero de cartuxos cheios não menor que dez vezes a totalidade das bocas de fogo do Navio) que hão de servir nelle, se deve tapar a escotilha com a tampa propria sem a mais leve demora; nem se deve em geral abrir o dito paiol sem primeiro ficarem fechadas e cobertas com bons encerados todas as escotilhas das pontes superiores. Fechada a escotilha deve-se fazer a passagem dos cartuxos pelas gateiras para serem conduzidos á formiga de mão em mão á escotilha da coberta que lhes ficar mais proxima, e desta se transmittirão á que lhe fica superior no convez, e por aqui se fornecerá a 1.ª bateria. E para fornecimento da 2.ª, isto he da tolda e castello, se depositarão logo no principio alguns cartuxos do calibre proprio sahidos igualmente pelas gateiras em hum caixão que deve estar na coberta junto ao mastro do traquete e da parte opposta ao combate para deste lugar se transmittirem pela escotilha de proa á dita bateria, cujos Porta-cartuxos os irão receber ao lugar do bailéo, que superiormente corresponder á mesma escotilha. Este deposito he provisorio, e só deverá ter lugar em occasião de combate, ou naquelle exercicio geral em que se der fogo.

Nos xadrezes das escotilhas, por onde se transmitte a polvora devem estar praticados em cada hum dous buracos hum em cada bordo, para por elles passarem os cartuxos, depois do que devem immediatamente ser cobertos, e da coberta para o convez não se transmittirá algum que nao seja mettido dentro do guarda-cartuxo bem tapado. Além disto de noite na coberta devem-se pôr somente duas lanternas acezas, fechadas com cadeados e espaçadas da parte opposta ao transito da polvora; e nestas paragens o chão deve ser molhado, e refrescado de quando em quando com lambazes bem ensopados em agua. E em geral para o serviço da polvora, tanto no paiol como nas gateiras e coberta, devem ser escolhidos homens mais velhos, e que não tenhão uso de fumar.

A *trança* que he o *bota-fogo* de bordo deve ser construido de oito cordões de murrão de boa qualidade (cada murrão consta de tres cordões). Dois destes sejão totalmente destorcidos reduzidos a estopa, ficando cada hum do comprimento de seis a sete palmos; enxofrem-se mui bem com vinagre e polvora, e sequem-se ao sol; unão-se depois pelas pontas, e sejão cobertos pelos outros seis cordões, envolvendo a maneira de trança, de sorte que os dous enxofrados fiquem no centro delle ou formem a alma do bota-fogo. Faça-se a esta trança hum pequeno cravo em huma das pontas, e enxofre-se novamente este cravo, e enxugue-se tambem ao sol; ultimamente cubra-se este cravo com papel, ou encoife-se e mesmo não seria inutil cobrir com elle toda a trança para se conservar mais livre de humidade. Fação-se depois molhos que tenhão seis ou oito tranças cada hum e guardem-se em lugar secco e que estejão á mão, por exemplo em huma Fragata pendurem-se em vinhateiras nas latas da coberta junto á Praça d'armas.

Em combate deve a dita trança serpentear em huma vara de quatro palmos de comprimento, na qual se abrirá hum furo em hum dos extremos por onde passe a mesma trança, ficando a ponta inflammada proxima a elle. O bota-fogo assim construido e disposto he talvez o meio mais opportuno d'applicar

a chamma á escorva em a Artilheria naval; e na occasião do fogo se deve collocar em tinas pequenas feitas de proposito, e nellas não se deve deitar agoa, mas sim cobrir-lhes os fundos com areia.

NOTA A' 5.ª VOZ.

A arte de apontar huma Peça para percutir hum objecto determinado, funda-se essencialmente no conhecimento de quatro cousas, que são os seus elementos, primeiro a relação do peso da carga da polvora ao do projectil; segundo a depressão que a linha de mira ou superior da Peça faz com o eixo da alma; terceiro, a distancia da bateria ao objecto; quarto, o abatimento que tem o projectil nesta distancia.

Em quanto ao 1.º elle se acha em geral determinado por Ordenança d'Estado, sendo para as Peças a carga igual ao 3.º do peso da bala, e para as caronadas a duodecima. Em quanto ao segundo, he preciso saber que as dimensões das Peças varião com os calibres, e que ainda em o mesmo calibre se achão diversas, conforme as fundições em que forão feitas; de que resulta ser mui variavel a depressão de linha superior a respeito do eixo d'alma, por quanto ella depende essencialmente da semidifferença dos diametros da culatra, e joia, e do intervallo entre estes circulos; para conhecer pois este elemento, he indispensavel recorrer á Trigonometria rectelinea. Em quanto ao 3.º ainda he preciso recorrer á mesma Trigonometria; mas postos os resultados do calculo em huma taboa, se póde conhecer a distancia de Navio a Navio com a mesma prontidão e facilidade, com que no mar se observa a altura do Sol. E pelo que respeita ao 4.º, que he o mais difficil, os abatimentos são tanto maiores, quanto maior he a distancia; advertindo que ainda sendo tudo mais igual, os da palanqueta são maiores que os da bala, e os da metralha excedem os da palanqueta. A lei destes abatimentos se acha conhecida pela theoria e experiencia, de maneira que os resultados do calculo igualmente se podem lançar em taboas para servirem opportunamente.

A' vista deste pequeno esboço, he manifesto que a arte de apontar a Peça demanda conhecimentos, que estão fóra da capacidade do simples artilheiro, e que nem mesmo se lhe póde ensinar nos exercicios, cousa alguma a semelhante respeito que tenha applicação geral a todos os calibres e bocas de fogo. Aos Officiaes he que toca instruir-se sobre este importante objecto, pois devem dirigir em combate os chefes de Peça.

Entretanto o que neste opusculo se póde estabelecer como regras geraes, he que ha huma unica distancia para cada Peça, em que mirando pela linha superior, de mira ou vazo dos metaes (que tudo significa o mesmo) directamente ao objecto, o possão offender; e que em outra distancia menor, ou maior será preciso mirar por baixo, ou por cima delle, huma quantidade de palmos igual á differença entre o abatimento do projectil e a depressão da linha de mira conforme a distancia.

Que achando-se o objecto d'offensa em distancia inferior a cem braças, o chefe de Peça deve mirar a elle, não pela linha superior mas pelas duas visuaes lateraes, que passão por cima dos munhões; isto he, deve pôr a Peça de maneira que o objecto fique no plano destas visuaes. Por quanto as balas de todos os calibres não tem na distancia de cem, mais que seis palmos de abatimento, e em distancias menores elle diminue cada vez mais, de maneira que em 50 braças he somente de hum palmo; e assim se póde olhar o tiro não perdido ainda na distancia de cem braças, suppondo o caso mais desfavoravel que o objecto d' offensa fosse a bateria de hum pequeno Brigue. Mas se o artilheiro neste caso mirasse ao objecto pela linha superior, jámais o percuteria; porque o projectil passaria sempre por alto tantos palmos, quantos fossem a differença entre seis, e a quantidade de depressão da mesma linha superior com o eixo d'alma; o erro maximo com as nossas peças de 24 chega a 30 palmos, e o minimo a 18, e na distancia de 50 braças o maximo he de 15, e o minimo 10, ou que he o mesmo se se pertendesse atirar na distancia de cem braças contra a bateria da

tolda de huma Nao de 74, mirando pela linha superior destas peças, jámais a offenderia ainda que a visual pela dita linha superior, fosse dirigida á sua linha d'agoa, apenas neste ultimo caso seria percutida alguma parte da trincheira do tombadilho, e na distancia de 50 braças seria preciso dirigir a linha de mira a hum ponto situado a meio entre a primeira e segunda bateria. Se em lugar de Nao suppuzermos hum Navio de menor porte e na mesma hypothese de mira, com maior razão nunca offenderião qualquer paragem de seus cascos, posto que a mira fosse dirigida á linha d'agoa. Fóra do limite de cem braças cada pontaria tem sua regra particular.

Não se deve com tudo dissimular que a pontaria pelas visuaes lateraes he em algumas occasiões incommoda, segundo a posição do alvo; mas pode-se remediar facilmente estes inconvenientes (para o caso somente de distancia inferior a cem braças) collocando em cima da peça hum supplemento vertical, de grandeza tal que faça o semidiametro da joia, igual ao da culatra ou, que he o mesmo, a linha de mira parallela ao eixo d'alma; e então a mira será dirigida ao objecto pela linha superior, isto he pelo ponto mais alto da culatra, e por cima do dito supplemento. Este supplemento póde ser huma regoa prismatica, ou em fórma de cunha de grandeza sufficiente, e que se deve tirar logo que a distancia exceder cem braças.

Tudo isto que levemente se tocou sobre a arte de apontar a Peça, será demonstrado, mais desenvolvido, e reduzido á pratica de todas as comprehensões, em o Compendio de Artilheria para os discipulos da Academia dos Guardas Marinhas, que fica organisando hum de seus Lentes, segundo as Ordens do Governo; no qual além disto se darão instrucções sobre o melhor arranjo do trem de artilheria a bordo, e do uso opportuno dos differentes projecteis, como tambem sobre o armamento, e sua mais vantajosa distribuição para combate.

Palacio do Rio de Janeiro em 2 do mez de Outubro de mil oitocentos trinta e oito.

Joaquim José Rodrigues Torres.

119

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.° PARTE 2.ª SECÇÃO 20.ª

REGULAMENTO N.° 22. — de 9 de Outubro de 1838.

Para execução da Lei de 20 de Setembro do mesmo anno, N.° 41, que manda fórmar hum Quadro de todos os Officiaes da Primeira Linha do Exercito idoneos para o serviço.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II., Decreta.

Art. 1.° Organisar-se-ha na Capital do Imperio huma Commissão composta de tres Officiaes militares e tres Facultativos, para se proceder ás qualificações dos Officiaes do Exercito existentes na Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, segundo as disposições do Art. 1.° da Lei de vinte de Setembro do corrente anno, N.° 41.

Art. 2.° Nas mais Provincias do Imperio serão tambem organisadas Commissões; podendo porêm o numero dos Facultativos ser menor de tres, e serem nellas admittidos Officiaes Reformados, ou da extincta segunda Linha.

Art. 3.° Os Membros das referidas Commissões serão nomeados na Côrte pelo Governo, e nas Provincias pelos respectivos Presidentes.

Art. 4.° Nas Provincias, em que houver Commandantes de Armas, serão estes os Presidentes das Commissões, das quaes aliás farão parte; e nas demais a Presidencia caberá ao Official mais graduado. O Official de menor Patente servirá de Secretario.

Art. 5.° Ao Presidente da Commissão compete fixar o dia para a installação da mesma Commissão; dirigir os seus trabalhos, convocar com a devida an-

tecedencia, os Officiaes que devem comparecer para soffrerem o necessario exame; dispensar de tal comparecimento aquelles que se acharem impossibilitados por molestias provadas, ou empregados em Commissões longinquas: tambem lhe compete requisitar das Autoridades competentes as informações semestres, e até mesmo os Livros Mestres dos Corpos, quando julgue conveniente, e quaesquer outros documentos que entender necessarios.

Art. 6.º Installada que seja a Commissão, o Presidente dividirá por classes a relação dos Officiaes, e proceder-se-ha ao exame: 1.º, da idade de cada hum dos mesmos Officiaes: 2.º, do seu estado physico e sanitario: 3.º, da sua capacidade intellectual e professional: 4.º, do seu comportamento militar, e moral.

Art. 7.º Huma vez concluido este exame, e designadas as devidas qualificações, segundo a ordem marcada no Modelo aqui annexo, N.º 1, para cada hum Official; a Commissão formará, á vista de todos estes documentos parciaes (que serão numerados por classes) a classificação geral dos Officiaes que houverem sido submettidos á sua inspecção, organisando huma lista, segundo o Modelo N.º 2: 1.º, dos que devem fazer parte do Quadro do Exercito: e 2.º, dos que merecerem Reforma.

Art. 8.º Preenchidas as relações, e terminada a classificação geral dos Officiaes, na fórma dos Artigos precedentes, remetterá a Commissão o seu trabalho, acompanhado das folhas do Modelo N.º 1, ao Presidente da respectiva Provincia, a fim de que este o dirija á Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra; instruindo-o com as observações que julgar convenientes, para habilitar o Governo a proceder na formação do Quadro do Exercito com inteiro conhecimento dos individuos que devem entrar na sua organisação.

Art. 9.º O Commandante do Corpo de Engenheiros ministrará ao Governo huma informação geral da capacidade professional, e serviços prestados pelos individuos do Corpo do seu Commando; independente dos trabalhos que pelo presente Regulamen-

120

to ficão a cargo das Commissões de exame nelle declaradas.

Art. 10. A qualificação dos Officiaes Generaes do Exercito fica reservada ao Governo, que a fará á vista das informações que existem na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, e das mais que puder obter, a fim de decidir como mais conveniente for ao serviço do Exercito.

Sebastião do Rego Barros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Outubro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Sebastião do Rego Barros.

MODELO N.° 1.

Provincia de.... Corpo de... ou avulso

Coronel.

F....
Idade...
Estado physico, e
Sanitario

Opinião dos Facultativos.

Prompto para todo o serviço de paz e guerra (ou deve ser reformado).

Rubrica do Presidente † Assignatura dos Facultativos. F.
F.
F.

Nota das Informações Semestres, ou dos Livros Mestres.

Não tem nota em desabono: ou
Foi preso correcionalmente tantas vezes: ou
Foi tantas vezes julgado em Conselho de Guerra: ou
He relaxado: ou
He activo, e laborioso.
Tem conhecimentos professionaes theoricos, e praticos.

Opinião dos Membros da Commissão.

Está prompto para serviço activo de paz e guerra; ou para serviço moderado, ou para reforma.
Assignatura dos Membros da Commissão F.
F.
F.

MODELO N.° 2.

Relação dos Officiaes, que a Commissão da Provincia de. . . reputa nos termos de serem conservados em actividade para paz e guerra.

CORONEIS.

Estado Maior.

F. ..... Folha volante N.°
F. ..... Dita ..... N.°

Caçadores N.°

F. ..... Dita ..... N.°

Cavallaria N.°

F. ..... Dita ..... N.°

Artilheria N.°

F. ..... Dita ..... N.°

Nota.

As folhas volantes das Classes dos Tenentes Coroneis, Majores, Capitães, Tenentes, Alferes, Ajudantes, Quarteis Mestres, Secretarios, Cirurgiões Móres, e Cirurgiões Ajudantes, seguem o systema acima.

Relação geral dos Officiaes habeis.

Coronel F. ..... De tal Corpo
Dito F. ..... De tal.
Dito F. ..... De tal.
Tenente Coronel F. ..... De tal.
Dito F. ..... De tal.
Major F. ..... De tal.
Dito F. ..... De tal.

E assim por diante.

A relação dos Officiaes promptos para reforma he semelhante á dos promptos para o serviço de paz e guerra.

Resumo geral dos Officiaes habeis para o serviço.

Coroneis tantos.
Tenentes Coroneis tantos.
&c. &c. &c.

Resumo geral dos Officiaes que estão em circumstancias de serem reformados.

Coroneis tantos.
Tenentes Coroneis tantos.
&c. &c. &c.

Assignatura dos Membros da Commissão F.
F.
F.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.° PARTE 2.ª SECÇÃO 21.ª

REGULAMENTO N.° 23 — de 24 de Outubro de 1838.

Declarando os casos em que tem lugar a Legislação Militar vigente em tempo de Guerra.

O Regente, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II., Decreta o seguinte.

Art. Unico. As Leis Militares, que regulão em tempo de Guerra, são applicaveis:

1.° A'quella parte do Exercito estacionada nas Provincias, que se achão, ou se houverem de achar em estado de rebellião.

2.° A'quella parte de Exercito, que se achar em Provincias, que forem invadidas por forças rebeldes.

3.° A'quella parte do Exercito, que tiver ordem de marchar para algum dos pontos acima designados.

Palacio do Rio de Janeiro em vinte e quatro de Outubro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Sebastião do Rego Barros.

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.

1838.

TOMO 1.° PARTE 2.ª SECÇÃO 22.ª

DECRETO N.° 24 — de 3 de Novembro de 1838.

Creando huma Administração para o Arsenal de Marinha da Provincia do Maranhão.

O Regente, em Nome do Imperador, o Senhor Dom Pedro II., Decreta.

Artigo 1.° O Arsenal de Marinha da Provincia do Maranhão será d'ora em diante regido por huma Administração composta de hum Inspector, que será sempre Official d'Armada, de Patente superior á de Primeiro Tenente; de hum Secretario; de hum Almoxarife; de hum Escrivão do Almoxarifado; e de hum Porteiro.

Artigo 2.° Os Empregados, de que trata o artigo antecedente vencerão os mesmos ordenados, e exercerão as mesmas funcções que forão marcadas pelos Decretos de onze e treze de Janeiro de mil oitocentos trinta e quatro, para os Empregados de identica denominação nos Arsenaes de Marinha das Provincias de Pernambuco e Pará.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha o haja assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Novembro de mil oitocentos trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

Pedro de Araujo Lima.

Joaquim José Rodrigues Torres.

BIBLIOTHECA DA CAMARA DOS DEPUTADOS

123